

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MI  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
COORDENAÇÃO GERAL DE MEIO AMBIENTE - CGMAB**

**ELABORAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO COMPONENTE INDÍGENA (CI) DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA RODOVIA BR 319-AM (Trecho KM 250,0 ao KM 655,0).**

RODOVIA: BR-319/AM

TRECHO: Entr. BR-174/AM – Div. AM/RO

SUBTRECHO: Entr. AM-360 – Igarapé do Retiro

SEGMENTO: Km 250,0 ao Km 655,7

EXTENSÃO: 405,7Km

**ESTUDO DO COMPONENTE INDÍGENA  
CI PRELIMINAR DA ETNIA 1 – Parintintin – Rev B**

**JULHO/2020**

1

**REL-BR.319.AM-008-731-082-000=B**

	ORIGINAL	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D
DATA	03/06/19	20/11/19	09/06/2020		
EXECUÇÃO	GA	GA	GA		
VERIFICAÇÃO	RRL	RRL	JLL		
APROVAÇÃO	JLL	JLL	JLL		

2

Componente Indígena da Etnia 1 Parintintin - BR 319/AM do Km 250,0 ao Km 655,0

REL-BR.319.AM-008-731-082-000=B

  
Coordenação: Gilberto Azanha

**ÍNDICE**

	<b>Pág.</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E DA EMPRESA CONSULTORA .....</b>	<b>14</b>
1.1 Identificação do Empreendedor.....	14
1.2 Empresa Consultora.....	14
1.3 Identificação do Contrato.....	14
1.4 Escopo dos Serviços contratados .....	14
1.5 Equipe Técnica .....	14
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Histórico, objetivos e justificativa do empreendimento.....	19
2.1.1 Histórico do planejamento do empreendimento sob os aspectos socioeconômicos ...	20
2.1.2 Inserção do empreendimento nos planos de ordenamento territorial para a Amazônia e sua compatibilidade com planos governamentais para o desenvolvimento sustentável .....	20
2.1.3 Interligação do empreendimento com outros projetos na região, em execução ou planejados .....	23
2.1.4 Importância do empreendimento para o contexto regional .....	24
2.2 Breve histórico do processo de licenciamento .....	24
2.2.1 Contexto da Participação da FUNAI.....	27
2.3. Áreas de Influência do Empreendimento.....	27
<b>3. METODOLOGIA E MARCOS LEGAIS.....</b>	<b>31</b>
3.1 Áreas de uso dos recursos naturais.....	32
3.2 Análise e interpretação de imagens de satélite. ....	35
3.3 Sistema de informações geográficas.....	37
3.4 Marcos Legais de referência.....	37
<b>4. DADOS GERAIS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS.....</b>	<b>41</b>
4.1. Localização e Acessos .....	41
4.2 Situação fundiária das terras indígenas .....	42
4.2.1 TI Nove de Janeiro.....	42



4.2.2 TI Ipixuna.....	43
4.3 População e Demografia .....	43
4.3.1 TI Nove de Janeiro.....	44
4.3.2 Ipixuna.....	46
4.4 Situação da saúde.....	46
4.4.1 TI Nove de Janeiro.....	48
4.4.2 TI Ipixuna.....	51
4.5 Situação da Educação Escolar Indígena.....	52
4.5.1 TI Nove de Janeiro.....	53
4.5.2. TI Ipixuna.....	56
<b>5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA .....</b>	<b>58</b>
5.1. Caracterização sociocultural dos Parintintin e histórico de ocupação.....	58
5.1.1 A etnohistória dos Kagwahiva na bacia do Rio Madeira .....	58
5.1.2 Ocupação Kagwahiva-Parintintin interflúvio Ipixuna-Maici.....	61
5.2 Organização social e cosmologia.....	63
5.2.1 O sistema de metades exogâmicas Kagwahiva.....	66
5.3 Histórico do Contato e ocupação atual .....	69
5.4. Ocupação recente no interflúvio Ipixuna-Maici (1985-2018) .....	78
5.5 Os Parintintin e o ambiente regional .....	81
5.6. Inserção no Movimento Indígena Regional.....	83
<b>6. CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>85</b>
6.1. Clima e Recursos Hídricos.....	89
6.1.1. Usos dos recursos hídricos.....	93
6.2. Geologia, Relevo e Solos .....	98
6.3. Caracterização e Mapeamento das Tipologias Vegetais.....	101
6.3.1. Florestas.....	102
6.3.2. Campinas.....	103



6.3.3. Formações Pioneiras, contato com florestas.....	103
6.3.4. Mapeamento da Vegetação e Usos do Solo .....	105
6.4 Fauna Regional .....	107
6.4.1. Ictiofauna .....	108
6.4.2. Avifauna .....	109
6.4.3. Mastofauna.....	110
6.4.4. Herpetofauna.....	111
6.5 Ocupação do território e Usos dos Recursos Naturais.....	112
6.5.1 Coleta e Extrativismo vegetal.....	113
6.5.2 Roça e Criação de Animais .....	122
6.5.3 Caça e Pesca.....	126
6.6. Mapeamento de Áreas degradadas nas TIs e seus entornos imediatos.....	132
6.7. Pressões externas: áreas vulneráveis e alterações na paisagem .....	136
6.7.1. Atividade Madeireira e Desmatamentos.....	137
6.7.2 Planos de Manejo.....	137
6.7.3 Ações de proteção e vigilância em curso nas Tis .....	139
<b>7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SINERGIA ENTRE OS EMPREENDIMENTOS.....</b>	<b>141</b>
7.1 Diagnóstico dos problemas socioambientais e prognósticos e tendências com a pavimentação da BR-319. ....	141
7.1.1 O Contexto Regional e a BR-319 .....	141
7.2 Empreendimentos em execução e projetados para a região .....	154
7.2.1 Análise da sinergia .....	160
7.2.2 Sinergia dos fluxos de transporte entre as BRs 319 e 230.....	168
<b>8. IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS.....</b>	<b>170</b>
8.1 Percepção indígena do empreendimento.....	171
8.1.1 Síntese dos problemas e impactos sentidos pelos Parintintin .....	174
8.2 IMPACTOS IDENTIFICADOS.....	177

8.2.2 Fase de planejamento.....	178
8.2.3 Fase de Instalação e Fase de Operação .....	179
<b>9. MATRIZ DOS IMPACTOS IDENTIFICADOS E DAS MEDIDAS.....</b>	<b>187</b>
<b>10. ANÁLISE DA VIABILIDADE .....</b>	<b>192</b>
<b>11. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA .....</b>	<b>193</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>200</b>
Anexo 1 – Ata da Reuniao na Aldeia Traíra e Ofício nº 328/2017/CGGLIC .....	200
Anexo 2 – Declaração de Equipe .....	203
Anexo 3 – ART’s Responsáveis Técnicos.....	209
Anexo 4 – Genealogias e Parentescos.....	216
Anexo 5 – Caderno de Mapas .....	218

**LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1</b> – Mapa de Localização e Distâncias das Terras Indígenas em Estudo em Relação ao Segmento da BR-319 .....	219
<b>Mapa 2.</b> Localização e Acessos – TIs Parintintin Nove de Janeiro e Ipixuna. Fls 1 e 2.....	220
<b>Mapa 3</b> Unidades de Conservação e Terras Indígenas .....	221
<b>Mapa 4</b> Ordenamento Territorial na Região da BR-319 .....	222
<b>Mapa 5</b> Divisões Hidrográficas e Rede de Drenagem de Interesse .....	223
<b>Mapa 6</b> Rede de Drenagem de Interesse nas Terras Indígenas Parintintin. Fls 01 e 02.....	224
<b>Mapa 7</b> Geomorfologia na Região das Terras Indígenas em Estudo .....	225
<b>Mapa 8</b> Classes de Solo na Região das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna.....	226
<b>Mapa 9</b> Classes de Vegetação e Usos do Solo .....	227
<b>Mapa 10</b> Etnomapeamento e Usos dos Recursos Naturais – TI Nove de Janeiro .....	228
<b>Mapa 11</b> Empreendimentos Regionais e Sinergia .....	229

LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Equipe Técnica.....	15
<b>Tabela 2.</b> Pesquisadores Indígenas .....	15
<b>Tabela 3.</b> Contextualização das distâncias das TIs em relação ao empreendimento .....	19
<b>Tabela 4.</b> Delimitação das áreas de Influência – BR-319, Trecho do meio.....	30
<b>Tabela 5.</b> Relação de Atividades de Etnomapeamento e expedições de meio ambiente–Comunidade Traíra .....	34
<b>Tabela 6.</b> Relação de Atividades de Etnomapeamento e expedições de meio ambiente–Comunidade Pupunha .....	35
<b>Tabela 7.</b> Imagens de Satélite e suas respectivas datas de passagem utilizadas no georreferenciamento e interpretação.....	36
<b>Tabela 8.</b> Principais Informações acerca das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna .....	41
<b>Tabela 9.</b> População das TIs Nove de Janeiro e Ipixuna.....	44
<b>Tabela 10.</b> População da aldeia Traíra .....	44
<b>Tabela 11.</b> População da aldeia Pupunha .....	45
<b>Tabela 12.</b> Casos de Malária confirmados nos municípios interceptados pela BR-319 no Estado do Amazonas (2009-2012) .....	47
<b>Tabela 13.</b> Profissionais de Saúde nos municípios interceptados pela BR-319.....	48
<b>Tabela 14.</b> Total de Recursos Físicos nos estabelecimentos de saúde nos municípios interceptados pela BR-319 .....	48
<b>Tabela 15.</b> Número de Escolas de educação base nos municípios interceptados pela BR-319 .....	52
<b>Tabela 16.</b> Unidades de Conservação do “trecho do meio” da BR-319.....	87
<b>Tabela 17.</b> Áreas e Percentuais de Ocupação e Cobertura da terra nas TIs Parintintin .....	107
<b>Tabela 18.</b> Safra do Açaí.....	121
<b>Tabela 19.</b> Roças na TI Nove de Janeiro.....	122
<b>Tabela 20.</b> Criação de Animais na TI Nove de Janeiro .....	124
<b>Tabela 21.</b> Frequência e Métodos de Caça.....	127
<b>Tabela 22.</b> Indicadores Econômicos do município de Humaitá.....	147
<b>Tabela 23.</b> Índices de pobreza e de GINI, município de Humaitá.....	148
<b>Tabela 24.</b> Uso do Solo no município de Humaitá 2006-2017.....	149
<b>Tabela 25.</b> Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na unidade da federação e no município (IBGE -2012).....	152
<b>Tabela 26.</b> Situação dos domicílios e residentes .....	152
<b>Tabela 27.</b> Projetos de Assentamentos próximos as TIs Parintintin.....	155
<b>Tabela 28.</b> <i>Desflorestamento nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas - PAEs e no Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS do município de Humaitá.....</i>	157





<b>Tabela 29.</b> Desmatamento observado (real) e simulado (AGROECO) para as áreas protegidas e assentamentos .....	165
<b>Tabela 30.</b> Índices de Desmatamento .....	167
<b>Tabela 31.</b> Índices de Desmatamento nos estados da Amazônia Legal – Ano 2019 .....	167

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Pirâmide Etária na Aldeia Traíra .....	45
<b>Gráfico 2.</b> Pirâmide Etária da Aldeia Pupunha .....	46
<b>Gráfico 3.</b> Pirâmide Etária da Aldeia Canavial.....	46
<b>Gráfico 4.</b> Principais doenças relatadas no município de Humaitá .....	47
<b>Gráfico 5.</b> Principais motivos de busca por atendimento nos Postos de Saúde na Aldeia Traíra .....	49
<b>Gráfico 6.</b> Principais Doenças Relatadas na Aldeia Traíra.....	49
<b>Gráfico 7.</b> Principais motivos de busca por atendimento nos Postos de Saúde na Aldeia Pupunha. ..	50
<b>Gráfico 8.</b> Principais Doenças Relatas na Aldeia Pupunha.....	50
<b>Gráfico 9.</b> Principais Doenças Relatas na Aldeia Canavial.....	51
<b>Gráfico 10.</b> Principais Doenças Relatas na Aldeia Canavial.....	51
<b>Gráfico 11.</b> Escolaridade na Aldeia Traíra .....	54
<b>Gráfico 12.</b> Frequência Escolar na Aldeia Traíra .....	54
<b>Gráfico 13.</b> Escolaridade na Aldeia Pupunha .....	55
<b>Gráfico 14.</b> Frequência Escolar na Aldeia Pupunha .....	56
<b>Gráfico 15.</b> Escolaridade na Aldeia Canavial.....	56
<b>Gráfico 16.</b> Frequência Escolar na Aldeia Canavial .....	57
<b>Gráfico 17.</b> Espécies de Extrativismo Vegetal Relatadas em campo .....	121
<b>Gráfico 18.</b> Principais Espécies Cultivadas nas Aldeias Traíra e Pupunha.....	123
<b>Gráfico 19.</b> Principais Espécies Cultivadas na Aldeia Canavial.....	126
<b>Gráfico 20.</b> Frequência de Caça registrada na TI Nove de Janeiro .....	127
<b>Gráfico 21.</b> Espécies de Caça relatas na TI Nove de Janeiro .....	128
<b>Gráfico 22.</b> Espécies de Caça relatas na TI Ipixuna .....	129
<b>Gráfico 23.</b> Espécies de Peixes mais citadas na Aldeia Traíra .....	130
<b>Gráfico 24.</b> Espécies de Peixes mais citadas na Aldeia Pupunha .....	130
<b>Gráfico 25.</b> Espécies de Peixes mais citadas na Aldeia Canavial – TI Ipixuna .....	131
<b>Gráfico 26.</b> Evolução do IDH, Município de Humaitá.....	147
<b>Gráfico 27.</b> Evolução da produção de madeira em tora, município de Humaitá .....	150



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 2.1.</b> Mapa de Situação.....	18
<b>Figura 2.2.</b> Histórico de desmatamento na Amazônia Legal segundo o Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) fonte: INPE/MCTI. E projeção de atingimento da meta da Política Nacional sobre Mudanças do Clima - PNMC. ....	22
<b>Figura 2.3.</b> Custos do Processo de Licenciamento da BR-319 no período 2007-2019 .....	26
<b>Figura 3.1.</b> Pesquisadores Indígenas e Lideranças na Oficina de Mapeamento. Aldeia Traíra .....	33
<b>Figura 4.1.</b> Arquivo de Identificação e Delimitação da TI Nove de Janeiro. ....	42
<b>Figura 4.2.</b> Arquivo de Identificação e Delimitação da TI Ipixuna. ....	43
<b>Figura 4.3</b> Previsão de demandas dos alunos do povo Parintintin para o ano letivo de 2019.....	52
<b>Figura 4.4.</b> Quadro de Servidores Indígenas do Povo Parintintin .....	53
<b>Figura 5.1.</b> A territorialidade Parintintin no passado (aproximadamente década de 1920) <b>Fonte:</b> Maria das Graças Parintintin. Acervo de Juliano Strachulski (Aldeia Traíra, 8/11/2015).....	63
<b>Figura 5.2</b> Território Ocupado pelos Parintintin em 1923 e o atual <b>Fonte:</b> STRACHULSKY 2018.....	70
<b>Figura 5.3.</b> Assentamentos Parintintin no período de 1924 até, pelo menos, 1940 e os mortos ali enterrados <b>Fonte:</b> LEVINHO (1987). ....	75
<b>Figura 5.4.</b> Localização dos Assentamentos Parintintin no período de 1924 até, pelo menos, 1940..	76
<b>Figura 5.5</b> Lago Três Casas - local de importância histórica para os Parintintin.....	83
<b>Figura 6.1.</b> Domínios Morfoclimáticos.....	89
<b>Figura 6.2</b> Inserção das TIs Parintintin na Bacia Hidrográfica Amazônica. ....	90
<b>Figura 6.3.</b> Localização das TIs Parintintin em relação a divisão hidrográfica .....	91
<b>Figura 6.4.</b> Coloração das Águas dos Principais rios da região da TI Nove de Janeiro.....	92
<b>Figura 6.5.</b> Igarapé Traíra em um dos locais de banho e porto na aldeia Traíra .....	94
<b>Figura 6.6.</b> Ambiente típico da época da cheia no Ig. Traíra na região da aldeia Traíra.....	94
<b>Figura 6.7.</b> Lago Pupunhas e aldeia Pupunha – TI Nove de Janeiro.....	96
<b>Figura 6.8.</b> Unidades Geológicas nas TIs Parintintin .....	99
<b>Figura 6.9</b> Mapa Hipsométrico da região das TIs Parintintin.....	100
<b>Figura 6.10.</b> Ambiente alagado no Igarapé Traíra (fev-2019) <b>Fonte:</b> Consórcio Etnias, 2019.....	102
<b>Figura 6.11.</b> Tabocal alagado no curso do Rio Traíra. Formações de influência fluvial mista, com palmeiras e bambu. <b>Fonte:</b> Consórcio Etnias, 2019.....	104
<b>Figura 6.12.</b> Buritizais no curso do Rio Traíra, acima da comunidade. O fuste alto indica a baixa estatura do resto da formação . <b>Fonte:</b> Consórcio Etnias, 2019.....	104
<b>Figura 6.13.</b> Os Agentes Ambientais Juscelino e Thiago mostram a árvore da sorva (Couma sp.), com as marcas de exploração pretérita; fazem uma demonstração de como extrai o látex, em detalhe; caminhada para o Sítio Paraisinho, a cerca de um quilômetro e setecentos metros da aldeia Traíra. ....	114

<b>Figura 6.14.</b> Castanhal próximo à comunidade Pupunha, indicando a influência das castanheiras no ambiente, onde elas representam o dossel emergente. vista para cima; comparação do tronco com a estatura humana, e vista de uma árvore em sua altura. ....	114
<b>Figura 6.15.</b> Açaizeiro em pleno aproveitamento.....	115
<b>Figura 6.16</b> Localização dos Principais Castanhais da TI Nove de Janeiro. ....	116
<b>Figura 6.17.</b> Calendário Produtivo da Aldeia Pupunha. ....	117
<b>Figura 6.18.</b> Jovens Parintintin preparando o suco de Açaí (Aldeia Traíra).....	117
<b>Figura 6.19.</b> Etapas do processo para coleta de castanha nas TIs Parintintin. <b>Fonte:</b> Lima, 2017. ....	118
<b>Figura 6.20.</b> Etapas do processo de coleta do açaí nas TIs Parintintin. <b>Fonte:</b> Lima (2017).....	120
<b>Figura 6.21.</b> Pimenta de Cheiro cultivada, espécie comum nos quintais Parintintin. ....	122
<b>Figura 6.22.</b> Detalhe da Ariá e sua folhagem abundante. ....	124
<b>Figura 6.23</b> estimação na aldeia Traíra e Pupunha, respectivamente.....	125
<b>Figura 6.24.</b> Mapa com a faixa entre a BR-230 e a Terra Indígena Nove de Janeiro, para análise de alterações na cobertura vegetal. ....	133
<b>Figura 6.25.</b> Imagem de satélite de alta resolução Digital Globe, de 7 de maio de 2019, captada do programa Google Earth (último acesso 16 de julho de 2019) apresentando as áreas abertas até 2007 e posteriores, conforme o Programa de Detecção do Desmatamento (Prodes), apresentando a comunidade Pupunha. ....	134
<b>Figura 6.26.</b> Área central da BR-230 no trecho em que o Rio Maici delimita da Terra Nove de Janeiro, onde um posseiro cultiva dentro da terra indígena.....	135
<b>Figura 6.27.</b> Extração de madeira com plano de manejo na beira da Rodovia Transamazônica, em propriedade fronteira à TI Nove de Janeiro coordenadas W62°38'46", S7°38'49" ....	138
<b>Figura 6.28.</b> Imagem de satélite de 2019 com clareiras em área de plano de manejo. A linha ao norte representa os limites da TI Nove de Janeiro. ....	139
<b>Figura 7.1.</b> Município de Humaitá, TIs, UCs e Assentamentos .....	149
<b>Figura 7.2.</b> Vila de Realidade nos anos 2000 e 2017. Destaque para o crescimento de ramais registrado durante este período <sup>1</sup> – sobretudo aqueles em direção à margem esquerda do rio Madeira. ....	153
<b>Figura 7.3.</b> Focos de Desmatamento no Município de Humaitá/AM. ....	161
<b>Figura 7.4.</b> Desmatamento ao longo da BR-230 no limite da TI Nove de Janeiro. ....	162
<b>Figura 7.5.</b> Cobertura da terra em Humaitá-2017. ....	163
<b>Figura 7.6</b> Áreas Desmatadas no entorno da TI Nove de Janeiro.....	166

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório busca atender o Termo de Referência (TdR) emitido pela FUNAI e encaminhado ao DNIT por meio do Ofício nº 1374/2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, com fins de apresentar os resultados dos levantamentos de dados primários e secundários nas Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna e a avaliação dos potenciais impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais decorrentes das obras de pavimentação da rodovia BR-319 naquelas terras indígenas e sobre as populações Parintintin que as habitam.

Ressalta-se que este CI do Estudo de Impacto Ambiental – EIA está inserido no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental submetido ao IBAMA, sob o número nº 02001.006860/2005-95.

O Plano de Trabalho relativo ao Componente Indígena (CI) dos *Estudos de Impacto Ambiental da BR-319, segmento Km 250,0 ao Km 655,0* foi encaminhado ao DNIT em 21/03/2017 e aprovado pela FUNAI (Ofício 328/2017/CGLIC/DPT/FUNAI) em 10.11.2017 (Anexo 1. Documentação). A Informação Técnica nº 24/2017/COTRAN/CGLIC/DPDS/FUNAI que acompanha e baliza o referido Ofício aponta que (p. 2):

*3. Inicialmente o Termo de Referência incluía as Terras Indígenas Lago Capanã, Nove de Janeiro, Ariramba, Apurinã do Igarapé Tauamirim, Apurinã do Igarapé São João e Ipixuna. Após reunião com o empreendedor foi retirada a terra indígena Ipixuna (sic) por se localizar a mais 40 km da rodovia.*

Destaca-se aqui, em primeiro lugar, que a despeito da Portaria Interministerial n.º 60/2015 estabelecer em seu art. 3º, §2 que a definição de intervenção de empreendimentos em terras indígenas para fins da obrigação de realização do componente indígena dos estudos de impacto ambiental, se opera pelos parâmetros dos limites fixados no anexo I, cumpre apresentar, com respaldo no art.3º, §3º da citada normativa, as devidas justificativas para também considerar a TI Ipixuna no âmbito do presente CI-EIA da pavimentação da BR-319.

A TI Ipixuna é parte integrante da TI Nove de Janeiro e vice-versa. Trata-se de um mesmo povo que habitam uma mesma área – porém denominadas diferentemente porque a FUNAI à época da identificação descontinuou administrativamente um território único e habitado por um único povo indígena, os Parintintin – e as razões alegadas à época pela FUNAI serão expostas abaixo (item 4.1). Os índios não podem ser punidos por erros e/ou omissões da FUNAI, reza a legislação infraconstitucional (Lei 6.001, Artigo 25º) quando se trata de seus direitos territoriais. Ainda que a estratégia da Funai a época possa ter viabilizado a demarcação (de parte) do território Parintintin, o fato é que caso a Funai tivesse reconhecido território tradicional do povo Parintintin em uma única terra indígena e não em duas unidades administrativas distintas, a FUNAI não teria hoje o argumento utilizado por ela para retirar a TI Ipixuna do TR voltado a realização do CI-EIA da pavimentação da Br-319. Isto porque, obviamente, em sendo uma única terra indígena, enquanto unidade administrativa, estaria abarcada na sua integralidade nos limites previstos pelo Anexo I da Portaria Interministerial n.º 60/2015.

Ademais, não obstante a divisão efetuada pela Funai entre duas unidades administrativas – TI Nove de Janeiro e TI Ipixuna – o fato central é que se trata de um único território, tanto ambientalmente como sociologicamente, sem diferença físico-biótica alguma entre as duas TIs e com relações socioculturais intermitentes e intensas entre os seus moradores: o que afeta uma TI e seus moradores afetam igualmente e na mesma medida a outra. Os dados levantados confirmam que se trata de uma situação excepcional face a especificidades da territorialidade Parintintin, a ensejar a inclusão da TI Ipixuna no âmbito do CI-EIA, nos termos do art.3, §3º da Portaria n.º 60/2015<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Reza o § 3º da referida Portaria Interministerial 060/2015: *Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, os limites estabelecidos no Anexo I poderão ser alterados, de comum acordo entre o IBAMA, o órgão ou entidade envolvido e o empreendedor.*



Neste sentido, além das informações sobre o histórico dos processos administrativos de demarcação das duas terras indígenas e dos elementos sobre organização social e política do povo Parintintin, os dados levantados e inclusos no presente CI-EIA, por exemplo, os dados referente ao parentescos dos moradores da TI Nove de Janeiro (aldeias Traíra e Pupunha) (ver Anexo 4), que atestam a intensa relação sociocultural com os moradores TI Ipixuna (aldeia Canavial), bem como os dados físico-bióticos, confluem para considerar ambas as terras indígenas como um único território contínuo do povo Parintintin. Por tais razões, o CI-EIA considerou em sua análise o impacto da pavimentação sobre o território Parintintin, abrangendo as TIs Nove de Janeiro e Ipixuna, a despeito de não ter sido realizado levantamento em campo nesta última terra indígena.

Dado os argumentos acima, solicita-se aqui que a FUNAI e o DNIT, nos termos do Parágrafo 3º do Inciso IV do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 060/2015, façam saber ao Ibama a alteração do TdR da FUNAI para englobar a TI Ipixuna no Componente Indígena do EIA do empreendimento em tela.

De toda forma, a TI Ipixuna foi aqui considerada quando o assunto/tópico abrangeu o território Parintintin como um todo, principalmente no tratamento das questões ambientais e no etnomapeamento.

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E DA EMPRESA CONSULTORA

### 1.1 Identificação do Empreendedor

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é o empreendedor responsável pela elaboração dos Estudos do Componente Indígena (ECI), a ser incorporado ao EIA/RIMA do Processo n.º 50600.014708/2015-41 de licenciamento ambiental da rodovia BR- 319, e também pela elaboração do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) do mesmo processo, com o intuito de identificar, mitigar e compensar os impactos causados às populações Indígenas, com a pavimentação da rodovia supracitada a fim de assim obter a anuência da FUNAI para a emissão da Licença Prévia e da Licença de Instalação por parte do IBAMA.

Para isso foi realizada uma licitação que contemplou o Consórcio ETNIAS-319 com a realização dos estudos. A fiscalização do contrato se encontra na Superintendência Regional do DNIT no Amazonas sob a responsabilidade da Eng.ª Civil Gisele Albuquerque Cordeiro.

### 1.2 Empresa Consultora

O CONSÓRCIO ETNIAS-319, composto pelas empresas LAGHI ENGENHARIA LTDA., (Empresa Líder do Consórcio), sito Av. Jacira Reis, n.º 600 - Bairro São Jorge Manaus – Amazonas – CEP 69033-008, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.057.727/0001-78, e MAC ENGENHARIA LTDA., com sede na Avenida Djalma Batista, 1719, Sala 307, Edifício Atlantic Tower – Bairro Chapada, em Manaus, Amazonas – CEP 69050-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.856.228/0001-20, tem ampla experiência na área de consultoria e projetos, com atuação na área de licenciamentos ambientais, elaboração de EIA-RIMA, além de ter experiência na elaboração de Estudos do Componente Indígena e Plano Básico Ambiental Indígena na BR-317.

### 1.3 Identificação do Contrato

Processo administrativo: n.º 50600.014708/2015-41

Edital: RDC Eletrônico n.º 133/2016-00

Publicação: 02/02/2017

Número do Contrato: PP-022/2017-00

Vigência: 1005 (um mil e cinco) dias

Prazo de execução: 1005 (um mil e cinco) dias







### 1.4 Escopo dos Serviços contratados

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA, REFERENTE ÀS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-319/AM, TRECHO: BR-174/AM – DIV. AM/RO; SUBTRECHO: ENTR. AM-360 – IGARAPÉ DO RETIRO; SEGMENTO: KM 250,0 – KM 655,7; EXTENSÃO: 405,7 KM.

### 1.5 Equipe Técnica

Os profissionais que compõem a Equipe Técnica que elaborou este CI, buscando atender os dispostos no item 3 do Termo de Referência emitido pelo Ofício 1374/2015, e suas respectivas formações, cargo e funções estão apresentados na **Tabela 1** a seguir:

**Tabela 1. Equipe Técnica**

Nome	Formação/Função	Conselho de Classe n.º	CTF IBAMA	Assinatura
Gilberto Azanha	Antropólogo/ Coordenador Técnico	Dispensado	660694	
José Luís Laghi	Eng.º Civil/ Coordenador Geral	CREA 5060044179 -D	3824099	
Aluísio Ladeira Azanha	Sociólogo, especialista Meio Antrópico	Dispensado	3824099	
Maurice Tomioka Nilsson	Ecólogo/Especialista Meio Físico	CREA CI - 1775623/2018	6029180	
Diogo Ladeira Azanha	Biólogo/Especialista Meio Biótico	CRBio 47632/01	2153826	
Elionara Nascimento	Eng.ª Agrônoma/Especialista Meio Biótico	CREA 0553-D	230958	

Para os levantamentos de campo a equipe técnica contou com a participação de pesquisadores indígenas que acompanharam a equipe durante os trabalhos na TI Nove de Janeiro e auxiliaram na aplicação do questionário socioeconômico e nas oficinas de mapeamento participativo, conforme **Tabela 2** abaixo.

**Tabela 2. Pesquisadores Indígenas**

NOME	FUNÇÃO	ALDEIA
Valnei Parintintin	Pesquisador	Pupunha
Jucelino Parintintin	Pesquisador	Traíra
Andrirlei Parintintin	Liderança	Traíra
Thiago Parintintin	Agente Ambiental	Traíra
Jorge Parintintin	Agente Ambiental	Canavial/TI Ipixuna
Maria de Lourdes Parintintin	Agente Ambiental	Canavial/TI Ipixuna
Benedita Parintintin	Agente de Saúde	Canavial/TI Ipixuna
Luana Parintintin	Pesquisadora	Canavial/TI Ipixuna
Rozineide Parintintin	Pesquisadora	Canavial/TI Ipixuna

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

*“O empreendimento em questão refere-se à pavimentação e reconstrução da BR-319 bem como da conservação dos trechos em bom estado num total de 405,7km de extensão no trecho entre o Km 225 e o entroncamento com a BR-230, todo ele situado no Estado do Amazonas. A faixa de domínio, ou seja, a área destinada a assentar a rodovia, incluindo pistas de rolamento, canteiros, taludes, elementos de drenagem, sinalização e faixas laterais de segurança, é de 60 metros nos trechos Manaus/Careiro Castanho e Humaitá/ Porto Velho, e de 100 metros no trecho Careiro Castanho/Humaitá. Essas dimensões são medidas em igual valor, tendo se 30 e 50 metros para cada lado do eixo principal da rodovia. Para infraestrutura básica da obra destacam-se os canteiros de obras, onde estarão os materiais, alojamentos, ambulatórios e refeitórios. (...). O projeto de restauração da rodovia BR-319 prevê a execução de uma nova plataforma, sendo 7,00 metros, para duas faixas de tráfego com 3,50 metros cada, acostamento com 1,00 metro para cada lado e 0,30 metro para o sistema de drenagem de águas pluviais, totalizando 9,30 metros de plataforma final. A parte da obra a ser executada será dividida em serviços de terraplanagem, drenagem superficial, obras de arte, pavimentação, sinalização e proteção ambiental” (UFAM/DNIT, 2009: 8).*

O trecho acima, retirado do EIA RIMA da UFAM, escrito em 2009, mencionava que seriam acostamentos de 1,00m para cada lado, porém esse tamanho foi alterado para 1,20m. A atualização dos projetos básico e executivo de restauração do pavimento e melhorias da rodovia está em contratação pelo DNIT (Processo nº 50600.018590/2019-54)

O “Trecho do Meio”, objeto deste estudo, encontra-se dividido em cinco segmentos, conforme o Sistema Nacional de Viação — SNV (2019), sendo do km 250,70 ao km 656,40. Os projetos Básico/Executivo para Pavimentação e Melhoramentos, em contratação pelo DNIT (Edital nº 0335/2019-00), tem a seguinte configuração atual, que será utilizada ao longo do CI:

### LOTE 01 (SEGMENTOS 01 E 02)

#### Segmento 01:

- Trecho: Manaus/AM – Div.AM/RO;
- Subtrecho: Entr. AM-360 (início da implantação) - Entr. BR-174(B)/AM-364;
- Segmento: km 250,70 ao km 346,20;
- Extensão: 95,5 km.

#### Segmento 02:

- Trecho: Manaus/AM – Div.AM/RO;
- Subtrecho: Entr. BR-174(B)/AM-364 - Igarapé Caetano;
- Segmento: km 346,20 ao km 433,10;
- Extensão: 86,9 km.

### LOTE 02 (SEGMENTOS 03, 04 E 05)

#### Segmento 03:

- Trecho: Manaus/AM – Div.AM/RO;
- Subtrecho: Igarapé Caetano - Igarapé Piquiá;
- Segmento: km 433,10 ao km 513,80;
- Extensão: 80,7 km.



Segmento 04:

- Trecho: Manaus/AM – Div.AM/RO;
- Subtrecho: Igarapé Piquiá - Igarapé Realidade;
- Segmento: km 513,80 ao km 590,10;
- Extensão: 76,3 km.

Segmento 05:

- Trecho: Manaus/AM – Div.AM/RO;
- Subtrecho: Igarapé Realidade - Entr BR-230(A);
- Segmento: km 590,10 ao km 656,40;
- Extensão: 66,3 km.

A **Figura 2.1** a seguir indica a localização do segmento da BR-319 em questão.

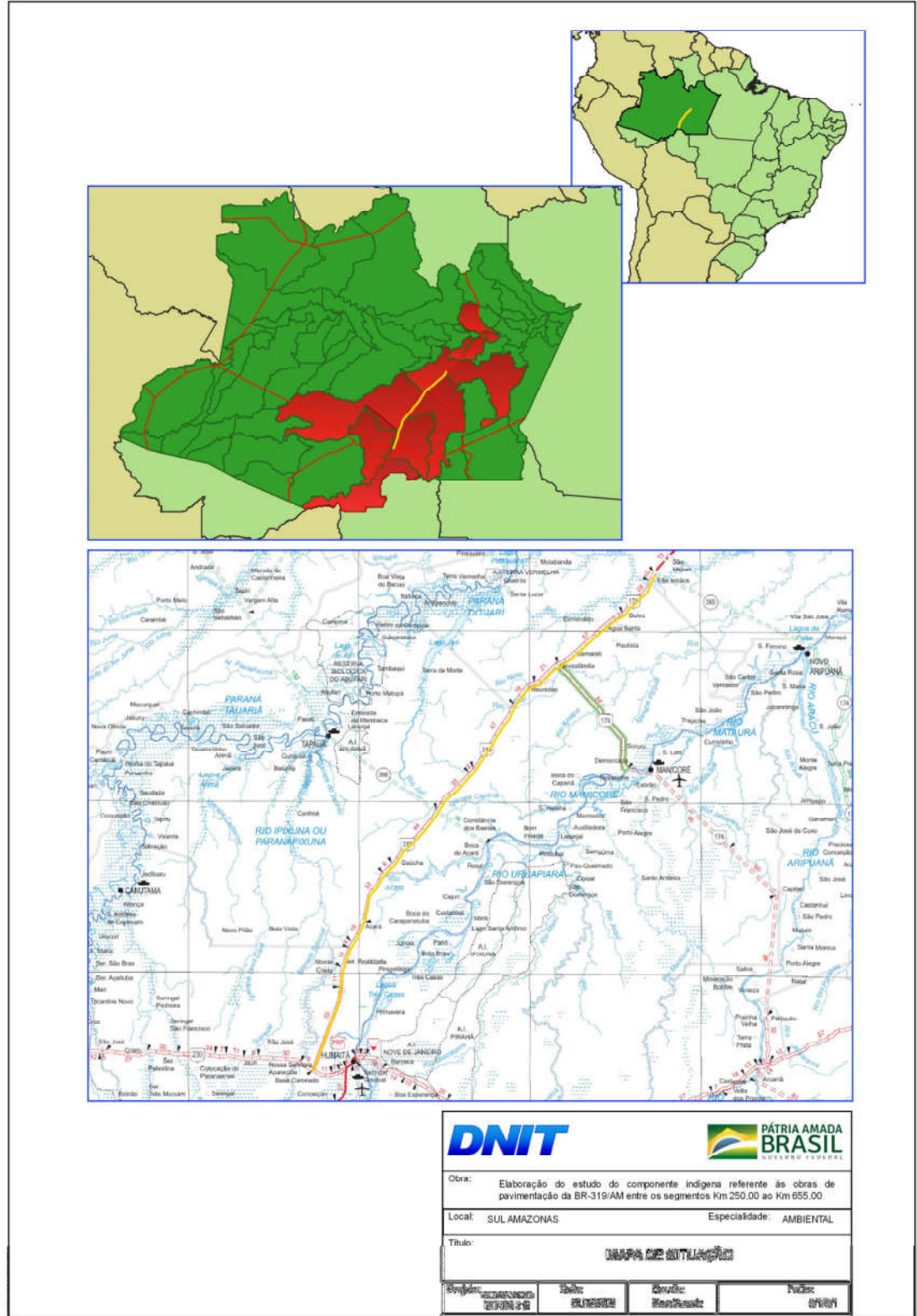


Figura 2.1. Mapa de Situação

O trecho em questão da Rodovia BR-319 está situado na região sul do estado do Amazonas, e corresponde a um segmento de cerca de 405 km do trecho total da rodovia e que faz a interligação entre as capitais Manaus (AM) e Porto Velho (RO). O Segmento em estudo compreende o denominado “trecho do meio” da BR-319, e que pela complexidade logística e socioambiental corresponde ao segmento ainda em processo de licenciamento, visto que os demais trechos da rodovia, incluindo o segmento entre Porto Velho e Humaitá (AM) e entre Manaus e Carrero Castanho (AM) já se encontram pavimentados. Tal segmento compreende a região entre o Rio Igapó Açú, na altura do entroncamento com o Ramal da BR-174, e o entroncamento da BR-230, próximo a Humaitá. As distâncias do empreendimento em relação as terras indígenas que compõem este CI podem ser visualizadas na **Tabela 3** a seguir.

**Tabela 3.** Contextualização das distâncias das TIs em relação ao empreendimento

Terra Indígena	Localização em relação ao Empreendimento	Coordenadas Geográficas dos Pontos de Referência das TIs
Nove de Janeiro	Aproximadamente 29 km do empreendimento	7° 27' 4.830" S , 62° 56' 38.07" W
Igarapé São João	Aproximadamente 77 km do empreendimento	5° 39' 24.69" S, 63° 6' 53.54" W
Igarapé Tauamirim	Aproximadamente 43 km do empreendimento	5° 53' 20.17" S, 62° 54' 7.68" W
Lago Capanã	Aproximadamente 21 km do empreendimento	6° 3' 25.59" S, 62° 17' 22.20" W
Ariramba	Aproximadamente 21 km do empreendimento	6° 4' 8.334" S, 62° 18' 14.14" W

A localização das Terras Indígenas, as coordenadas de referência e as distâncias correspondentes em relação a implantação do empreendimento estão apresentadas no **Mapa 1– (MP-BR.319.AM-008-720-082-001=B)**-Localização e Distâncias das Terras Indígenas em Estudo em Relação ao Segmento da BR-319. (**Anexo 5**-Caderno de mapas).

### 2.1 Histórico, objetivos e justificativa do empreendimento

A BR-319 foi pavimentada e inaugurada na década de 1970 no contexto do projeto de integração da Amazônia promovido pelo regime militar. Devido à falta de manutenção, a rodovia perdeu a sua capacidade operacional, tendo segmentos considerados praticamente intrafegáveis durante pelo menos duas décadas. Atualmente, dos 880 km, cerca de 400 km estão pavimentados.

Entre 2000 e 2001, foram obtidas licenças de instalação junto ao IPAAM para recuperação e pavimentação da BR-319 (LI n° 051/2000; LI n° 055/2000; LI n° 091/2001; LI n° 412/2001). As obras não foram concluídas devido à Ação Civil Pública 2005.32.00005731-4, impetrada pelo Ministério Público Federal do Estado do Amazonas, em 2005, em que MPF emitiu declaração de nulidade da licitação para construção da BR-319, bem como obrigação do DNIT de elaborar Estudo de Impacto Ambiental para obtenção da licença ambiental.

Em 2005, foi iniciado processo de licenciamento no IBAMA (n° 02001.006860/2005-95) e, em 22/06/2007, foi assinado Termo de Acordo de Compromisso (TAC) entre DNIT e aquele Instituto objetivando a adequação do licenciamento ambiental da BR-319 entre as cidades de Manaus (km 0,0) e Porto Velho (km 877,4). O licenciamento da obra foi dividido em quatro segmentos, sendo: Segmento

A: km 0,0 a km 177,80 – obras de manutenção, conservação e restauração; Segmento C: km 177,80 a 250,0 – obras de pavimentação/reconstrução; Segmento Central (Trecho do Meio): km 250,0 a km 655,70 - obras de pavimentação/reconstrução; Segmento B: km 655,70 a km 877,40 - obras de manutenção, conservação e restauração. Conforme estabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do TAC, para continuidade das obras de pavimentação/reconstrução no trecho do km 250,0 ao km 655,70 (Trecho do Meio), seria necessário o DNIT conduzir licenciamento ordinário junto ao IBAMA, com intuito de verificar a viabilidade ambiental do empreendimento e posterior licença de instalação.

Nesse sentido, este Departamento realizou a contratação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para licenciamento das obras de reconstrução do pavimento do km 250,0 ao km 655,70. O estudo ambiental, bem como os estudos de componente indígena estão em elaboração.

### 2.1.1 Histórico do planejamento do empreendimento sob os aspectos socioeconômicos

*“É preciso considerar que a pavimentação da rodovia BR-319 é uma pretensão antiga. A rodovia foi aberta no início da década de 1970, com a imediata pavimentação. No entanto, a camada fina de asfalto não resistiu ao intemperismo logo tornando o trecho rodoviário muito precário. Os planos de reconstrução da rodovia foram retomados no programa Brasil em Ação (1996-1999) e Programa Avança Brasil (2000- 2003), voltando a configurar nos planos do governo no Plano Plurianual 2004-2007 (Fearnside, 2006a). Apesar desses esforços, a reconstrução e pavimentação da BR- 319 nunca foram levadas adiante” (ENGESPRO/TB-DNIT, 2014: 324).*

O documento acima citado (*Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico* elaborado pelo Consórcio ENGESPRO/TB sob contrato do DNIT) aponta ainda que:

*“A área do empreendimento (...) pode ser considerada uma região dominada por uma ocupação esparsa voltada quase que exclusivamente à subsistência e ao mercado em nível local. Basicamente o que se pode observar dos dados e das pesquisas em campo é que a área de estudo da rodovia é dominada pela lógica fluvial, sendo a BR-319 elemento ainda estranho à territorialidade local. A grande evidência dessa lógica é a localização das sedes dos seis municípios analisados neste estudo. Todas elas estão voltadas para os rios Madeira e Purus. O empreendimento de implantação e pavimentação da BR-319, com vistas à integração regional, pode modificar essa territorialidade, porém as relações sociais e econômicas estabelecidas pelas vias fluviais ainda serão um elemento forte na territorialidade local (ENGESPRO/TB-DNIT, 2014: 324 – grifo nosso)”.*

### 2.1.2 Inserção do empreendimento nos planos de ordenamento territorial para a Amazônia e sua compatibilidade com planos governamentais para o desenvolvimento sustentável

Segundo o documento *Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico* elaborado pelo consórcio ENGESPRO/TB, a recuperação e a pavimentação da BR-319 deveriam seguir as normas estabelecidas pelo Governo Federal em 2008 no chamado “Plano Amazônia Sustentável”. Cita-se:

*“No intuito de indicar ações que possam levar a região amazônica ao desenvolvimento sustentável, o Governo Federal publicou em 2008 o documento intitulado “Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira”. O Plano Amazônia Sustentável (PAS) detalha as diretrizes estratégicas do Governo para o cumprimento de uma série de compromissos expressos no documento. De acordo com o PAS, diversas diretrizes já estão influenciando programas em andamento na região e estão sendo a base para a construção de novos programas deixando claro que se trata de uma política de Estado para a região. O documento contempla diretrizes gerais para as ações estruturantes de desenvolvimento constantes no Plano Plurianual 2008-2011 e no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. Ressalta-se que o documento não apresenta uma formulação conceitual do que entende por desenvolvimento sustentável, mas deixa claro que é preciso superar o atual modelo de exploração*

predatória dos recursos naturais substituindo-o por um novo modelo de desenvolvimento que garanta a preservação da imensa riqueza representada pela floresta amazônica. O PAS entende que são necessárias soluções econômicas que sejam ambientalmente sustentáveis.

Como objetivo principal, o PAS estabelece a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a implantação de um novo modelo pautado, entre outras coisas, pelo uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas. Dentre os objetivos específicos destaca-se a promoção do ordenamento territorial e a gestão ambiental, visando, entre outras metas, a proteção dos ecossistemas regionais.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que pretende promover a proteção de ecossistemas, o PAS estabelece como uma das diretrizes a execução de obras de infraestrutura no setor de transportes (rodovias). Como visto anteriormente, as rodovias funcionam com um “efeito de arrasto”, sendo um dos fatores relacionados ao desmatamento ilegal, queimadas e grilagem.

Assim, juntamente com o investimento em transportes (pavimentação da rodovia BR-319), é necessário entre outras coisas, como está proposto no próprio PAS, ‘aumentar a governabilidade dos processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais’, ‘combater a grilagem em terras públicas’ e ‘ordenar a expansão das atividades agropecuárias nos ecossistemas considerados frágeis’. Do contrário, os investimentos em infraestrutura rodoviária continuarão a funcionar na contra mão do desenvolvimento sustentável. Dentre as diretrizes para o ordenamento territorial e gestão ambiental estão:

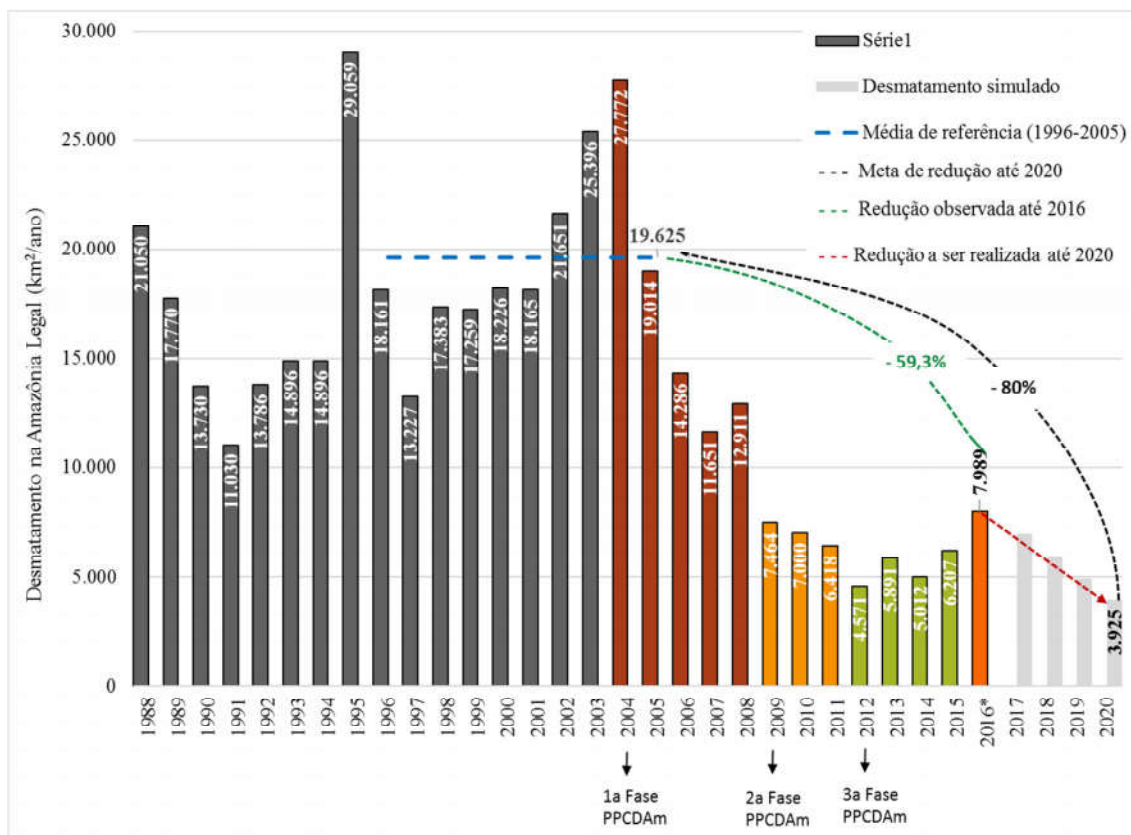
a. ‘combater o desmatamento ilegal na Região Amazônica;

b. ‘priorizar, nas áreas onde ainda encontram-se (sic) preservados os ecossistemas regionais, ações de ordenamento territorial, de promoção de uso sustentável e de proteção da floresta e dos demais recursos naturais’

“Assim, a implantação e a pavimentação da BR-319 vão além da obra rodoviária em si, mas torna-se um desafio ao Estado no intuito de aplicar uma estratégia de ocupação que coloque em prática a noção de desenvolvimento sustentável citada como política para a região.” (ENGESPRO/TB-DNIT, 2014: 333-334).

Em relação ao **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, ele “foi criado em 2004 e tem como objetivos reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para se estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Um dos principais desafios iniciais foi integrar o combate ao desmatamento nas políticas do Estado brasileiro, partindo-se do princípio de que o combate às causas do desmatamento não poderia mais ser conduzido de forma isolada pelos órgãos ambientais.” (PPCDAm, 2016)

Um dos pilares do PPCDAm, como fica claro no texto acima, é a ação conjunta e integrada entre os diversos ministérios que compõem o Estado brasileiro, a fim de combater o desmatamento na Amazônia. Conforme **Figura 2.2** abaixo, entre 2004 e 2012 houve uma redução na taxa de desmatamento anual de 83,54%, valor esse que diminuiu entre 2013 a 2016 com o aumento do desmatamento. Em 2016 essa taxa estava em 71,23%. O objetivo do plano era chegar em 2020 com uma taxa de redução no desmatamento de 80%. A taxa de desmatamento anual em 2019 corresponde a uma redução de apenas 62,87% em relação a 2004 (PRODES, 2020).



**Figura 2.2.** Histórico de desmatamento na Amazônia Legal segundo o Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) fonte: INPE/MCTI. E projeção de atingimento da meta da Política Nacional sobre Mudanças do Clima - PNMC. **Fonte:** DPCD/MMA (PPCDAm, 2016).

Para que se chegue mais perto de alcançar o objetivo proposto no Plano, medidas como as apresentadas neste estudo são fundamentais. Como é citado diversas vezes no Plano Operativo do PPCDAm de 2016 a 2020, dentre as medidas fundamentais para a desaceleração do desmatamento é a proteção dos direitos dos povos indígenas sobre as suas terras e o fortalecimento da gestão ambiental e territorial dessas terras (PPCDAm, 2016).

O **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)** foi desenvolvido tendo em vista seis frentes de ação: Desenvolvimento Produtivo, Ciência Tecnologia e Inovação, Educação e Qualificação Profissional, Infraestrutura Econômica e Urbana, Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais e Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais. Todas elas visando a

*“cooperação horizontal e vertical de políticas públicas; articulação em multinível (federal, estadual e municipal) e multiescalar; as relações estabelecidas entre as dimensões setoriais e territoriais; a integração das estratégias de planejamento territorial de forma sistêmica; a articulação dos recursos públicos, de acordo com a leitura realizada nos territórios; o adensamento dos serviços em cidades intermediárias que possuam capacidade de irradiar os benefícios para outras áreas, principalmente naquelas menos providas de urbanização e, ainda, a ampliação da participação da sociedade civil organizada.”* (SUDAM, 2020, p. 6)

No eixo da infraestrutura, que diz respeito ao empreendimento em pauta, temos como diretriz:

*“fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração regional e nacional.” (SUDAM, 2020, p. 171)*

No que diz respeito a infraestrutura o PRDA busca fomentar o desenvolvimento sustentável através da integração logística dos diferentes modais da região de forma a facilitar o escoamento de produção assim como melhorar a fiscalização de regiões remotas onde o conflito fundiário é mais intenso. (SUDAM, 2020)

Como forma de executar ações governamentais para o desenvolvimento sustentável da região norte do país, o DNIT investiu aproximadamente 70 milhões em implantação, demarcação e proteção de 27 (vinte e sete) de Unidades de Conservação Estaduais e Federais ao longo da área de influência da BR-319/AM/RO, criando um mosaico de áreas protegidas visando a proteção das riquezas naturais e do bioma amazônico. As ações foram executadas no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial criado por meio da Portaria MMA n° 295, de 22 de setembro de 2008.

### **2.1.3 Interligação do empreendimento com outros projetos na região, em execução ou planejados**

A ligação entre Manaus/AM e Porto Velho/RO por meio da BR-319 proporcionará a integração aos sistemas rodoviários dos países vizinhos, tais como Colômbia, Peru e Bolívia, posto que alguns deles já alcançaram a fronteira do Brasil pelo modal rodoviário. Juntamente ao sistema hidroviário, a rodovia irá unir o interior da região amazônica às costas do Mar do Caribe, do Oceano Atlântico e do Oceano Pacífico, promovendo um sistema multimodal de integração das Américas.

Além do citado acima a BR-319 ainda proporcionará a conexão de Tapauá/AM (Rio Purus) com o Rio Madeira através da rodovia planejada AM-366, cujo traçado preliminar atravessa áreas de uso tradicional do povo Mura e Apurinã. Outro núcleo urbano que será conectado com a BR-319 é Manicoré/AM, que hoje já é acessada por esta rodovia no período seco através da AM-364 (BR-174), rodovia com cerca de 85 km que liga a BR-319 à vila de Democracia, na margem do rio Madeira, e que voltou a ser trafegável após obras de melhorias e recuperação finalizadas em 2015<sup>2,3</sup>. No ano de 2018 o Governo do Amazonas assinou uma ordem de serviço para a pavimentação deste trecho, em convênio com o DNIT<sup>4</sup>.

Outro fator importante é que o empreendimento facilitará o escoamento de produtos agropecuários dos estabelecimentos regionais situados ao longo da BR-319, tanto para os centros urbanos de Porto Velho (RO) e Manaus (AM) quanto ao porto graneleiro de Humaitá (AM). Apesar do transporte de grandes cargas de commodities agrícolas ser movimentada regionalmente pelo modal fluvial da hidrovia do rio Madeira, conectando a região Centro-Oeste do Brasil ao porto de Itacoatiara-AM onde a soja é exportada; há que se destacar que após as obras de pavimentação, a BR-319 poderá ser um fator potencializador para instalação de novos estabelecimentos agropecuários ao longo do eixo da rodovia, especialmente nas proximidades do anel viário de interligação com a BR-230 (Transamazônica), em Humaitá. E neste caso, a BR-319 atuaria mais como um sistema viário utilizado regionalmente para transportes de curtas e médias distâncias entre o estabelecimento agropecuário

<sup>2</sup> Trecho da BR-174 é entregue em Manicoré. 2015. <http://www.blogdafloresta.com.br/trechoda-br-174-e-entregue-em-manicore/>

<sup>3</sup> Manicoré sai do isolamento 30 anos após abandono da BR-174. 2015. <http://amazonasatual.com.br/manicore-sai-do-isolamento-30-anos-apos-abandono-da-br-174/>

<sup>4</sup> Governador Amazonino Mendes assina ordem de serviço para início de obras de recuperação do sistema viário de Manicoré. <http://www.amazonas.am.gov.br/2018/06/governador-amazonino-mendes-assina-ordem-de-servico-para-inicio-de-obras-de-recuperacao-do-sistema-viario-de-manicore/>

situado ao longo da rodovia, no trecho aqui considerado, e o centro urbano de Humaitá-AM de onde a carga seguiria pelo rio Madeira até Manaus ou Porto Velho.

No momento, além das obras planejadas do sistema viário, não há qualquer outro projeto de infraestrutura planejado para o interior das TIs Mura ou em seu entorno imediato. Vale ressaltar, entretanto, que constam na base de dados do Ministério de Minas e Energia requerimentos de pesquisa minerária e lavras garimpeiras nos limites da TI Nove de Janeiro.

#### **2.1.4 Importância do empreendimento para o contexto regional**

A BR-319 é responsável pela conexão terrestre entre Porto Velho/RO e Manaus/AM, sendo de extrema importância para a região Norte, por permitir a integração dos Estados do Amazonas e de Rondônia com o restante do país. Além das cidades de Manaus/AM e Porto Velho/RO, a rodovia abrange os municípios de Careiro do Várzea/AM, Careiro Castanho/AM, Manaquiri/AM, Autazes/AM, Manicoré/AM, Tapauá/AM, Lábrea/AM, Humaitá/AM e Canutama/AM.

Atualmente, a duração do transporte de mercadorias para o Estado do Amazonas pode chegar até 25 dias e esse tempo pode ser reduzido para cinco dias com a reconstrução do pavimento da rodovia, impactando diretamente na qualidade e preço dos produtos, na garantia do abastecimento da população e indústria local, bem como no deslocamento de tropas e de material bélico para a defesa nacional, conforme informação discutida na 109ª Reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, realizada em 28/11/2018.

Além do escoamento de mercadorias para o Estado do Amazonas, as indústrias da Zona Franca de Manaus também se beneficiarão da estrada, diminuindo o tempo e custo de chegada de matéria prima e do escoamento dos bens de consumo finalizados para o resto do Brasil.

Com a execução das obras de pavimentação, objetiva-se melhorar as condições de segurança e trafegabilidade da via durante todas as estações do ano, estimular o desenvolvimento regional, aumentar a competitividade da economia local e melhorar a mobilidade da população e o acesso às oportunidades e serviços, com vistas ao aumento da inclusão social.

Nos termos do art. 3º da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que estabelece o Plano Nacional de Viação – PNV, em seu artigo 3º, alínea i), este empreendimento se remete às necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e às de caráter social, como vetor de integração da região amazônica.

#### **2.2 Breve histórico do processo de licenciamento**

A reconstrução da BR-319 foi autorizada primeiramente pelo IPAAM em 2001, entretanto em 2005 o IBAMA emitiu posicionamento afirmando que por se tratar de rodovia federal seria de sua competência a emissão de licenças ambientais, emitindo, nesse mesmo ano, um parecer informando a necessidade da elaboração de EIA/RIMA para os trechos 3 e 4 da BR-319. Com isso, somente em 2007, após o TAC firmado entre o IBAMA e o DNIT, é que o Termo de Referência para o EIA/RIMA do trecho entre os quilômetros 250 e 655,7 foi emitido.

Este primeiro EIA/RIMA, a cargo da UFAM, foi concluído em 2009 e apesar da inclusão de complementações após as etapas de Audiências Públicas, o IBAMA acabou por rejeitar o Estudo, devido a uma série de não conformidades e itens não contemplados. Em 2014, a partir das recomendações dos demais órgãos intervenientes no processo (FUNAI, IPHAN e ICMBio) o IBAMA emite um novo Termo de Referência para o EIA/RIMA do trecho entre os km 250 e 655,7 da BR-319.

**- 1968 a 1976:** Construção, pavimentação e inauguração da rodovia, interligando Manaus (AM) a Porto Velho (RO)





- **1988 a 1996:** Em decorrência ao baixo fluxo de veículos, devido, principalmente ao menor custo do transporte hidroviário para o escoamento dos produtos da zona franca de Manaus, e as dificuldades na manutenção da rodovia, muito pelo alto índice pluviométrico, a estrada acabou se deteriorando, permanecendo intrafegável por 15 anos.

- **1996 a 2000:** A rodovia entra novamente na pauta de planos e programas federais para sua recuperação, sendo concretizados a pavimentação dos trechos entre Porto Velho (RO) – Humaitá (AM) e entre Manaus e Careiro-Castanho.

- **2005 a 2009:** O Governo Federal inicia a recuperação da BR-319, porém a obra é embargada pelo descumprimentos de requisitos ambientais. Em 2005, ainda, ficou decidido que os trechos em que seriam necessários a reconstrução, e não apenas a recuperação, deveriam ser submetidos e licenciados por meio de estudos de impacto ambiental (EIA). Neste período (2014) o DNIT obteve a licença ambiental do Governo do Amazonas para obras de recuperação e manutenção e em 2016, do IBAMA, a autorização para reparos no chamado “trecho do meio”.

- **2013 a dias atuais:** DNIT realizou a contratação de empresas especializadas para elaboração das complementações do EIA/RIMA e elaboração dos estudos do Componente Indígena para licenciamento das obras de restauração do pavimento e melhorias da BR-319/AM, km 250,0 a 655,7 (“Trecho do Meio”). Em 2014 o DNIT obteve a licença ambiental do Governo do Amazonas para obras de recuperação e manutenção e em 2016 do IBAMA a autorização para reparos no chamado “trecho do meio”, com intuito que o DNIT pudesse manter a trafegabilidade do segmento rodoviário enquanto aguarda a elaboração do EIA/RIMA e Componente Indígena.

Em setembro de 2018, o DNIT apresentou, perante o Senado Federal, o histórico do Licenciamento da BR-319 e o custo total envolvido no processo entre 2007 a 2018, em todos os instrumentos celebrados, no valor de R\$ 111.537.249,07 em recursos já gastos e de R\$ 123.447.784,47 empenhados<sup>5</sup>(**Figura 2.3** abaixo).

INSTITUIÇÃO	OBJETO	RECURSOS	VALOR PAGO
FUA I	Elaboração do EIA/RIMA e PBA	2.023.306,00	2.023.306,00
FUA II	Adequações do EIA/RIMA	1.081.646,55	1.081.646,55
COPPETEC	Execução de Programas Ambientais e gerenciamento técnico de processo de licenciamento ambiental	12.657.337,57	12.657.337,57
DEC/Exército	Monitoramento, Gerenciamento e Diversos Estudos Ambientais	2.759.700,00	2.759.700,00
DCT/Exército	Demarcação das UC's Federais e Estaduais.	29.110.000,00	29.110.000,00
DEC/Exército	Elaboração de Projeto de Engenharia para os Portais de Fiscalização	1.497.379,66	1.497.379,66
DEC/Exército	Elaboração de Estudos para subsidiar a autorização para supressão da vegetação	2.759.700,00	2.759.700,00

<sup>5</sup> [http://www.dnit.gov.br/noticias/BR319\\_AM\\_RO.pdf](http://www.dnit.gov.br/noticias/BR319_AM_RO.pdf). Acesso em julho de 2019

INSTITUIÇÃO	OBJETO	RECURSOS	VALOR PAGO
DEC/Exército (Programas Ambientais) PBA	Programa de Monitoramento e Controle de Faixa de Domínio; Controle de Processo Erosivo; Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	15.993.708,92	15.993.708,92
ICMBio	Implementação e proteção das Unidades de Conservação Federal da BR-319.	33.488.161,00	31.195.670,11
CEUC/SDS	Implementação de 9 (nove) Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas localizadas na área de influência da BR-319,	9.958.550,00	9.958.550,00
ENGESPRO/TB	Complementação do EIA/RIMA	10.001.001,03	2.500.250,26
LAGHI/MAC ENGENHARIA	Elaboração do Estudo do Componente Indígena e do Plano Básico Ambiental Indígena	2.117.293,74	0
		<b>123.447.784,47</b>	<b>111.537.249,07</b>

**Figura 2.3.** Custos do Processo de Licenciamento da BR-319 no período 2007-2019

Fonte: [http://www.dnit.gov.br/noticias/BR319\\_AM\\_RO.pdf](http://www.dnit.gov.br/noticias/BR319_AM_RO.pdf). (acesso em julho de 2019).

### 2.2.1 Contexto da Participação da FUNAI

No que tange a participação da FUNAI como órgão interveniente do processo de Licenciamento Ambiental, o primeiro encaminhamento pelo DNIT do Componente Indígena ocorreu em 2008, no âmbito do EIA/RIMA em elaboração pela UFAM, em 2009. Após o indeferimento do IBAMA quanto ao EIA apresentado, a FUNAI solicita complementações ao componente indígena e em 2011 emite um novo Termo de Referência incluindo a necessidade de estudo em 47 Terras Indígenas. Em 2015, já no âmbito do novo EIA/RIMA conforme Termo de Referência IBAMA (2014) a FUNAI envia novo Termo de Referência para os estudos do Componente Indígena contemplando, desta vez, cinco terras indígenas, incluindo as duas terras Apurinã aqui tratadas.

- 13/03/2006 - Órgão ambiental licenciador solicitou informações sobre as Terras Indígenas e as reivindicações para demarcações da área.
- 2007, 2008, 2009 - Reuniões, correspondências e tratativas entre DNIT, FUNAI e IBAMA.
- 17/09/2008 - Encaminhado à FUNAI o Componente Indígena entre os trechos 250 e 655,7 como parte integrante do EIA/RIMA, para análise e emissão da Licença Prévia.
- 10/07/2009 - Funai manifestou não haver óbices para a Licença Prévia, no entanto, para concluir a avaliação que lhe compete, seriam realizadas reuniões com as comunidades indígenas para apresentação do estudo socioambiental sobre as Terras Indígenas que estão na área de influência direta e indireta.
- 14/12/2015 - Envio do Termo de Referência definitivo para elaboração do Estudo de Impacto do Componente Indígena.
- 23/05/2016 - DNIT publicou edital no Diário Oficial da União para contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração do estudo do Componente Indígena.
- 20/07/2017 - DNIT encaminhou o Plano de Trabalho do estudo do Componente Indígena para FUNAI.
- 10/11/2017 - FUNAI comunicou ao IBAMA que o Plano de Trabalho estava apto para consulta aos indígenas.
- 20/11/2017 - FUNAI informou ao DNIT a aprovação da proposta de Plano de Trabalho para realização do Estudo do Componente Indígena da BR-319/AM, do km 250 ao km 655,7 (Ofício nº 328/2017/CGLIC/DPDS/FUNAI). O ofício encaminhou a Informação Técnica nº 24/2017/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI, que expôs a concordância daquela Fundação quanto ao estudo das 05 (cinco) Terras Indígenas indicadas no Plano de Trabalho, sendo que dessas cinco, duas seriam estudadas com dados secundários (no caso, a Etnia Apurinã).

### 2.3. Áreas de Influência do Empreendimento

As áreas de influência aqui apresentadas, definidas a partir da abrangência dos impactos ambientais e dos efeitos do empreendimento sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, tiveram os seus limites definidos conforme metodologia aplicada no EIA/RIMA (ENGESPRO/DNIT, 2020: Capítulo 8), os quais estão descritos e caracterizados de maneira sucinta nos parágrafos a seguir e resumidos na **Tabela 4**. Para o Componente Indígena as áreas de influência serviram para o recorte espacial das análises socioambientais e para a avaliação qualitativa da abrangências dos potenciais impactos decorrentes do empreendimento sobre as populações indígenas, conforme apresentado no Capítulo 8 deste relatório.

De acordo com o estabelecido pelo EIA /RIMA (ENGESPRO/DNIT, 2020) as Áreas de Influência do trecho da BR-319 para efeitos dos estudos ambientais apresentam os seguintes limites:

- **Área Diretamente Afetada – ADA:** Compreende em ambos os lados ao longo do traçado da BR-319/AM entre o km 250,0 e o km 655,7 as áreas que são necessárias à implantação do empreendimento, incluindo todas as estruturas de apoio, vias de acesso privadas, que poderão ser construídas, bem como todas as demais operações unitárias associadas exclusivamente à infraestrutura do projeto. São nestas áreas que geralmente se concentram as atividades de supressão da vegetação para implantação/pavimentação da rodovia propriamente dita e que envolve ações tais como implantação dos canteiros de obras, botaforas, áreas de empréstimo, áreas de corte e aterro, vias e caminhos de serviços, obras de arte corrente e obras de arte especiais. Sendo assim, a ADA no presente caso foi definida como compreendendo a faixa de domínio da rodovia, a qual é delimitada em 50 metros para cada lado a partir do eixo da rodovia, abrangendo uma área total de cerca de 3.241 hectares.
- **Área de Influência Direta – AID:** Para o Meio Físico foi estabelecido a delimitação de uma faixa de 2 km, para cada lado, a partir do eixo da rodovia ao longo do trecho em estudo. Tal limite se justifica, de acordo com os dados do EIA, entre outras, pelas seguintes características ambientais da região e do empreendimento: Particularidades do projeto e sua localização em área de interflúvio de duas grandes bacias hidrográficas; abundância de corpos hídricos superficiais que irão exigir 112 obras de arte especiais ao longo dos 400 km da rodovia e ainda dos impactos do empreendimento identificados pelo EIA para o Meio Físico, em especial o *Risco de Contaminação do solo e recursos hídricos superficiais* (ENGESPRO/DNIT, 2020-Capítulo 8).

Em relação ao Meio Biótico, foi estabelecido como extensão da AID a faixa de 5 km, para cada lado, a partir do eixo da rodovia, resultando em uma área total de aproximadamente 413.370 hectares (ENGESPRO/DNIT, 2020). Ainda de acordo com a metodologia apresentada no EIA, a partir dos impactos diretos identificados sobre a fauna e flora, e seus critérios de abrangência e magnitude, aliado aos aspectos ambientais decorrentes das ações do empreendimento, foi possível determinar a dimensão da AID do estudo para o Meio Biótico. Dentre os impactos diretos identificados o EIA destaca o *Efeito Barreira*<sup>6</sup> como o principal norteador para o delineamento da AID do Meio Biótico. Ainda de acordo com o EIA, apesar deste impacto ter abrangência *Pontual* na rodovia seus efeitos extrapolam os limites do empreendimento atingindo um a área significativa, utilizando como parâmetro para este caso a área de vida da onça-pintada (*Panthera onça*), espécie ameaçada com registro na área de estudo, cuja estimativa de área de vida varia, de acordo com a literatura entre 10 km<sup>2</sup> e 260 km<sup>2</sup> (ENGESPRO/DNIT, 2020). Tendo em isso em conta, “*assumindo a área de vida com um formato circular e tendo a rodovia como centro deste círculo, a média entre a menor e maior área ficou em 5 km a partir do eixo da rodovia, para cada um dos lados.*” (ENGESPRO/DNIT, 2020).

Para o Meio Socioeconômico a AID foi definida a partir da identificação (*in loco* e imagens via satélite) das ocupações humanas ao longo do trecho em estudo da rodovia e de acordo com as projeções de impactos diretos indicados para a Socioeconomia, alcançando uma área que varia entre 3 km até 15 km ao longo da rodovia (ENGESPRO/DNIT, 2020). Conforme metodologia apresentada pelo EIA o limite máximo de 15 km foi determinado a partir de análises das imagens de satélite Sentinel-2 (jun-set 2019) que revelaram as áreas de ocupação e a presença de ramais rodoviários vicinais, com potencial de expansão dessa ocupações após a implantação do empreendimento, optando-se por este limite máximo de 15 km em locais

---

<sup>6</sup> Efeitos de barreira: Consiste na redução da movimentação de indivíduos da fauna entre os habitats, com consequentes perdas genéticas, decorrente da estrutura física de rodovias e a consequente fragmentação de habitats, podendo ainda ocasionar o afugentamento e atropelamento da fauna.

onde não há presença de Unidades de Conservação (ENGESPRO/DNIT, 2020). No caso de trechos da rodovia onde existem Unidades de Conservação ficou estabelecido o limite máximo de 3 km para a AID, valor que teve como base as áreas estipuladas como de Zona de Uso Especial e Zona de Recuperação, conforme apresentadas nos Planos de Manejo do PARNA das Nascentes do Lago Jari, da FLONA Balata-Tufari e RESEX do Lago do Capanã Grande. Tal fato é justificado, conforme o EIA, no entendimento “*que o potencial para ocupação humana, desmatamentos e abertura de estradas vicinais, nessas áreas, teriam menos chances de ocorrer, devido a presença dessas unidades de conservação.*” (ENGESPRO/DNIT, 2020: Capítulo 8).

- **Área de Influência Direta – AII:** No caso dos meios Físico e Biótico as delimitações das bacias hidrográficas foram os recortes espaciais para a definição da AII, para o Meio Biótico esta compreende toda a região do Interflúvio Purus-Madeira e para o Meio Físico ela é limitada pelo recorte do conjunto de microbacias (ottobacias nível 05) interceptadas pela BR-319 e sua faixa de domínio, no trecho em estudo. No caso do Meio Biótico foi preponderante nesta definição as análises de 02 impactos indiretos identificados: Redução da cobertura vegetal e perda de hábitat e Aumento de incêndios florestais, ambos com maior expressão na fase de operação do empreendimento, em virtude do histórico e do padrão de ocupação e uso do solo após a construção de rodovias, onde estas atuam como espinha dorsal da fronteira do desmatamento (ENGESPRO/DNIT, 2020). O EIA cita ainda os números e as estimativas de estudos sobre o tema que atestam que grande parte do desmatamento da Amazônia na última década ocorreu dentro de uma faixa entre 50 a 100 km de cada lado das rodovias pavimentadas

Para o Meio Socioeconômico a AII compreende o limite geográfico dos municípios interceptados pela BR-319 em seu trecho de estudo, sendo estes: Humaitá/AM, Canutama/AM, Tapauá/AM, Manicoré/AM, Borba/AM, e Beruri/AM, acrescido do território dos municípios de Manaquiri/AM, Careiro/AM, Careiro da Várzea/AM, Iranduba/AM além das duas Capitais; Manaus/AM e Porto Velho/RO. Visto que a rodovia promoverá, principalmente, o deslocamento de populações entre as capitais Porto Velho/RO e Manaus/AM, a inclusão destes municípios interceptados por outros segmentos da BR-319 é justificada por estarem próximos à capital Manaus/AM, e, dessa forma, susceptíveis aos potenciais impactos indiretos, sejam negativos ou positivos, do empreendimento. Os municípios que integram a AII são aqueles, de acordo com o EIA que se beneficiarão da expansão da área urbanizada, da arrecadação de impostos, do escoamento da produção rural, dentre outros, assim como os ônus advindos da implantação e operação do empreendimento (ENGESPRO/DNIT, 2020).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) também apresenta o conceito de **Área de Influência Total** (AIT), definida como a “*área total que engloba os impactos diretos e indiretos de todos os Meios, decorrentes tanto da implantação, quanto da operação da rodovia.*” (ENGESPRO/DNIT, 2020: Capítulo 8). Tendo em vista que a Área de Influência Indireta definida para o Meio Socioeconômico é a que atingiu a maior extensão territorial, os mesmos limites foram adotados para a definição da Área de Influência Total e que se sobrepõe as demais áreas de Influência Indireta dos meios Físico e Biótico.

Cabe destacar que as áreas destinadas à implantação do empreendimento no trecho da BR-319 entre Humaitá e Careiro, incluindo aquelas necessárias às estruturas de apoio, já estão incluídas nos atos declaratórios de utilidade pública para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, (Portaria nº 113, de 04 de julho de 1978, SEI nº 4041415) e Porto Velho e Humaitá (Portaria nº 114, de 04 de julho de 1978, SEI nº 4041443).

A **Tabela 4**, a seguir, apresenta de forma resumida as Áreas de Influência do empreendimento, conforme definições do Estudo de Impacto do Ambiental (EIA).

**Tabela 4.** Delimitação das áreas de Influência – BR-319, Trecho do meio.

MEIO	Área de Influência Direta – AID	Área de Influência Indireta – AI
Meio Físico	2 km a partir do eixo da rodovia, para cada um dos lados	Microbacias hidrográficas interceptadas pelo empreendimento
Meio Biótico	5 km a partir do eixo da rodovia, para cada um dos lados	Interflúvio Purus-Madeira
Meio Socioeconômico	Varia de 3 km a 15 km conforme ocupação identificada pela equipe técnica do EIA ( <i>in loco</i> e imagens via satélite) e de acordo com as projeções de impactos diretos para o Meio.	Limites geográficos dos municípios interceptados pela BR-319, no trecho em estudo, além dos municípios de Manaquiri/AM, Careiro/AM, Careiro da Várzea/AM, Iranduba/AM e as duas Capitais; Manaus/AM e Porto Velho/RO
<b>Área de Influência Total</b>		
Limites geográficos dos municípios interceptados pela BR-319, no trecho em estudo, além dos municípios de Manaquiri/AM, Careiro/AM, Careiro da Várzea/AM, Iranduba/AM e as duas Capitais; Manaus/AM e Porto Velho/RO		

### 3. METODOLOGIA E MARCOS LEGAIS

Para delimitar uma amostra representativa do conhecimento etnoecológico local dos ambientes terrestres e aquáticos e que pudesse ser analisada quantitativa e qualitativamente, investiu-se nos relatos das lideranças e colaboradores indígenas indicados nas próprias aldeias e suas respectivas TIs.

Em cada comunidade foram identificados indivíduos a partir dos seguintes critérios: 1) integrantes mais velhos que realizam atividade de caça e pesca e 2) integrantes em plena atividade de uso dos recursos naturais. Desta maneira, estas classificações foram determinadas não pela idade, mas pela experiência e pelo reconhecimento dos próprios integrantes das comunidades indígenas.

Para a realização das entrevistas qualitativas em cada comunidade se utilizou a técnica conhecida como “cadeia de informantes”. Este método não probabilístico consiste no contato inicial com um “índigena consultor” indicado previamente; após a entrevista, solicitar-se-á que cada participante indique outros indígenas residentes em sua aldeia e classificados por ele mesmo segundo as categorias propostas na pesquisa. Esse processo será repetido sucessivamente até a obtenção das informações desejadas, em cada aldeia.

A metodologia empregada foi aquela de entrevistas semiestruturadas guiada por um roteiro evidenciando expectativas (positivas e negativas) do empreendimento, o mapeamento in loco do território ocupado/utilizado anterior ao contato permanente com o não-indígena, o atual conhecimento e utilização de recursos naturais existentes nas Terras Indígenas englobadas no TdR-FUNAI e suas adjacências, assim como a dinâmica destes conhecimentos e usos ao longo dos anos, fornecendo uma ideia clara e concreta do conhecimento e uso dos territórios indígenas, no passado e atual. O roteiro de entrevista foi permeado de perguntas referentes ao presente e ao passado dos entrevistados, sem um período pré-definido entre o atual e o antigo, o qual foi delimitado pelos próprios “pesquisadores indígenas” e entrevistados, tendo como parâmetro o tempo de atividade e moradia no local. (Fontana e Frey, 2005)

Os roteiros destas entrevistas foram divididos em quatro partes. A primeira delas (1) refere-se ao perfil sociocultural do entrevistado como identificação (nome, idade, Terra Indígena, aldeia, número de filhos) e infraestrutura existente na aldeia; a segunda parte (2) descreveu a atividade que pratica relacionada à agricultura e ao extrativismo (roça, coleta, criação de animais, caça, pesca, dentre outras); a terceira (3) evidenciou atividades relacionadas a projetos e fonte de renda e a quarta (4) a percepção dos indígenas sobre o empreendimento. A aplicação do questionário socioeconômico se deu casa a casa nas comunidades Traíra e Pupunha da TI Nove de Janeiro

Afora as atividades de praxe, durante toda a permanência na TI Nove de Janeiro a equipe buscou nas conversas informais com jovens, mulheres e lideranças abordar aspectos da vida cotidiana e ainda questões relativas aos problemas e anseios que os envolve, incluindo o processo em curso do licenciamento da rodovia BR-319. Nas conversas sobre a BR-319 a equipe procurou elucidar as eventuais dúvidas dos Parintintin quanto ao processo legal e os eventuais potenciais impactos decorrentes.

Os dados foram analisados pelo modelo de união de diversas competências individuais, no qual todas as informações obtidas nas entrevistas foram consideradas. Este método tem sido uma tendência em trabalhos científicos com populações indígenas, no Brasil ou alhures.

As atividades correspondentes aos levantamentos de campo na Terra Indígena Nove De Janeiro ocorreram entre os dias 05 e 19/02/2019, e tiveram como base a cidade de Humaitá/AM e as comunidades Parintintin da Traíra e Pupunha. Ressaltamos ainda que tais atividades de campo seguiram as recomendações e as normas de conduta contidas no Termo de Compromisso individual assinado pelos membros da equipe técnica. Para o levantamento de informações a equipe contou com o auxílio de pesquisadores indígenas em todas as etapas das atividades de campo, com atuação fundamental



na indicação de informantes específicos para cada tema de interesse além de colaborar na aplicação do questionário socioeconômico, no planejamento e logística das incursões aos locais de interesse e ainda nas atividades de etnomapeamento.

Antes dos inícios dos estudos e das atividades de campo foram realizadas reuniões em cada uma das aldeias da TI Nove de Janeiro (Traíra-6/02/2019 e Pupunha-13/02/2019) envolvendo as lideranças e demais Parintintin presentes. Estas reuniões serviram para retomar os acertos firmados na reunião de apresentação e aprovação do Plano de Trabalho e da equipe técnica ocorrida na aldeia Traíra (24/10/2018- Anexo 1 ) e também para definir o planejamento das atividades, incluindo o cronograma e a definição dos pesquisadores indígenas que acompanharam a equipe durante os trabalhos na terra indígena. Nesta ocasião foi ainda realizado um mapeamento preliminar do território Parintintin para subsidiar a logística das expedições e o cronograma de trabalho.

Em reunião realizada na aldeia traíra (11/02/2019) com a presença da equipe técnica, das lideranças, pesquisadores indígena, agentes ambientais indígenas e demais Parintintin presentes, foram discutidas e abordadas as principais ameaças, impactos e potenciais fatores positivos decorrentes do empreendimento e a percepção que os Parintintin tinham sobre o asfaltamento da BR 319.

Ressalta-se ainda que a equipe técnica, a metodologia e os procedimentos aqui sintetizados, foram aprovados pela FUNAI (Ofício nº 328/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI de 10 de novembro de 2017) e apresentados para as lideranças Parintintin em reunião específica na comunidade Traíra com a presença da equipe técnica, FUNAI e DNIT nos dias 23 e 24 de outubro de 2018. **(Anexo 1- Documentação)**

### **3.1 Áreas de uso dos recursos naturais**

Com o objetivo de documentar os recursos naturais conhecidos e utilizados em cada uma das Terras Indígenas pesquisadas e em suas adjacências, além de entrevistas e observação participante, se elaborou os Mapas de Recursos Naturais, a partir da metodologia de etnomapeamento – o que permitiu que os indígenas representassem suas visões dos ecossistemas onde estão inseridos como um todo, apresentando os recursos de fauna e flora disponíveis, por eles conhecidos e utilizados, assim como as localidades que são suas referências de caça/pesca ou de outros tipos de extrativismo. Utilizou-se incursões em campo – com o objetivo de observar as áreas, locais e práticas de uso dos recursos naturais, declaradas na construção dos mapas falado e ter ideia da situação destas áreas, tanto as localizadas próximas como aquelas mais distantes das próprias aldeias ou fora dos limites demarcados pela FUNAI.

As reuniões/oficinas de etnomapeamento foram realizadas nas presenças dos agentes ambientais indígenas que acompanharam a equipe, das lideranças Parintintin e quando possível dos “mais velhos”, figuras importantíssimas para as indicações de pontos históricos, dos relatos da dinâmica de movimentação e da ocupação antiga dos Parintintin na região de estudo. As atividades de cartografia serviram também para apresentar as imagens de satélite e auxiliar na identificação de padrões nos usos do solo e áreas degradadas no entorno da TI. Foram nas conversas ao redor dos mapas em que muitas vezes surgiam e eram definidos os locais das expedições. Estes locais eram definidos em conjunto pelos Parintintin e pela equipe técnica, assim escolhidos por serem pontos de interesse e de importância para o modo de vida Parintintin, seja do ponto de vista dos recursos naturais quanto dos aspectos históricos/cosmológicos, ou por apresentar características ambientais únicas da paisagem.

Os mapas estão graficamente representados em papel e digitalizados e representados esquematicamente. Nesta reprodução, em QGIS, se buscou a fidelidade às informações e não ao desenho em si, tornando-se uma releitura do mapa representado pelos informantes e lideranças



indígenas, pois as informações obedeceram ao conteúdo e localização dos recursos no Mapa, mas não à mesma disposição no espaço por uma questão, óbvia, de escala.

Na reunião inaugural ocorrida na aldeia Traíra, na TI Nove de Janeiro, os pesquisadores indígenas foram devidamente informados quanto as seguintes atividades sob sua responsabilidade:

- Realização de uma pesquisa socioeconômica em todas as comunidades (aldeias e/ou assentamentos), por meio de entrevistas com os pais de família de todas as residências de cada assentamento, bem como observação de informações complementares referentes ao assentamento, tais como número de residências, equipamentos públicos etc.

- Localizar, identificar habitantes que utilizam e fazem atividades de coleta, caça, pesca, caçadas rituais, fora dos limites atuais da terra indígena. Desenvolver com eles atividade de mapeamento de tais atividades, com referências de rio, estrada localização.

- Identificação dos anciãos conhecedores do passado de ocupação territorial, as moradias históricas e outros sítios de importância tais como sepulturas, referências geográficas, pontos de acampamento e trajetórias de caçadas. Participarão ainda de oficina de elaboração dos mapas mentais onde serão identificadas e representadas as localidades de interesse, bem como o registro de depoimentos sobre o modo de vida e o uso territorial do passado.

Os pesquisadores auxiliares foram responsáveis por recepcionar e facilitar o contato durante a visita de estudos de campo da equipe técnica, em cada terra indígena (**Figura 3.1**).



**Figura 3.1.** Pesquisadores Indígenas e Lideranças na Oficina de Mapeamento. Aldeia Traíra (fev-2019).

Fonte: Consórcio Etnias 2019

As informações do “mapa falado” ou “mapa mental” foram transpostas (plotadas) para a base cartográfica oficial do Brasil (apoiada na hidrografia em escala 1:100.000 existente para o Estado do Amazonas), verificando-se a correspondência entre as localidades, rios e acidentes geográficos com topônimos existentes na cartografia oficial e os topônimos indígenas. Os resultados auferidos nestas reuniões com os anciãos determinaram os locais a serem conferidos em campo posteriormente. As várias localidades foram documentadas em fotos, com coordenadas geográficas conhecidas por sistema GPS.

Foram detalhadas, junto aos informantes, características específicas dos ecossistemas de cada localidade, geralmente associadas aos topônimos e designações comuns. Dentro do bioma amazônico há uma variação considerável de vegetação, cujas nuances são captadas pelo conhecimento ecossistêmico dos povos indígenas e expresso nas denominações das localidades. O mapeamento resultante foi conferido segundo as compartimentações fisiografias existentes, tais como a

geomorfologia, a pedologia, as bacias hidrográficas em busca de lógicas específicas nas distribuições encontradas.

As informações sobre as localidades estão acompanhadas de levantamento temporal da situação da paisagem e sua evolução.

**Tabela 5.** Relação de Atividades de Etnomapeamento e expedições de meio ambiente–Comunidade Traíra

Atividade	Local	Objetivos	Data	Participantes Parintintin	Equipe Técnica CI
Oficina Mapeamento	Traíra	Mapeamento do território, áreas de uso, castanhais, áreas históricas, moradias.	07/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais.	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
Expedições	Ig. Traíra e Rio Maici-Mirim	Expedição descendo o Ig Traíra rumo ao antigo posto de atração no Ig. Nove de Janeiro e descendo o rio Maici-Mirim rumo ao <i>Lago Comprido</i> na região da antiga aldeia da época do contato.	08/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças, Agentes Ambientais e barqueiro	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
	Traíra	Caminhada pelas roças atuais e visita ao sistema agroflorestal-SAF. Caminhada margemado o Ig. Traíra até o <i>Paraisinho</i> , local de moradia permanente para entrevistar o Sr. Cândido Parintintin.	09/02/19	Messias (mateiro) e Rosinaldo (Pesquisador indígena)	Especialistas Meio Biótico e Meio Físico
	Limite Sul da TI; BR-230	Expedição pela BR-230 rumo à cascalheira utilizada pelo DNIT, no limite da TI. No percurso paramos em algumas propriedades limítrofes à TI que estão realizando Plano de Manejo Florestal	10/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
	Ig. Traíra; Limite TI.	Expedição de barco subindo o Ig. Traíra rumo ao local da antiga aldeia <i>Varadorzinho</i> , hoje local de cemitério, e visita à antiga área de moradia e <i>túmulo do Aruká</i> (antiga liderança), próximo ao limite sul da TI, área de terra preta e flechal.	11/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
	BR-319/Realidade	Expedição para a R-319, na vila da Realidade, para que os parintintin pudessem ver o contexto da rodovia.	12/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico

**Tabela 6.** Relação de Atividades de Etnomapeamento e expedições de meio ambiente–Comunidade Pupunha

Atividade	Local	Objetivos	Data	Participantes Parintintin	Equipe Técnica CI
Oficina Mapeamento	Pupunha	Mapeamento do território, áreas de uso, castanhais, áreas históricas, moradias e sítios.	14/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais.	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
		Mapeamento sobre as questões de vulnerabilidade e pressões ao território. Mapeamento de antigas aldeias e antigos varadouros	15/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças, Agentes Ambientais e Anciões	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
Expedições	Ig. Pupunha	Expedição descendo o Ig. Pupunha para entrevistas e aplicação do questionário à algumas moradias parintintin no limite sudoeste da TI.	14/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças, Agentes Ambientais e barqueiro	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico
	Lago Pupunha e Ig. Marizal	Expedição de barco até o castanhal de uso coletivo próximo da aldeia. Área também utilizada para coleta de açaí	15/02/19	Valnei, Juscelino (Pesquisadores indígenas) e Thiago (Agente Ambiental)	Especialistas Meio Biótico e Meio Físico
	Lago Pupunha e Ig. Pupunha	Expedição subindo o Ig. Pupunha rumo região do <i>varadouro do Irara</i> , área de antigas aldeias. Aplicação de questionários nas famílias moradores deste trecho da TI.	16/02/19	Pesquisadores Indígenas, Lideranças e Agentes Ambientais	Especialistas Socioeconomia, Meio Biótico, Meio Físico

### 3.2 Análise e interpretação de imagens de satélite.

Foram utilizadas as imagens do programa Google Earth, Landsat 8 E Sentinel-2 disponíveis para a região que permitem uma abordagem temporal da paisagem das regiões de localização das TIs objeto do TdR-FUNAI, sobretudo da cobertura vegetal e usos do solo.

Utilizou-se para marco inicial o trabalho do MMA-SIPAM, que elaborou uma revisão da situação da vegetação na Amazônia, disponibilizando-a em tema, com legenda mista, compostas de variadas formações encontradas por polígono. O ano de referência será determinado em pesquisa anterior.

Para a análise das áreas degradadas, da vulnerabilidade e pressões do entorno das TIs foram consultados os dados do PRODES/INPE, por meio do acesso ao projeto TerraBrasilis<sup>7</sup> para uma série

<sup>7</sup> <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>



histórica de 2013 até 2018, complementados com os produtos de cobertura da terra oferecidos pelo projeto MapBiomass8. As informações acerca do desmatamento e demais áreas degradadas foram aferidas por meio de imagens de Satélite Sentinel-2 e Landsat-8 com data de passagem de 2018.

**Tabela 7.** Imagens de Satélite e suas respectivas datas de passagem utilizadas no georreferenciamento e interpretação

Satélites	órb	pto	Cena	Período	Data/Ano
Landsat 5 TM	232	64	-	1988 a 2010	1988, 1998, 2008
Landsat 5 TM	232	65	-	1988 a 2010	1988, 1998, 2008
Landsat 8 OLI	232	64	-	2015 a 2018/19	2015, 2016, 2017, 2018/19
Landsat 8 OLI	232	65	-	2015 a 2018/19	2015, 2016, 2017, 2018/19
Sentinel-2	-	-	20MNS	2015 a 2018/19	2017, 2018/19
Sentinel-2	-	-	20MNT	2015 a 2018/19	2017, 2018/19
Sentinel-2	-	-	20MPT	2015 a 2018/19	2017, 2018/19

Foram georreferenciadas e utilizadas para consulta imagens de anos anteriores e os mosaicos Landsat/Geocover ([zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/](http://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/)) de 1990 e de 2000, de modo a compor uma maior convergência de evidências, conferindo maior certeza na identificação das coberturas e suas mudanças. Para obter melhor noção da cobertura original, frequência de queimadas, serão utilizadas imagens do Landsat MSS, 1,2 e 3, para os anos de 1973, 1975 e 1978.

Para os mapas da vegetação e usos do solo elaborados as legendas foram padronizadas para atender as especificidades das informações colhidas em campo, contendo as seguintes classes:

• **Áreas antropizados:**

- Agricultura: inclui agricultura mecanizada.
- Roças: inclui áreas destinadas aos roçados indígenas e inclui pequenas formas de agricultura artesanal
- *Agropecuária*: pequenas e grandes extensões de pastagens.
- *Área urbana*: inclui arruamentos, construções, galpões, quintais, terrenos, loteamentos, áreas adensadas em geral.
- *Solo Exposto*: inclui áreas onde a cobertura vegetal foi completamente destituída seja por motivos antrópicos diretos (desmatamento raso, mineração) ou indiretos (erosão)
- *Mineração*: áreas identificadas como de atividades minerárias de lavra e extração.

<sup>8</sup> <https://mapbiomas.org/>

- **Florestas:**

- Floresta amazônica de terra firme (Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta), florestas ripárias em sistemas amazônicos.

- Floresta de transição: florestas dentro do bioma cerrado, sistemas de transição como Florestas de palmeiras, matas “secas”, outras formações arbóreas ciliares e de encosta

- Floresta/tensão: áreas de tensão florestal onde é difícil definir os limites entre áreas florestais típicas de outras formações arbóreas.

- **Vegetação natural savânica e campinas**

- Savanas: inclui áreas de difícil classificação nas categorias savânicas acima, tratadas como savanas indiferenciadas

- Campinas: manchas de vegetação de matriz florestada ou herbácea com fitofisionomia aberta sob areias brancas, ocupando solos rasos e hidromórficos.

- **Influência aquática/fluvial:** áreas sob influência aquática, vegetação pioneira de terrenos sedimentares, alagáveis etc.

- **Massa de água:** áreas permanente ou sazonalmente alagadas, corpos d’água em movimento de largura maior que 60m, corpos d’água parada, lagoas em geral

### **3.3 Sistema de informações geográficas**

O sistema de informações geográficas será integrado por informações cartográficas já existentes, tais como a hidrografia e o sistema viário na Escala 1:100.000, polígonos oficiais das delimitações de terras indígenas e outras áreas especiais, o delineamento do projeto de obra em tela e sua área de influência. Incluir-se-á as informações coletadas durante o trabalho de campo, o conhecimento biogeográfico dos indígenas Parintintin, descrito pelos nomes dos acidentes geográficos e nos recursos usados entre outros atributos culturalmente significativos, os locais históricos relatados representados em temas lineares (caminhadas etc.).

As informações dos ecossistemas, da distribuição atual da vegetação foram cruzadas com os dados dos locais históricos, locais de uso atual, bem como os locais não utilizados por força das invasões de não indígenas. Tais informações foram coletadas no trabalho de campo.

Tabulações com as classificações de uso e cobertura do solo em séries históricas foram realizadas para identificar que percentual da vegetação alterada em cada um dos intervalos de tempo. Percentuais aferidos de forma a entender quais as principais vegetações naturais que perderam cobertura e quais sistemas agrícolas, dentro da legenda apresentada, foram responsáveis pelas alterações para se observar o quanto as alterações na paisagem interferiram nas áreas de ocupação históricas e atuais das TIs aqui tratadas, *Nove de Janeiro* e *Ipixuna*.

### **3.4 Marcos Legais de referência**

- **A Convenção 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais enquanto pauta ético-metodológica dos ECI**

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº143 de 2002 – e, portanto, tem força de lei. Basicamente este instrumento legal dá aos povos indígenas do país o direito de *consentirem ou não* com o uso de parcelas do seu território para todo e quaisquer empreendimentos que os afeta, independentemente deste empreendimento estar fisicamente fora das terras indígenas *formalmente reconhecidas*.

O Art. 7º da Convenção 169 diz:

*“( a) melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação desses povos (indígenas e tribais), deverá, com sua participação e cooperação, ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões que habitam” (Art. 6º da Convenção 169).*

O princípio de participação é elementar à aplicação de todo o texto da Convenção 169 e o Comitê de Peritos (CPACR) definiu que:

*“(...) A consulta é o instrumento previsto pela Convenção para institucionalizar o diálogo, assegurar processos de desenvolvimento inclusivos e prevenir e resolver conflitos. A consulta, nos termos previstos na Convenção, pretende harmonizar interesses, às vezes contrapostos, mediante procedimentos adequados” (CEARC, nº169).*

E o artigo 15º da Convenção explicita que esta consulta deve se dar antes que os governos estatais empreendam ou autorizem qualquer programa de prospecção ou exploração de recursos existentes no habitat dos povos indígenas.

O artigo 14º reza que a Convenção 169 se aplica sobre os espaços territoriais dos povos indígenas que compartilham com terceiros, e o artigo 15º que se aplica: *“(à) totalidade do habitat das regiões que esses povos ocupam ou utilizam de alguma maneira”*. Os procedimentos de consulta previstos na Convenção 169 têm por finalidade chegar a um acordo ou lograr o consentimento; mas *“não é necessário, claro está, que um acordo logre ou obtenha consentimento”* (Informe do Comitê – doc. 16200MEX169B, in Figueroa, 2009: 43). E a consulta deve ser feita pelo Governo (artigo 7º) e é prévia, inclusive se dando na realização dos estudos de impacto ambiental (Figueroa, 2009: 36). *“Os povos indígenas têm o direito de participar em todos os níveis de tomada de decisão enquanto prevalecer a situação criada por decisões estatais tenham aqueles consentidos ou não com a medida proposta”* (Figueroa, 2009: 36).

*“O resultado de um procedimento de consulta pode ser indicador do seu êxito, mas não da sua legitimidade (...). Ou seja, o processo de consulta não requer o consentimento como condição à sua legitimidade, mas quando um projeto afeta direitos territoriais de forma substancial, então o consentimento faz-se necessário; não para prestar legitimidade ao processo de consulta, mas sim para legitimar a medida a ser tomada pelo governo”.*

A Constituição Federal (CF), por outro lado, estabelece que os tratados internacionais têm força hierárquica infraconstitucional, equiparando-se à força da lei ordinária (Art. 102, III, b). E o artigo 5º (parágrafo 2º) determina que os direitos e garantias estabelecidos na CF *não excluem* aqueles estabelecidos em tratados internacionais que o Brasil seja parte. O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar ambos os artigos, tem entendido que os tratados internacionais *que versam sobre direitos humanos* (e a Convenção 169 é um deles) têm hierarquia superior à lei ordinária. No STF e sobre esse tema ainda resta a definir duas linhas de argumentação, ambas baseadas na leitura da Emenda Constitucional 45/2004: uma que interpreta que a discussão sobre o *status* constitucional foi esvaziada pela Emenda e outra que entende que a Emenda equipara a força hierárquica dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil àquela da Constituição.

A consequência da primeira interpretação é que, em caso de conflito entre a norma constitucional e a norma internacional, o texto constitucional não seria revogado, mas deixa de *“ter aplicabilidade diante do efeito paralisante destes tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria”* (voto do ministro Gilmar Mendes); já a outra interpretação (Ministro Celso de Mello) atribui qualificação materialmente constitucional à normativa dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos. O STF não retomou ainda esta discussão, mas de toda forma e

em qualquer caso, para o Tribunal a Convenção 169 possui *status* superior à lei ordinária já que versa sobre os direitos dos povos indígenas – e os direitos dos povos é, por definição, um direito *humano*.

Portanto, dada a explanação acima, o mecanismo de consulta prévia e informada foi adotado pela equipe destes Estudos como variável metodológica. É ética, pois, apesar do desconhecimento da lei não ser razão para sua aplicabilidade, como reza o conceito jurídico, levar o conhecimento sobre a consulta prévia e informada aos povos indígenas *enquanto mecanismo previsto em lei e informá-los sobre seu poder legal de consentimento* é uma obrigação moral. De forma que se espera que os ECI que serão apresentados sejam entendidos pelos órgãos responsáveis (DNIT, FUNAI e IBAMA) enquanto um *laudo*, na acepção jurídica do termo – e não como um mero apêndice ao EIA-RIMA da BR-319.

O Estudo do Componente Indígena do Processo de Licenciamento Ambiental da BR-319 foi conduzido seguindo todos os dispositivos legais pertinentes e as instruções que tratam do licenciamento ambiental e o ingresso em terras indígenas, mormente os artigos 225, 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 6001-73 - Estatuto do Índio, a Lei n.º 6938/81- Política Nacional de Meio-Ambiente, Resoluções Conama n.º 01/86 e 237/97, Portaria Interministerial n.º 60/2016 e Instrução Normativa FUNAI n.º 02/2015. Destaca-se ainda que os levantamentos etnoecológicos no interior das terras indígenas foram pautados pelas recomendações da FUNAI contidas no relatório do PPTAL (2004).

A posição institucional do DNIT a respeito da Convenção 169 da OIT está transcrita abaixo:

*“Conforme exposto no Ofício nº 35766/2019/ASSTEC/GAB-DG/DNIT, de 06/05/2019 (SEI nº 3124831), que respondeu ao Ministério Público Federal do Amazonas sobre a aplicação da Convenção nº 169 da OIT (Autos de nº 1.13.000.001678/2009-42), o DNIT entende que o licenciamento ambiental ordinário de obras de infraestrutura de transportes, tal como este caso (reconstrução do pavimento da BR-319/AM - Trecho do Meio), deve observar os critérios e procedimentos previstos na Portaria Interministerial MMA/MJ/MinC/MS nº 60/2015.*

*O posicionamento do DNIT exposto no Ofício nº 35766/2019/ASSTEC/GAB-DG/DNIT foi reiterado por meio do Ofício nº 81195/2019/NAA - AM/SRE - AM, de 27/08/2019 (SEI nº 3908933), no sentido de que as consultas aos povos indígenas estão sendo devidamente realizadas conforme o processo de licenciamento ambiental ordinário do empreendimento, conduzido junto ao IBAMA e FUNAI, sendo garantida informação livre e culturalmente adequada às comunidades em todas as etapas de elaboração dos estudos indígenas. As reuniões para elaboração dos estudos indígenas contam com a presença de servidores do DNIT, antropólogos, lideranças indígenas e servidores da FUNAI.” (NOTA TÉCNICA Nº: 13/2020/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE)*

A posição institucional da FUNAI a respeito da Convenção 169 da OIT está transcrita abaixo:

*“Ressalta-se que, com relação à consulta prévia à realização de qualquer empreendimento que possa afetar os povos indígenas, a Funai, em cumprimento à sua missão de proteger e promover os direitos dessas comunidades e ao disposto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, assegura, durante o processo de licenciamento, que os povos indígenas afetados sejam consultados.*

*Quando as etnias já possuem Protocolos de Consulta, esta Fundação adequa o processo de licenciamento aos requisitos estabelecidos pelas comunidades. Quando determinado povo indígena não tem um Protocolo de Consulta, tal consulta é diluída em vários momentos do licenciamento ambiental, conforme etapas estabelecidas na Instrução Normativa nº 02/15 da Funai.”. (NOTA TÉCNICA Nº: 13/2020/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE)*

- **Regimentos Legais do Componente Indígena**

Este Componente Indígena, como parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e inserido, assim, no contexto amplo do Licenciamento Ambiental, segue as normas e o arcabouço legal que o rege e norteia, neste caso específico o Componente Indígena instaurado em Licenciamento no âmbito Federal de obras lineares de infraestrutura., dentre as quais:

- Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015, que “Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA”.
- Instrução Normativa n.º 02, de 27 de março de 2015, que “Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Nacional do Índio - Funai nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe”
- Decreto n.º 7.747/2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI: institui mecanismos de governança e participação indígena para a proteção de recursos naturais de suas terras.
- Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 16 de julho de 2013, que “ Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, para fins de regularização ambiental das rodovias federais.”
- Portaria nº 289 MMA nº 289, de 16 de julho de 2013, que “Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais”.



#### 4. DADOS GERAIS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Neste tópico pretende-se apresentar um panorama geral das terras indígenas *Nove de Janeiro e Ipixuna*, tendo em vista as intervenções asfálticas a serem realizadas no trecho em questão da BR 319, as quais abrangem um total de 405,7km de extensão, no Estado do Amazonas. Nestes trechos, de acordo com o termo de referência da FUNAI são incluídas as Terras Indígenas *Lago Capanã, Nove de Janeiro, Ariramba, Apurinã do Igarapé Tauamirim, Apurinã do Igarapé São João*.

Partindo do pressuposto que a garantia para a manutenção das práticas culturais e sociais dos povos indígenas está diretamente associada à garantia do direito à terra e a integridade de seus territórios, os dados gerais sobre as terras indígenas devem abordar os principais aspectos dos processos e da situação jurídica, fundiária e demográfica de ambas as terras indígenas supracitadas.

**Tabela 8.** Principais Informações acerca das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna

ETNIA	PARINTINTIN	
	Nove de Janeiro	Ipixuna*
Situação Jurídica	Homologada e Regularizada <sup>1</sup>	Homologada e Regularizadas <sup>2</sup>
População (n) <sup>3</sup>	184	75
Área (ha)	229.000,00	215. 362,00
CR	Madeira	Madeira
CTL	Humaitá	Humaitá
DSEI	Porto Velho	Porto Velho
organização/ associação	OPIPAM/OPIAM	OPIPAM/OPIAM
Distância BR 319 (km)	17.7	>40

**Fonte:** <sup>1</sup> Decreto s/n 04/11/1997; <sup>2</sup> Decreto s/n 03/11/1997; <sup>3</sup> SESAI, 2013.

\* TI não incluída no TdR Funai, não fazendo parte deste CI, integra este relatório no âmbito de caracterizar o território contínuo de uso tradicional Parintintin e pela participação de pesquisadores indígenas no acompanhamento das atividades de campo.

##### 4.1. Localização e Acessos

A Terra Indígena Nove de Janeiro está localizada no extremo sul do Estado do Amazonas, no município de Humaitá, próximo à divisa com o estado de Rondônia entre os rios Madeira e Ipixuna a oeste e Maici-Mirim e Maici a leste. O acesso a partir de Humaitá se dá pela rodovia Transamazônica (BR-230), seguindo sentido leste até a altura do km 7 de onde, em época de cheias, segue-se de barco até a aldeia Pupunha. É possível também chegar à aldeia Pupunha via fluvial descendo o rio Madeira e acessando o lago Pupunha. O acesso a aldeia Traíra se pelo km 37 da rodovia Transamazônica de onde segue-se por um ramal até a aldeia.

As duas aldeias estão localizadas na porção sul da TI Nove de Janeiro, próximas à rodovia BR-230, a aldeia Pupunha (7°28'1.05"S e 62°56'24.10"O), as margens do lago e igarapé Pupunhas, afluente direto do rio Madeira e a aldeia Traíra (7°33'24.47"S e 62°42'58.51"O) as margens do Igarapé Traíra, afluente do rio Maici-Mirim, na região centro-sul da TI.

A TI Ipixuna que em seu limite sul compreende parte do território tradicional dos Parintintin da TI Nove de Janeiro, tem a sua única aldeia (Canavial), habitada por parentes diretos dos parintintin da Nove de Janeiro, está situada na porção norte da TI, com habitações em ambos os lados do baixo



curso do rio Ipixuna, tendo como localização as seguintes coordenadas 6°24'37.43"S/62°1'35.61"O. O acesso à aldeia é via rio Madeira, partindo de Humaitá ou Manicoré, até a boca do rio Uruapiara de onde segue-se a montante, cruzando o lago Uruapiara, até a aldeia Canavial.

O Mapa 2-Localização e Acessos – TIs Parintintin Nove de Janeiro e Ipixuna Fls 01 e 02 apresenta a localização das TIs, Aldeias Parintintin e seus principais pontos de acesso. (Anexo 5 - Caderno de Mapas)

#### 4.2 Situação fundiária das terras indígenas

##### 4.2.1 TI Nove de Janeiro

O relatório de identificação e delimitação (vide **Figura 4.1**) da TI foi aprovado por meio da Portaria Interministerial Nº 196 de 07.03.89, publicada no DOU em 10/04/1989, enquanto a homologação foi assinada por meio do decretoal s/n de 04 de novembro de 1997.

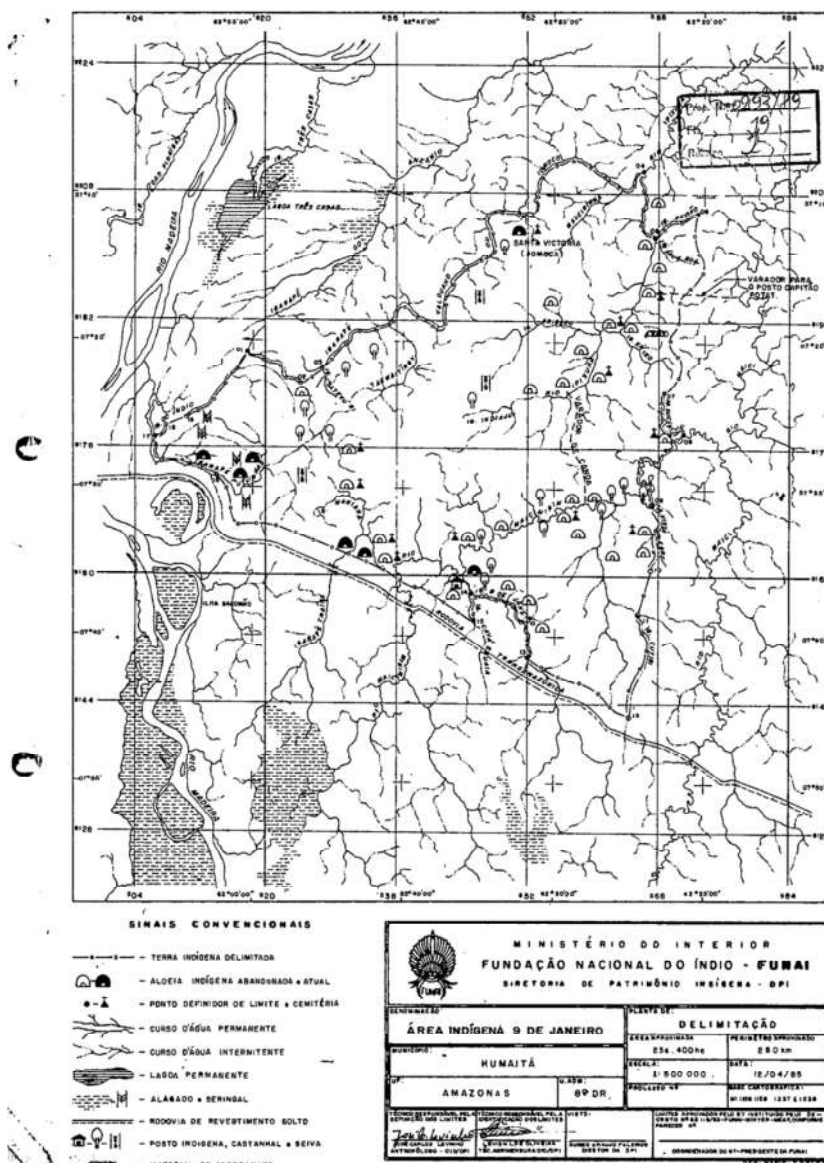
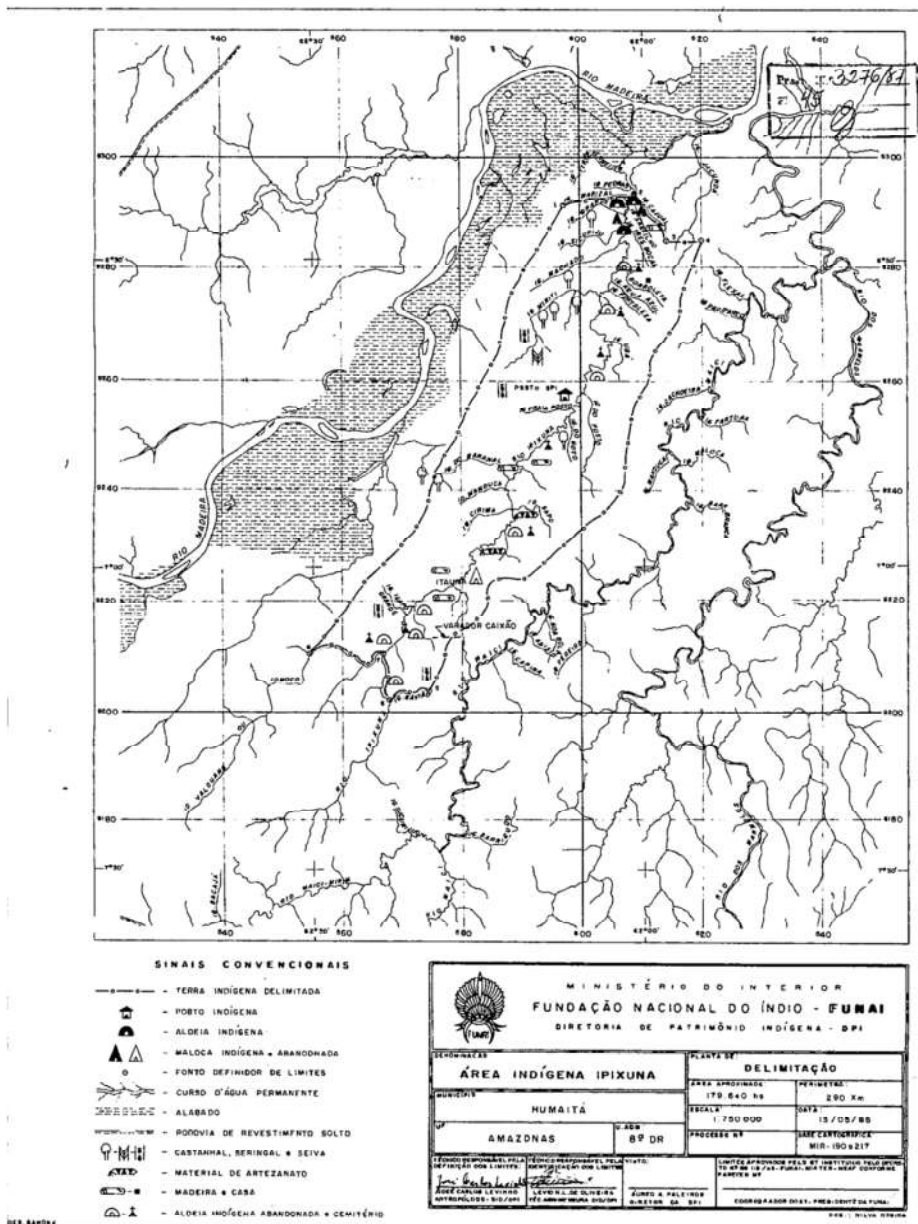


Figura 4.1. Arquivo de Identificação e Delimitação da TI Nove de Janeiro.

Fonte: LEVINHO/FUNAI, 1989

### 4.2.2 TI Ipixuna

O relatório de identificação e delimitação (vide **Figura 4.2**) da TI foi aprovado por meio da Portaria Interministerial Nº 22 de 04.02.91, publicada no DOU em 10/07/1997.



**Figura 4.2.** Arquivo de Identificação e Delimitação da TI Ipixuna.

Fonte: LEVINHO/FUNAI, 1987

### 4.3 População e Demografia

A população total Parintintin habitantes das TIs Nove de janeiro e Ipixuna, conforme dados da SESAI para o ano de 2013, é de 259 pessoas. A mesma SESAI (2013), indica uma população total Parintintin composta por 392 pessoas e ainda aponta que 118 parintintin residiam na área urbana de

Humaitá em 2018. Os dados obtidos pela equipe técnica nos levantamentos de campo na TI Nove de Janeiro apontaram um total de 218 parintintin nas aldeias Traíra e Pupunha.

**Tabela 9.** População das TIs Nove de Janeiro e Ipixuna

Fonte de Dados	TI Nove de Janeiro		TI Ipixuna*	
SESAI-2013 <sup>1</sup>	Aldeia Traíra	117	Aldeia Canavial	75
	Aldeia Pupunha	67		
	<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>Total</b>	<b>75</b>
Dados de Campo <sup>1</sup>	Aldeia Traíra	119	Aldeia Canavial	73
	Aldeia Pupunha	99		
	<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>Total</b>	<b>73</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>SESAI, 2013. <sup>2</sup>Consórcio Etnias, 2019. \* TI não incluída no TdR Funai, não fazendo parte deste CI, integra este relatório apenas no âmbito de caracterizar o território contínuo de uso tradicional Parintintin e pela participação de pesquisadores indígenas da aldeia Canavial no acompanhamento das atividades de campo.

#### 4.3.1 TI Nove de Janeiro

A Equipe de Campo encontrou os seguintes dados acerca da população da TI Nove de Janeiro, nas visitas as aldeias Traíra e Pupunha:

##### • Aldeia Traíra

Nas 22 entrevistas realizadas na Aldeia Traíra foram identificadas 119 pessoas, distribuídas em 24 famílias e 22 residências, como mostra o a Tabela a seguir:

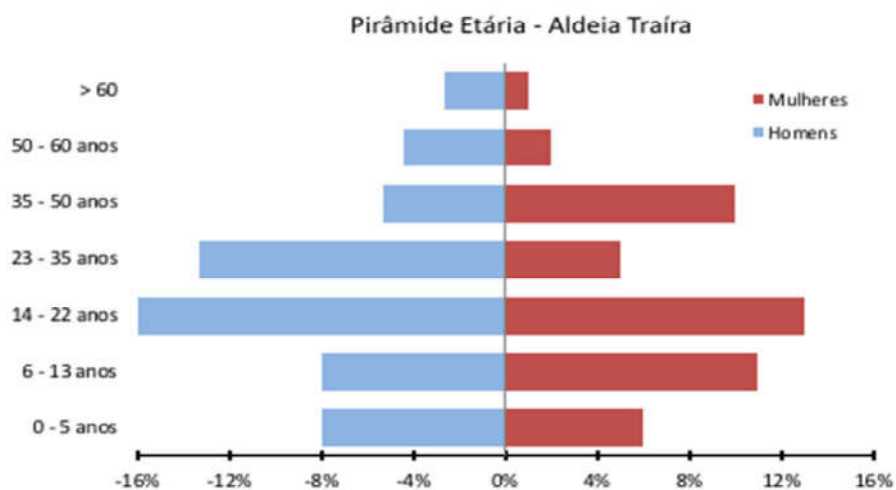
**Tabela 10.** População da aldeia Traíra

Dados Populacionais	(n)
Número de Casas	25
Chefes de Família Entrevistados	22
Número de Famílias	24
Número de Pessoas	119

**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

A população da aldeia é composta por 62 homens e 48 mulheres. A faixa etária mais significativa é de pessoas entre 14 e 22 anos, em ambos os gêneros. O Gráfico 1, mostra a Pirâmide etária da população residente na aldeia:

**Gráfico 1.** Pirâmide Etária na Aldeia Traíra



Fonte: Consórcio Etnias, 2019

• **Aldeia Pupunha**

Na aldeia Pupunha foram identificadas 99 pessoas, a partir das 24 entrevistas realizadas. Estas pessoas integram 24 famílias e distribuídas em 22 residências, como mostra a **Tabela 11** a seguir:

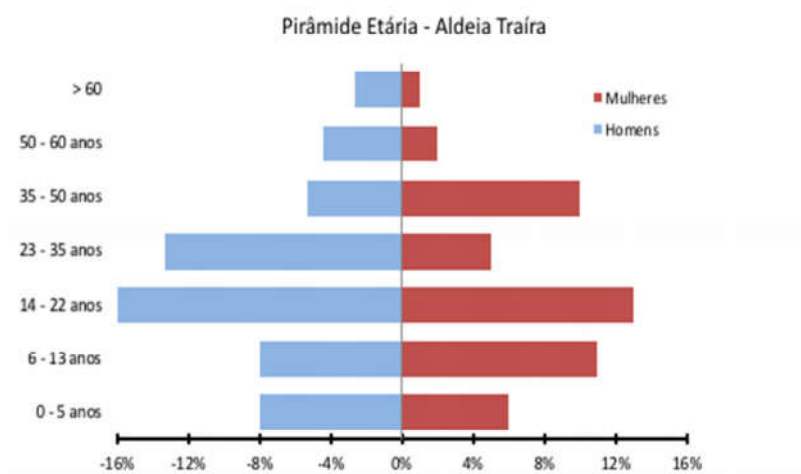
**Tabela 11.** População da aldeia Pupunha

Dados Populacionais	(n)
Número de Casas	27
Chefes de Família Entrevistados	24
Número de Famílias	26
Número de Pessoas	99

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A população da aldeia é composta por 53 homens e 38 mulheres. A faixa etária mais significativa é de pessoas entre 6 e 22 anos em ambos os gêneros. O **Gráfico 2**, mostra a Pirâmide etária da população residente na aldeia:

**Gráfico 2.** Pirâmide Etária da Aldeia Pupunha

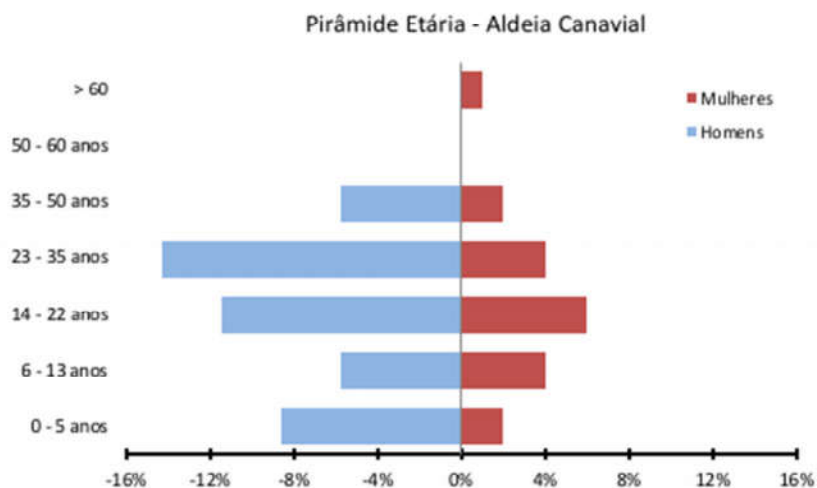


Fonte: Consórcio Etnias, 2019

#### 4.3.2 Ipixuna

Apesar de centrados exclusivamente em levantamentos secundários e na caracterização socioambiental do território Parintintin, foram aplicadas 05 entrevistas com moradores da aldeia Canavial, possibilitando um levantamento de 35 pessoas nesta aldeia, distribuídas conforme o **Gráfico 3**. Levantamentos complementares da equipe técnica com o Agente Indígena de Saúde (AIS) da aldeia Canavial indicaram um total de 73 pessoas nesta aldeia.

**Gráfico 3.** Pirâmide Etária da Aldeia Canavial



Fonte: Consórcio Etnias, 2019

#### 4.4 Situação da saúde

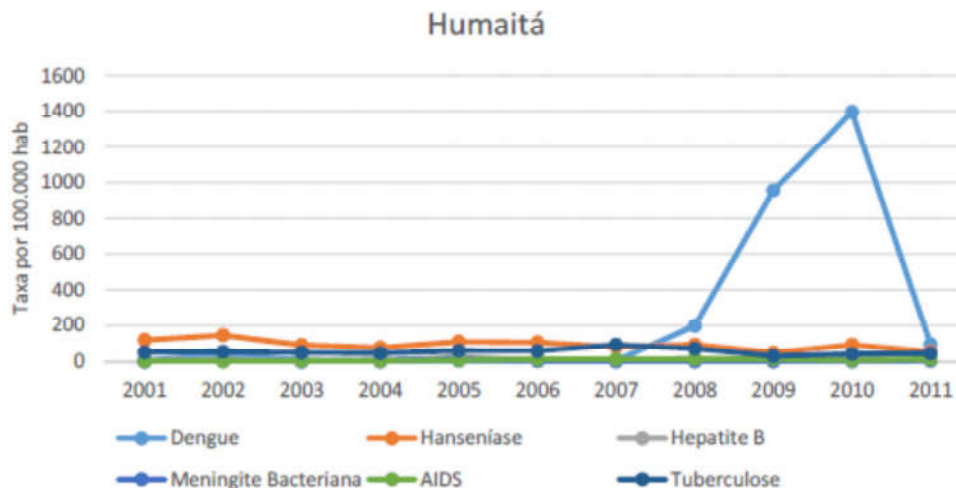
Os Parintintin são atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho e em Humaitá esse DSEI dispõe de uma Casa de Apoio. Segundo dados da SESAI, o DSEI atende uma população de 10.311 indígenas de mais de 20 povos/etnias em 172 aldeias, fora os indígenas residentes nas cidades do DSEI. São 05 os Polos-Base do DESI responsáveis pelo atendimento básico. O Polo-Base que atende os Parintintin localiza-se na cidade mesmo de Humaitá. O número de Agentes

Indígenas de Saúde (AIS) contratados é de 07 (todos parintintin) e 04 Agente Indígena de Saneamento (AISAM), também todos igualmente parintintin (ano 2018).

A SESAI não havia fornecido os dados solicitados pela equipe de consultores até o fechamento deste relatório, de forma que para caracterizar a situação epidemiológica dos parintintin recorreu-se a dados secundários extraídos do Ministério da Saúde para o município de Humaitá e àqueles constantes do questionário socioeconômico aplicados pelos pesquisadores indígenas auxiliares.

O **Gráfico 4** mostra as principais doenças relatadas no município de Humaitá de acordo com o Diagnóstico da Saúde no DSEI Porto Velho, de 2018.

**Gráfico 4.** Principais doenças relatadas no município de Humaitá



Fonte: DSEI Porto Velho, de 2018

Os quadros apresentados a seguir mostram os casos de malária confirmados e o número de profissionais e estabelecimentos de saúde, nas áreas próximas a BR-319, com destaque para o município de Humaitá, onde estão localizadas as TIs Nove de Janeiro e Ipixuna.

**Tabela 12.** Casos de Malária confirmados nos municípios interceptados pela BR-319 no Estado do Amazonas (2009-2012)

Municípios	2010 <sup>(1)</sup>	2012 <sup>(1)</sup>	2016 <sup>(2)</sup>	2017 <sup>(2)</sup>
Beruri	167	160	9	77
Borba	1.811	774	59	152
Canutama	808	892	575	996
Careiro	1.134	428	287	756
<b>Humaitá</b>	<b>1.156</b>	<b>660</b>	<b>1.173</b>	<b>1.319</b>
Manicoré	2.090	529	393	573
Tapauá	1.763	1.463	494	1.554
Total	8.929	5.906	2990	5427
Amazonas	73.918	82.910	49.930	82.723

Fonte: <sup>(1)</sup> Boletins de Vigilância em Saúde (2010-2012), FVS/SESAM. <sup>(2)</sup> Anuário Estatístico do Estado do Amazonas, 2017.

**Tabela 13.** Profissionais de Saúde nos municípios interceptados pela BR-319

Profissionais	Beruri	Borba	Canutama	Humaitá	Manicoré	Tapauá	Total
Anestesista	-	1	-	2	-	-	3
Cirurgião Geral	2	1	3	2	1	3	12
Clínico Geral	3	3	3	9	3	4	25
Gineco Obstetra	2	2	-	2	1	-	7
Médico de Família	3	10	-	8	11	6	38
Pediatra	2	1	-	2	1	-	6
Psiquiatra	-	1	-	1	1	-	3
Radiologista	1	1	-	2	1	2	7
Outros	-	1	-	2	-	-	3
Cirurgião Dentista	1	5	-	9	3	1	19
Enfermeiro	10	20	9	26	25	11	101
Fisioterapeuta	-	1	1	12	2	1	17
Fonoaudiólogo	-	-	-	3	1	-	4
Nutricionista	-	1	-	3	3	1	8
Farmacêutico	1	2	-	1	1	-	5
Assistente social	-	6	-	3	7	1	17
Psicólogo	-	1	-	5	4	1	11
Auxiliar de Enfermagem	5	-	-	2	11	3	21
Técnico de Enfermagem	7	50	6	50	8	14	135
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>107</b>	<b>22</b>	<b>144</b>	<b>84</b>	<b>48</b>	<b>442</b>
Atende ao SUS	37	101	22	128	83	48	419
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>23</b>

Fonte: Boletins de Vigilância em Saúde (2009-2012), FVS/SESAM; ENGESPRO-DNIT, 2014

**Tabela 14.** Total de Recursos Físicos nos estabelecimentos de saúde nos municípios interceptados pela BR-319

Município	Ambulatório - Leitos para Repouso / Observação	Hospitalar - Leitos para Internações	Hospitalar - Leitos Complementares	Urgência - Consultórios Odontológicos	Urgência - Consultórios Médicos
Beruri	0	30	0	0	0
Borba	4	49	1	0	1
Canutama	0	16	0	0	0
Humaitá	1	70	2	0	0
Manicoré	3	60	0	0	0
Tapauá	1	35	0	7	8
<b>Total Geral</b>	<b>9</b>	<b>260</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

Fonte: Boletins de Vigilância em Saúde (2009-2012), FVS/SESAM; ENGESPRO-DNIT, 2014

#### 4.4.1 TI Nove de Janeiro

No trabalho de campo as seguintes informações foram obtidas em relação a situação de saúde da população das TIs Nove de Janeiro e Ipixuna.

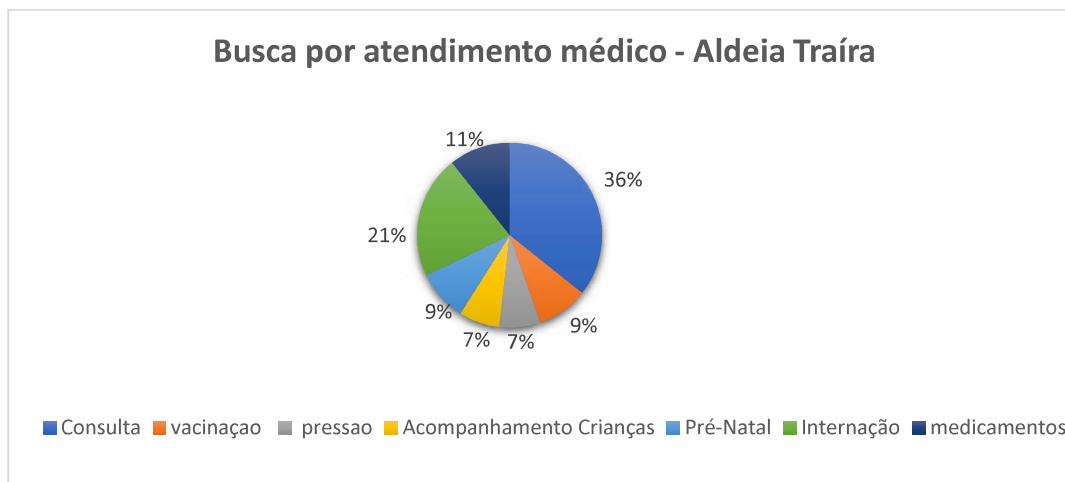


• **Aldeia Traíra**

Todos os 22 entrevistados na aldeia Traíra relataram receber visita de um agente de saúde pelo menos uma vez ao mês. Todos os entrevistados relataram recorrer ao Posto de Saúde Indígena, quando buscam por atendimento, e houve apenas um relato de utilização do Polo Base.

O gráfico a seguir mostra os principais motivos que levam os indígenas a procurar por atendimento médico:

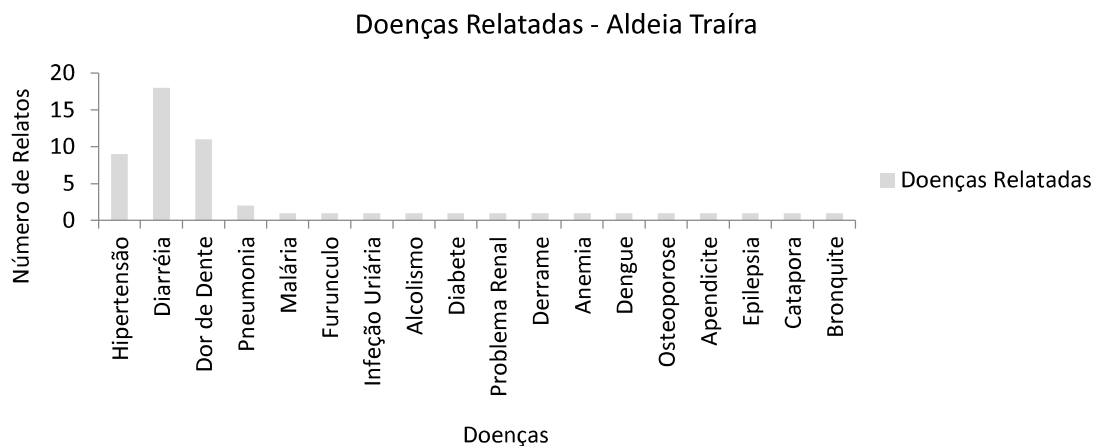
**Gráfico 5.** Principais motivos de busca por atendimento nos Postos de Saúde na Aldeia Traíra



Fonte: Consórcio Etnias, 2019

As principais doenças relatadas foram diarreia, dor de dente e hipertensão, como mostra o **Gráfico 6:**

**Gráfico 6.** Principais Doenças Relatadas na Aldeia Traíra

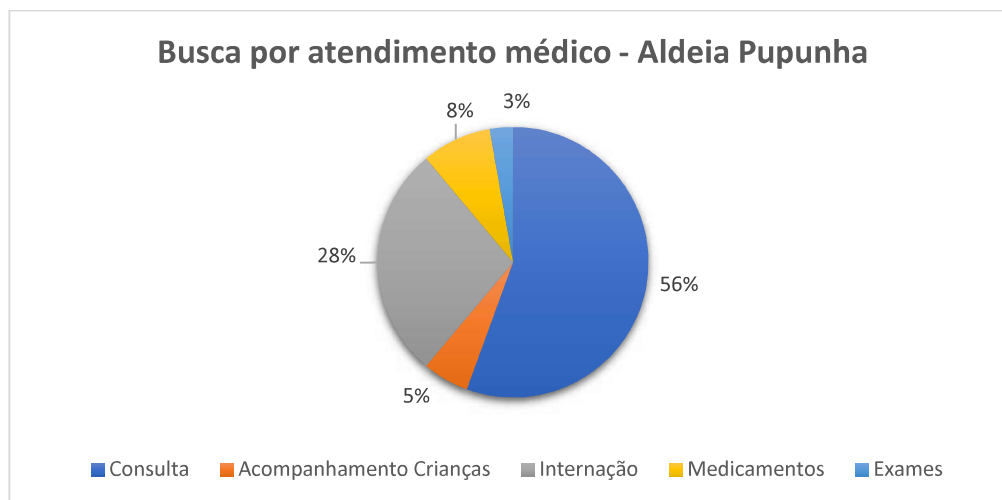


Fonte: Consórcio Etnias, 2019.

Por sua vez, todos os 24 entrevistados na aldeia Pupunha relataram receber visita de um agente de saúde pelo menos uma vez ao mês, além de um morador que recebe visitas duas vezes ao mês. Todos os entrevistados buscam o Posto de Saúde Indígena, quando procuram por atendimento e 33% dos moradores relataram recorrer também a remédios caseiros ou “remédio do mato”.

O gráfico a seguir mostra os principais motivos que levam os indígenas a procurar por atendimento médico:

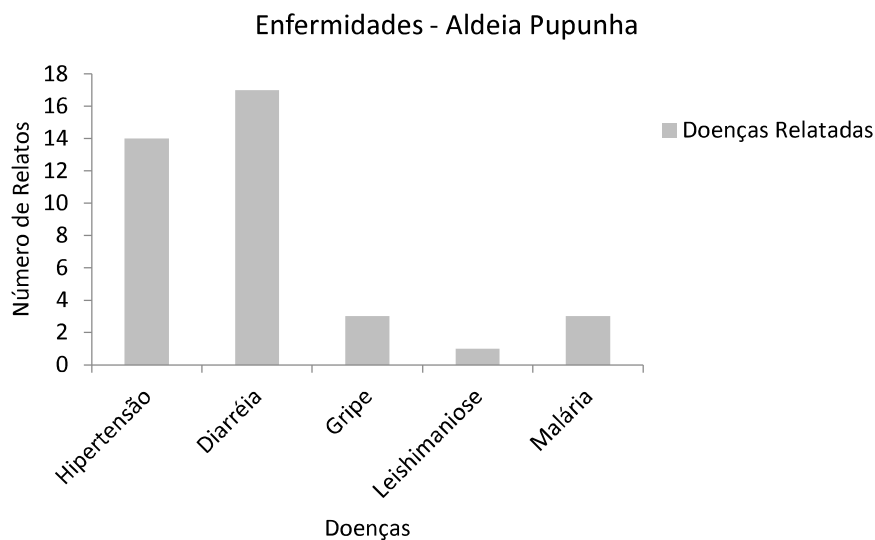
**Gráfico 7.** Principais motivos de busca por atendimento nos Postos de Saúde na Aldeia Pupunha.



Fonte: Consórcio Etnias, 2019

As principais doenças relatadas foram diarreia e hipertensão, como mostra o Gráfico 8:

**Gráfico 8.** Principais Doenças Relatas na Aldeia Pupunha

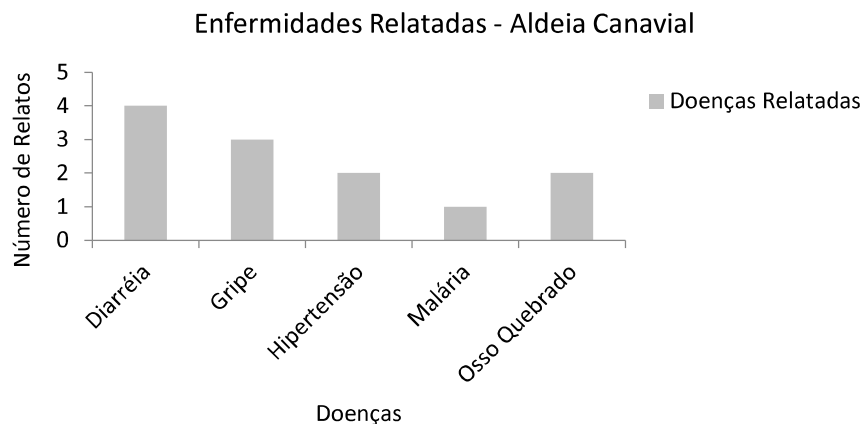


Fonte: Consórcio Etnias, 2019

#### 4.4.2 TI Ipixuna

Foram feitas entrevistas com 05 moradores da aldeia Canavial que se encontravam na aldeia Traíra durante a oficina de etnomapeamento os quais forneceram os seguintes dados:

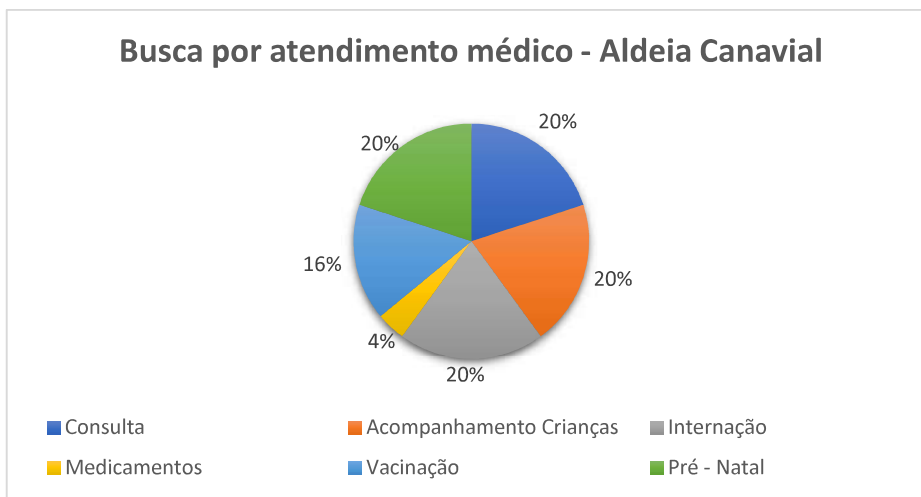
**Gráfico 9.** Principais Doenças Relatas na Aldeia Canavial



**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

Todos os entrevistados relataram receber visitas de profissionais de saúde uma vez ao mês, quanto a busca por atendimento médico, todos relataram o Posto Base, sendo os principais motivos relatados no gráfico a seguir:

**Gráfico 10.** Principais Doenças Relatas na Aldeia Canavial



**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

#### 4.5 Situação da Educação Escolar Indígena

A **Tabela 15** apresenta o número de Escolas de educação base nos municípios interceptados pela BR-319, com destaque para o município de Humaitá, onde estão localizadas as TI Nove de Janeiro e Ipixuna.

**Tabela 15.** Número de Escolas de educação base nos municípios interceptados pela BR-319

Município	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Manaus	930	4	229	486	211
Porto Velho	274	1	88	135	50
Beruri	78	-	4	74	-
Borba	175	-	12	163	-
Canutama	49	-	4	45	-
Humaitá	112	-	13	96	3
Manicoré	173	-	12	160	1
Tapauá	85	-	5	80	-

Fonte: Ministério da Educação.

As **Figuras 4.3 e 4.4** a seguir mostram a previsão de demandas dos alunos e o quadro dos servidores indígenas do povo Parintintin, para o ano letivo de 2019.

Nº	ESCOLA	SERIE/ANO										2019					
		JDI e JDII		1º ao 3º		4º ao 5º		EJA 1º seg. 1º e 2º fase		EJA 2º seg 2º fase			6º ao 7º		8º ao 9º		TOTAL GERAL
01	E.M.I. São José	5	5	11	4	5	10	-	-	12	-	-	7	4	7	5	75
02	E.M.I. 9 de Janeiro	4	4	5	5	4	6	-	-	4	-	-	-	-	-	-	32
03	E.M.I. Idhete	-	-	1	1	2	1	-	-	-	-	-	1	1	2	2	11
<b>TOTAL</b>		9	9	17	10	11	17	-	-	16	-	-	8	5	9	7	118

**Figura 4.3** Previsão de demandas dos alunos do povo Parintintin para o ano letivo de 2019.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação do Município de Humaitá, 2019

ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA NOVE DE JANEIRO/ALDEIA TRAIÁ /BR 230 TRANSAMAZÔNICA KM 37			
ITEM	SERVIDORES	CARGOS	OBSERVAÇÃO
01	Natacio Parintintin	Professor	Indígena
02	Marcelino Parintintin	Professor	Indígena
03	Luiz Parintintin	Professor	Indígena
04	Flavio Parintintin	Professor	Indígena
05	Junior Parintintin	Professor	Indígena
06	Lucineide Professora	Professora	Indígena
07	Esangela Parintintin	ASG	Indígena
08	Domingo Parintintin	ASG	Indígena
09	Marcia Parintintin	ASG	Indígena
10	Damião Parintintin	Transportado	Indígena
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA SÃO JOSÉ/ALDEIA PUPUNHA/BR 230 TRANSAMAZÔNICA KM 07			
01	Rosângela Parintintin	Professora	Indígena
02	Marta Pinto de Castro	Professora	Não indígena
03	Rafael Rodrigo Santos Seixas	Professor	Não indígena
04	Rosa Brandão	Professora	Não indígena
05	Graciete Parintintin	ASG	Indígena
06	Lucicleide Parintintin	ASG	Indígena
07	Claudete Parintintin	ASG	Indígena
08	Manoel Maurio R.P. Torá	Transportado	Indígena
09	Wanderson Parintintin	Transportado	Indígena

**Figura 4.4.** Quadro de Servidores Indígenas do Povo Parintintin  
**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação do Município de Humaitá, 2019.  
 \*ASG – Auxiliar de Serviços Gerais

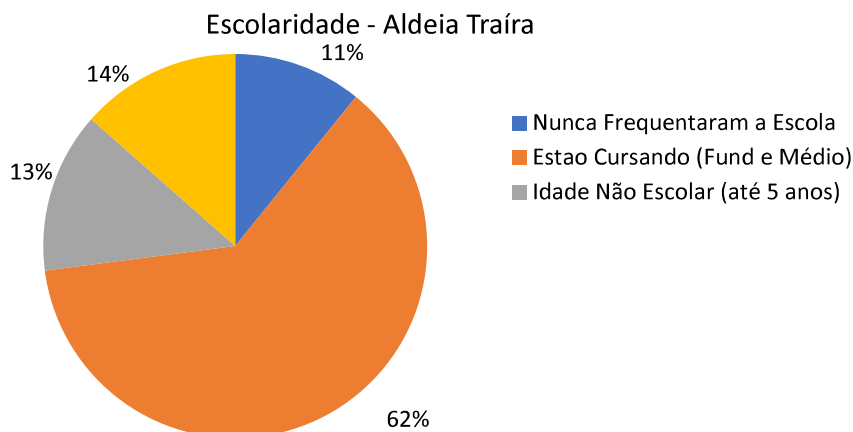
#### 4.5.1 TI Nove de Janeiro

A seguir são apresentados os dados relativos à frequência escolar obtidos nos levantamentos de campo realizados na Aldeias Traíra e Pupunha:

##### • Aldeia Traíra

Na aldeia Traíra nota-se uma elevada frequência escolar, aproximadamente 80% dos residentes estão cursando ou já concluíram o Ensino Fundamental ou Médio e 11% relataram nunca ter frequentado escola, como mostra o Gráfico 11.

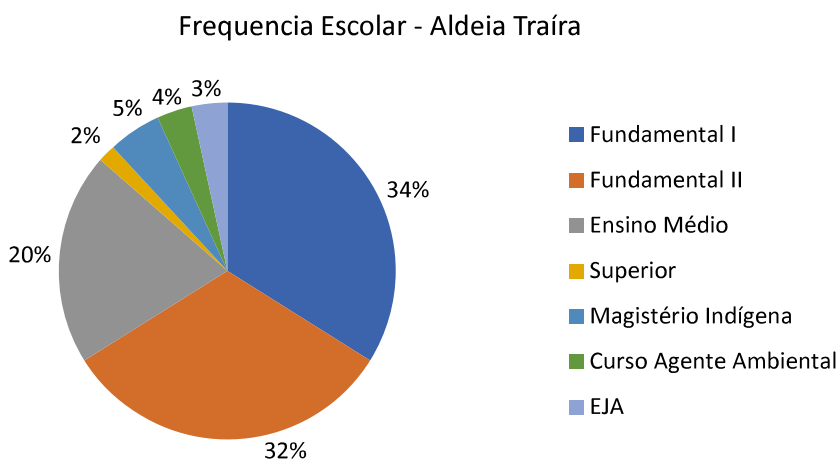
**Gráfico 11.** Escolaridade na Aldeia Traíra



**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

Dentre os moradores que relataram nunca ter frequentado escola apenas um sabe ler. Nota-se ainda um relevante número de crianças em idade não escolar (13%). Cerca de 15% dos moradores relataram saber escrever na língua indígena, em sua maioria (12%) com idade entre 20 e 40 anos. Em relação aqueles que relataram frequentar escola (57), a maioria (51) cursa o Ensino Fundamental (I e II) e Médio na própria aldeia. Outros cursos citados foram Ensino Profissionalizante em Magistério Indígena, Projeto de Educação para Jovens e Adultos (EJA), Cursos de Agente Ambiental, Curso Técnico de Enfermagem, Curso Superior não informado (Gráfico 12).

**Gráfico 12.** Frequência Escolar na Aldeia Traíra

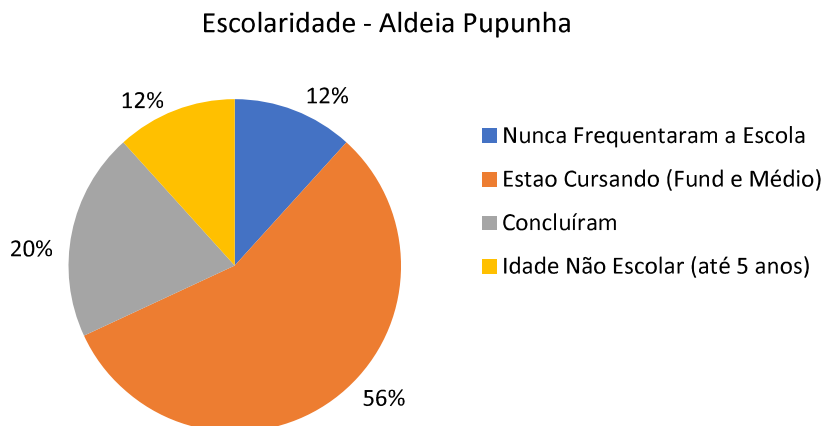


**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

• **Aldeia Pupunha**

Na aldeia Pupunha, nota-se uma elevada frequência escolar, aproximadamente 73% dos residentes estão cursando ou já concluíram o Ensino Fundamental ou Médio e 12% dos residentes relataram nunca ter frequentado escola, como mostra o Gráfico 13.

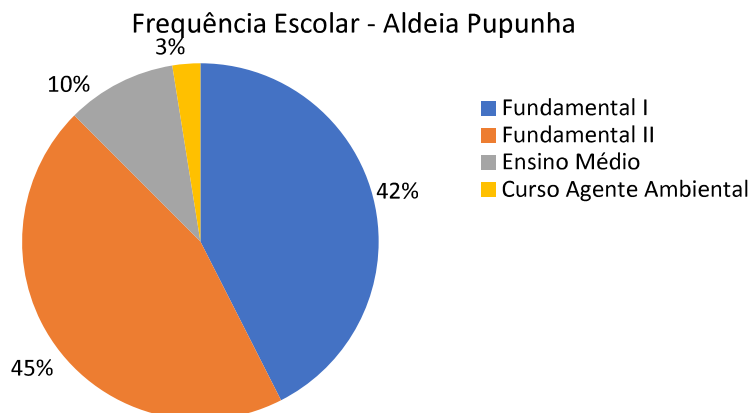
**Gráfico 13.** Escolaridade na Aldeia Pupunha



**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

Dentre todos os moradores (11) que relataram nunca ter frequentado escola, 7 sabem ler, todos com idade superior a 30 anos. Apenas um morador, com idade entre 20 e 40 anos relatou saber escrever na língua indígena. Nota-se ainda um relevante número de crianças em idade não escolar (12%). Em relação aqueles que relataram frequentar escola (53), a maioria (35) cursa o Ensino Fundamental (I e II) e Médio, na própria aldeia. Outros cursos citados foram o Projeto de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Cursos de Agente Ambiental.

**Gráfico 14.** Frequência Escolar na Aldeia Pupunha

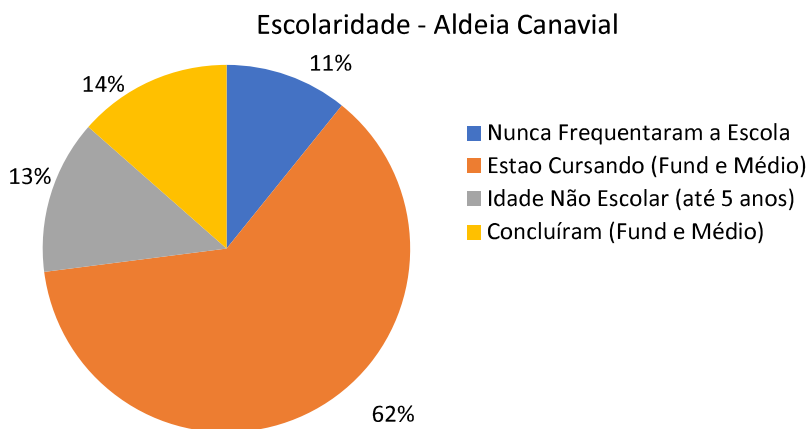


**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

#### 4.5.2. TI Ipixuna

Apesar de centrados apenas em levantamentos secundários, foram feitas entrevistas com moradores da aldeia Canavial que forneceram as seguintes informações:

**Gráfico 15.** Escolaridade na Aldeia Canavial



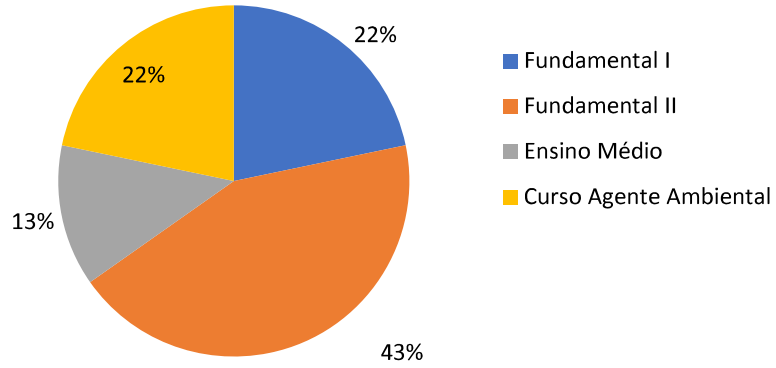
**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

De acordo com as entrevistas (05) dentre os moradores (total de 35) que nunca frequentaram a escola (4) dois não sabem ler, todos com mais de 30 anos. Apenas 1 morador, com idade entre 20 e 40 anos relatou saber escrever na língua indígena



**Gráfico 16.** Frequência Escolar na Aldeia Canavial

Frequencia Escolar - Aldeia Canavial



**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

## 5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA

### 5.1. Caracterização sociocultural dos Parintintin e histórico de ocupação

#### 5.1.1 A etnohistória dos Kagwahiva na bacia do Rio Madeira

As sínteses da documentação histórica realizada por Curt Nimuendaju (1928; 1948) e Menéndez (1982) demonstram que, ao longo dos séculos XIX e XX, ocorreram deslocamentos simultâneos de vários grupos Kagwahiva do interflúvio Tapajós-Madeira para a região do interflúvio Aripuanã-Machado chegando até o médio Purus. Este era o território dos assim denominados “Cahahiba”, “Cabahiba” ou “Carabiva” apresentado nas fontes históricas dos séculos XVIII e XIX. Nimuendajú afirma que, perseguidos pelos Mundurucu no início do século XX, os “(...) *Cawahib dividiram-se em seis grupos isolados entre os rios São Manoel-Paranatinga e o rio Madeira. Está estabelecido que os dois mais importantes destes, os Parintintin do Madeira e os ‘Tupi’ do Machado, autodenominam-se Cawahib. Dois outros, um nas cabeceiras do Machadinho e o outro no interior, entre o alto Tapajós e o São Manuel, a julgar pelas poucas palavras conhecidas de suas línguas, não diferem dos outros grupos. Dados históricos e etnográficos indicam que o quinto grupo, aquele do rio do Sangue, é provavelmente também um grupo Cawahiv. O sexto grupo, aquele do rio Bararaty, é conhecido apenas pelas suas hostilidades aos civilizados e que ocupam parte do antigo território dos Parintintin (...)*” (NIMUENDAJÚ, 1948: 284, grifo nosso).

Menéndez, pesquisando as fontes históricas para elaborar a etnohistória da área Madeira-Tapajós, cita um Diretor de Índios da Província do Amazonas que anotava a respeito dos Mundurucu, em meados do século XIX “(...) *que habitão nas campinas e que vivem continuamente em hostilidades com os Arara e outros índios antrophaqos dos rios Aripuanã e Machado*” (apud MENÉNDEZ, 1982: 358 – grifo nosso). Segundo este autor, “*a documentação histórica permite confirmar a ampla distribuição que os Kawahiwa possuíam dentro da área Tapajós-Madeira nos últimos três séculos*” (MENÉNDEZ, 1989: 333).

“*As primeiras referências aos grupos Kagwahiva localizam-nos, por volta de 1750, primeiramente na região do curso superior do rio Juruena, ao lado dos Apiaká. Região praticamente desconhecida das frentes de expansão, posteriormente foi vasculhada pela frente mineradora, que desde Cuiabá avançava para o norte à procura de novas minas de ouro. Este fato, bem como a guerra com os Mundurucu, foi assinalado como causa do deslocamento dos Kagwahiva dessa região para as margens do rio Madeira*” (PEGGION, 2000: 22). Nesse rio os Kagwahiva são registrados pela primeira vez em 1817 sob a denominação de *Parintintin*, dada pelos Mundurucu aos seus inimigos (Nimuendajú, 1948). Em 1850, *Kagwahiva* e *Parintintin* são registrados ao mesmo tempo e, depois disso, o etnônimo Kagwahiva desaparece e tais povos passam a ser designados por *Parintintin*. Após a “pacificação” realizada com a colaboração de Nimuendajú, em 1922, foi possível constatar que Kagwahiva é a autodenominação dos *Parintintin* e que esta designação apenas se aplicava a um desses povos (PEGGION, 2000: 02).

Na região do rio Madeira, a aproximação dos grupos Kagwahiva com a sociedade brasileira se deu após uma intensa guerra, que perdurou por cerca de 70 anos, entre meados do século XIX e a década de vinte do seguinte, só terminando com a ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e após a instalação definitiva de colocações de seringueiros na região. Curt Nimuendajú foi o principal agente dessa aproximação: contratado pelo SPI organizou expedições e se fixou no interior do território indígena, mas por falta de verbas do SPI, ele abandonou seu projeto com apenas cinco meses, deixando em seu lugar vários auxiliares. Ao que parece, era desconhecida até então a diversidade de povos Kagwahiva nessa região, todos eram considerados *Parintintin*. No entanto, “(...) *o etnônimo Kagwahiva é anterior, e suas referências em vários locais diferentes parecem demonstrar um deslocamento dentro de uma vasta extensão da área Madeira-Tapajós*” (PEGGION, 1999: 01). Relatos de velhos Tenharim

tomados por Menéndez informam a presença de sub-grupos Kagwahiva no médio Aripuanã no início do século XX (1989: 341).

*“É possível reconstituir o caminho percorrido pelos Kawahiwa desde o Juruena até o Machado. Estes indígenas devem ter utilizado, como via migratória, a encosta norte da serra dos Parecis. Atravessaram esse território até alcançar o rio Barão de Melgaço, um dos formadores do Machado, e daí, o curso superior deste rio onde se estabeleceram”* (MENÉNDEZ, 1989: 121).

Em 1913 Rondon contactou três subgrupos Kagwahiva na bacia do rio Machado (“Parna-uats”, “Taquateps” e “Ipô-uats”) denominando-os “tupi-cavaíba” e Lévi-Strauss, vinte e cinco anos depois de Rondon permaneceria por duas semanas com um pequeno grupo Kagwahiva em um afluente da margem direita do alto Machado (igarapé do Leitão). Segundo este antropólogo, este grupo

*“(...) era o bando, ou o clã, Takwatip, ‘do bambu’. Não é certo que o termo clã convenha, pois os bandos Tupi-Cavaíba formavam em geral uma só aldeia, possuíam um território de caça com fronteiras zelosamente vigiadas, e praticavam a exogamia mais com a preocupação de contrair alianças com os bandos vizinhos (...). Do mesmo lado do rio (Machado) achavam-se, ao norte, um bando desconhecido, a não ser pelo nome do seu chefe, Pitsará, ao sul, no rio Tamuripu, os Ipoteuate (nome de um cipó), cujo chefe se chamava Kamandjará; depois, entre este último rio e o igarapé do Cacoal, os Jabutifede (‘gente da tartaruga’)... Na margem esquerda do Machado, no vale do rio Muqui, residiam os Paranauate (‘gente do rio’), que continuam a existir e respondem com flechadas às tentativas de contato e, um pouco mais ao sul, no igarapé de Itapici, um outro bando desconhecido. Pelo menos são estas as informações que me foi possível colher em 1938 com os seringueiros instalados na região(...). Conversando com os Tupi-Cavaíba civilizados do posto de Pimenta Bueno, consegui ampliar esta lista de nomes de clãs fazendo-os chegar a uns vinte”* (1982: 316).

Nimuendajú (1982: 118-119), por seu lado – e tendo por base a etno-historiografia da época (1925) e seu informante Kagwahiva chamado Horácio Mangory – resumiu as informações disponíveis até aquela data sobre os “Tupi do Alto Machado”: *“o centro destes bandos é a bacia do Riozinho, afluente da margem direita do alto Machado, para onde eles se refugiaram dos extratores de borracha que os expulsaram de suas malocas no ‘Paranatin’ (= Rio Branco, afluente da margem esquerda do Alto Castanha (isto é, o Roosevelt – grifo nosso))”*. Relatos de índios Arara do Rio Branco (afluente do Aripuanã) confirmam a presença de povos de outra língua e de pele muito clara no interflúvio Guariba-Aripuanã.

Sintetizando os dados coligidos por Nimuendajú e Lévi-Strauss, Menéndez afirma que *“os tupi-cavaíba possuíam uma ampla distribuição espacial em ambas as margens do rio Machado”* (MENÉNDEZ 1989: 49). Portanto, as fontes históricas e etnográficas demonstram que os Kagwahiva estavam distribuídos em pequenos grupos locais com território determinado e ocupando uma extensa região nos interflúvios e afluentes dos rios Aripuanã, Roosevelt e Machado. Viviam entre a aliança e o conflito e reconheciam-se enquanto uma única sociedade.

*“Os movimentos específicos que acabamos de descrever mostram que as diferentes tribos (Kagwahiva) encontravam-se envolvidas, mesmo antes da chegada do branco, numa rede de relações em que comércio, alianças, situações de dominação-subordinação, guerra e expansão territorial constituíam uma constante. Esse conjunto de relações intertribais confere à região o alto grau de mobilidade que parece configurar-se como um dos seus traços distintivo”* (MENÉNDEZ, 1981: 130 – grifo nosso).

Mesmo para outros grupos indígenas da família linguística Tupi-Guarani da Amazônia oriental este é o padrão comum, tanto histórico como etnograficamente falando. Assim, os Waiãpi do Amapá, segundo Gallois (1986: 50-51):

*“desde as origens míticas (...) colocam-se numa situação de tensões interétnicas que orientaram profundamente seus movimentos territoriais. Durante todo o período documentado de sua história, ou seja, aproximadamente 300 anos, os Waiãpi situam-se num contexto de fugas e readaptações territoriais e sociais frente à irrupção dos brancos”.* (GALLOIS 1986: 50-51).

Outro fator destacado por Gallois *“diz respeito à autonomia dos grupos territoriais e locais... A ausência de centralização territorial e política seria um traço comum a todos os grupos de tradição Tupi-Guarani...”*. A justaposição destas “duas constantes históricas” (readaptações territoriais frente a pressões externas e a autonomia política dos grupos locais) determinou as fases de expansão – territorial e social – e fases de regressão e readaptações, fases estas traduzidas, segundo Gallois, em movimentos territoriais de grande extensão e verificadas na historiografia e na tradição oral dos Waiãpi. O mesmo pode ser dito para os Kagwahiva, como visto.

Com relação às pressões externas exercidas pelas frentes de penetração brancas vindas pelo rio Madeira e subindo seus afluentes da margem esquerda, Menéndez (1989b) faz o seguinte sumário:

*“De 1752 a 185, esse contato é de caráter indireto (...). De meados do século XIX até 1922, o contato é de índole hostil, com todo o contingente Kawahiwa se confrontando com o branco. Com a pacificação dos Parintintin do rio Maici, nessa data, as hostilidades continuaram a cargo de alguns grupos Kawahiwa, tais como os Tenharim, Diarrói ou Apairande. Esses confrontos cessam por volta de 1950 e, a partir deste momento, é registrada a presença de regatões que passam a atuar como intermediários entre esses grupos e a sociedade regional envolvente, na comercialização de farinha de mandioca, castanha-do-pará e borracha...”* (MENÉNDEZ 1989b: 335).

A versão propriamente Parintintin da movimentação e da relação com os brancos nos é fornecida por Menéndez no artigo acima citado:

*“Ika’apytimba’vi, um ancestral de Paulinho, atual tuxaua de Canavial no rio Maici, veio a muito tempo de um lugar muito abaixo onde não rio nem água, deixando seus pais. Fez remo, uma canoa grande e foi embora com sua mulher e muita gente... Quando escureceu Ika’apytimba’vi se encontrou no meio da água. Durante uma noite, um dia e outra noite ele e seu pessoal viajaram no meio da água. Depois disso chegaram na terra, encontraram o rio Aripuanã e passaram adiante, subiram pelo mato até encontrar o rio Maici onde finalmente ficaram. Ika’apytimba’vi deu nome a todos os lugares... esta movimentação ocorreu 5 ou 6 gerações antes de Paulinho, o que dá uma certa profundidade no tempo, devendo ter ocorrido em fins do século XVIII ou começo do século XIX”* (MENÉNDEZ, 1989b: 341).

Na versão passada a Menéndez por W. Kracke (antropólogo americano que trabalhou com os Parintintin), os detalhes são mais significativos: *“(...) chega na terra, andou, andou, achou Aripuanã, veio, veio, viu muita castanha lá no Aripuanã. Sobe mato. Chegou Marmelos, anda, anda. Chegou no Maici parou. (...) Depois chegou na castanheira de Garcia, koi’, muita castanha. Ficou lá. Morreu”* (MENÉNDEZ, 1989b: 352-353).

A versão Tenharim dá conta da movimentação deste subgrupo Kagwahiva subindo o rio Madeira, liderados pelo grande chefe Nhaparundi:

*“(este) andou pelo Brasil todo com sua gente, pelo Mato Grosso, ai a terra não era boa e seguia andando. Quando chegou no Marmelos, ele ia devagar, como sabia tudo, ia deixando sua gente onde a terra era boa. Detrás de Nhaparundi e sua gente ia o branco armado com tudo, espingarda, metralhadora. Só queria matar o pessoal de Nhaparundi. Por onde ele passava o branco percebia e ia detrás dele. Isto até a cachoeira do Marmelos. Depois da cachoeira eles não passaram - Zelito Tenharim”* (MENÉNDEZ, 1989b: 353).

Menéndez aponta ainda que, apesar das evidentes semelhanças, no primeiro relato a figura do “branco” não é causa da migração, enquanto no segundo esta presença é a causa (ou pelo menos uma delas) da fuga, ao menos a partir do momento que atingem o rio Marmelos (MENÉNDEZ, 1989b: 342).

Contudo, como para vários outros grupos Tupi-Guarani, a movimentação por territórios desconhecidos não está necessária ou diretamente relacionada a um movimento de fuga frente à penetração branca (e suas consequências deletérias para as populações indígenas), mas à busca de uma “terra boa”, como os relatos acima deixam entrever. E “terra boa” (/ / *hoka*) na concepção Tupi-Guarani é um conceito ao mesmo tempo ambiental e moral, “qualidade de vida”, na verdade (Havt, 2001): é, ao mesmo tempo, disponibilidade de recursos (a castanha é afirmada em várias passagens, mas igualmente a qualidade do solo, peixes e caça, nessa ordem) e distância em relação aos inimigos e aproximações com outros grupos locais por meio de alianças matrimoniais e trocas.

### 5.1.2 Ocupação Kagwahiva-Parintintin interflúvio Ipixuna-Maici

De acordo com o Relatório de Identificação elaborado pelos antropólogos José Carlos LEVINHO e Waud KRACKE (1987), os Parintintin relatam que **Pyrehakatu** quando jovem (ainda não tinha genros) se estabeleceu no alto rio Ipixuna, no lugar denominado *lari'yvuhu*, com seu grupo, então composto de cunhados e irmãos legítimos e classificatórios, saindo de *Koyvat*, lugar de seu pai, **Byahu**, no rio Maici-Mirim. Na época da ocupação do Ipixuna, **Mandat**, pai de Paulinho, morava em *Kopuku*, no igarapé Nove de Janeiro. Seu irmão de nome **Ijet** acompanhou **Pyrehakatu**, mas por pouco tempo, mudando-se para *Byreytity'ui* (alto Ipixuna) a pedido de **Mandat** que também passou a viver neste local.

A permanência de **Pyrehakatu** em *lari'yvuhu* foi curta, indo logo depois para *Kaimbeko'i*. Em seguida foi para Santa Vitória (moradia - dos Arimã) no *Lomokõ* (afluente do Ipixuna). Construiu uma casa bem grande onde fica por vários anos, porque o local era bonito – bom para viver. Lá se reuniram várias pessoas, inclusive o velho **Takwiihovapévi** e **Igwahat**, avô de Paulinho. Outros Parintintin foram se juntando ao grupo de **Pyrehakatu** que ainda contava com a presença de seus dois cunhados, formando, assim, um aldeamento numeroso. Em seu próximo lugar, *Urukutyvuhu*, um pouco acima do Repartimento, permanece também por muito tempo.

**Heruripy** irmão mais velho de Paulinho, quando residia em *Urukutyvuhu*, matou o primeiro inimigo e fez a cerimônia para tornar-se **Oko Kwahav**. Neste lugar suas irmãs casam com **Boabá** e **Arinio**, que devido a morte de **Mandat**, passaram a lhe prestar serviço. Nesta época Paulinho morava em *Jagua'i*, com **Iguá**, segundo marido de sua mãe. Ao sair de *Urukutyvuhu*, **Pyrehakatu** vai para o Repartimento. Depois desce ainda mais o Ipixuna e se estabelece em *Aguarapukai* congregando o maior grupo sob sua chefia. Duas casas longas foram feitas – uma delas com quatro esteios centrais – e entre elas um pátio, que segundo Paulinho mais parecia com “uma grande estrada”. Ficaram durante muito tempo nesta aldeia, na qual morre **Takwaiovapévi**, com uma idade bem avançada. Quando deixa *Aguarapukai*, **Pyrehakatu** segue rio abaixo e ocupa inicialmente *Yvkoitagwe'ri*, onde Paulinho torna-se seu genro. Posteriormente, instala-se no Sapo (*Mamigak*), quase no médio Ipixuna de onde foi para um lugar próximo nominado de Flechal (*Akajahu'i*). Por último, já velho, retorna à *Aguarapukai*. Morre e é enterrado no lugar Borboleta, um pouco acima de Três Bocas.

O movimento migratório em direção ao Ipixuna cresceu rapidamente com a adesão de vários outros *Kagwahib*. Primeiro ocuparam a áreas acima do Repartimento para depois espalharem-se ao longo do rio. **Iguari** e **Iguá** moravam no lugar *Jaguati* e **Kariu'vi** em *Nhapiudokav* (ambos no alto Ipixuna). Durante a pacificação **Pirer**, seu filho **Tanat** e **Iguahari** (que algum tempo antes residia em *Ka'iko*, no alto Ipixuna) se encontravam em *Tangarekó*, acima de *Urukutyvuhu*. **Arinio** viveu em *Kokwa'vi*, bem abaixo do Repartimento e acima do Sapo (*Mamãgakó*); e no ano de 1927 achava-se (conforme fotografia de sua casa no Relatório do SPI de 1927) em *Urumutum*, baixo Ipixuna, próximo a boca do igarapé Miriti. Antes de ir para *Urumutum*, morou no lugar *Gwy'gwatyv* (no médio Ipixuna), depois ocupado por missionários ingleses que lá chegaram em 1925 apenas três anos após os primeiros contatos.

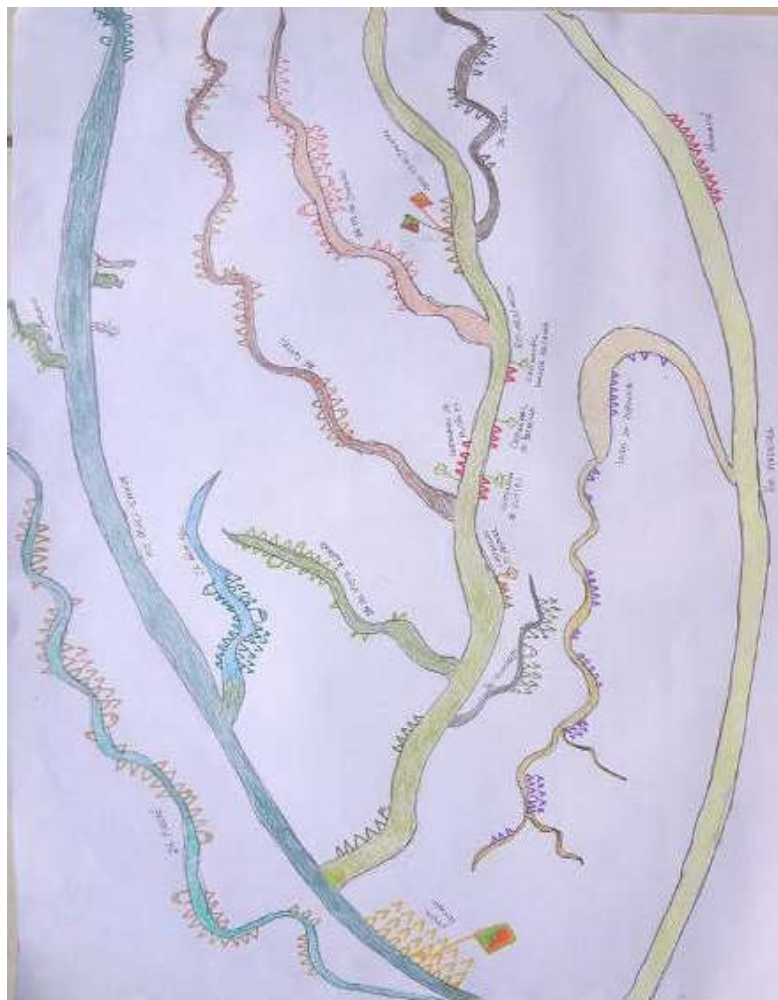
No final do século XIX, é provável que Byahú fosse o chefe de todos os Parintintin. Após sua morte (em uma emboscada de um Pirahã), eles se dividiram em subgrupos: o filho de Byahú, **Pyrehakatú**, subiu ao vale do Ipixuna e se tornou chefe ali; enquanto Dai'í, depois da morte de Byahú, liderou o deslocamento de um grupo até a região do alto Maici, onde Nimuendajú estabeleceu seu posto de pacificação; um terceiro grupo rumou para o sul, perto da boca do rio Machado, liderado por Uarino "Quatro Orelhas".

STRACHULSKY, em sua tese de doutorado (STRACHULSKY, 2018: 95-97) assim descreve a ocupação do interflúvio Ipixuna/Maici pelos Parintintin em sua disputa com os Pirahã:

“As aldeias contavam normalmente com três a cinco famílias nucleares, sendo que espacialmente eram configuradas por possuir apenas uma única casa comunal, que se denominava *ongá*. Somente as maiores aldeias possuíam duas casas grandes. No entorno da *ongá* ficava a praça (*okará*) que era constantemente mantida limpa de espécies vegetais rasteiras. Por outro lado, havia muitas árvores frutíferas, e quase sempre se localizavam à beira de rios e igarapés, em maior quantidade em relação aos últimos. Por outro lado, não se deslocavam muito pelos rios, devido aos confrontos com seus vizinhos *Pirahã*, como afirma Maria das Graças Parintintin: *‘o Igarapé do Pireró, aonde os índios moravam mais. Porque no rio mesmo os índio não andavam, não ficavam usando o rio, por causa dos Pirahã, né’*. Muitas são as narrativas que contam acerca das épicas disputas entre os *Pirahã* e os *Parintintin*. Em outra conversa, seu Carlos Parintintin fala que *‘Antigamente os Parintintin atacavam os Pirahã e saíam fugido da Capoeira do Adermo lá pra Capoeira do Abacate, que era pros Pirahã não acha eles. Depois eles voltavam de novo pra atacar os Pirahã’*. Os *Parintintin* possuíam uma territorialidade muito afeita a questões de disputas territoriais (guerras) e de fontes de recursos naturais com o povo *Pirahã*, pois *‘... tanto Pirahã matou Parintintin, como Parintintin matou Pairahã’* (Severino Parintintin). (STRACHULSKY, 2018: 95-97).

Segundo seu Carlos Parintintin, em depoimento à equipe técnica, quando um povo matava indivíduos de outro, tempos depois ocorria a vingança. Seu deslocamento se dava por via terrestre, sendo que erigiam suas habitações (casas menores e malocas) ao longo dos rios e/ou nas cabeceiras dos igarapés. Com o passar do tempo, a diminuição e o cessar das guerras com os *Pirahã*, os *Parintintin* acabam construindo aldeias fixas, deixando para o passado sua vida de nomadismo. A partir da intensificação do contato com os não indígenas, os *Parintintin* que viviam nas proximidades dos igarapés Nove de Janeiro e Traíra acabam fundando a Aldeia Traíra, iniciando uma nova fase em sua história e cultura (STRACHULSKY, 2018: 98).

O autor antes citado traz para ilustrar a ocupação Parintintin no interflúvio Maici/Madeira o desenho feito em 2015 pela anciã Maria das Graças, que se reproduz abaixo (**Figura 5.1**).



**Figura 5.1.** A territorialidade Parintintin no passado (aproximadamente década de 1920) **Fonte:** Maria das Graças Parintintin. Acervo de Juliano Strachulski (Aldeia Traíra, 8/11/2015).

## 5.2 Organização social e cosmologia

*“Todos os dados obtidos, tanto da documentação histórica como etnográfica, permitem afirmar que os Kawahiwa constituem uma série de unidades sociais territorialmente localizadas que reconheciam este etnônimo como autodenominação. Todas essas unidades ocupam o mesmo ambiente natural (a floresta) e possuem, ainda, o mesmo sistema sócio-adaptativo (...). O conjunto de todas estas unidades determina, do ponto de vista da ocupação espacial, os limites da unidade territorial inclusiva que, do ponto de vista sociológico, pode ser reconhecida como sendo a ‘nação’ Kawahiwa apontada por todas as fontes históricas” (MENÉNDEZ, 1989: 68-69).*

Os antropólogos que trabalharam com outros povos Kagwahiva (Menéndez e Peggion entre os *Tenharim* e Simonian entre os *Urueu-wau-wau* – cf. bibliografia) estabeleceram como o padrão Kagwahiva de assentamento unidades co-residentes autônomas, em geral nominadas com o nome do chefe principal ou do rio que dominam, possuindo um território bem definido, com limites precisos – como já observara Lévi-Strauss. Estas unidades co-residentes podem ser compostas por duas ou várias famílias extensas (“parentelas”) ligadas por laços de afinidade e troca de serviços e que realizam suas festas e rituais em conjunto. É a este grupo familiar co-residente, nominado e exógamo (isto é, seus

membros devem procurar cônjuges fora de seu próprio grupo) que a literatura antropológica define como “grupo local”.

No caso dos Tenharim (e Uru-eu-wau-wau), cada grupo de residência de um determinado grupo local habita(va) uma “casa-grande” ou maloca (*onga-uhu* no dialeto Tenharim) ao redor da qual se dispõe os seus roçados. A maloca, portanto, se confunde com a roça. “A *casa-grande* (...) parece corresponder ao padrão Tupi tanto do alto Tapajós quanto da região dos afluentes do Madeira (já que) casas semelhantes são descritas para os *Apiaká* (Anom. 1900:11), *Kayabi* (Grunberg, 1970), *Suruí* (Mindlin, 1985: 29) e *Cinta-Larga* (Junqueira, 1983: 4). Estas casas-grandes ou aldeias se distribuíam por todo o território do grupo local, ao longo dos cursos d’água, o que permitia a seus integrantes um eficiente deslocamento e controle territorial” (MENÉNDEZ, 1989: 78-79).

Segundo este autor, e com base nas informações fornecidas a ele pelos Tenharim do rio Marmelos, apesar de relativamente independentes, os donos-de-maloca se subordinavam ao *Ñanderubihab* ou *Mborerekwara*, líder fundador do grupo local e responsável pela localização dos grupos co-residentes em determinado território. Com o contato sistemático com segmentos da população regional todo este conjunto sociológico alterou-se, seja por força da ação dos seringalistas, de agentes do SPI e, sobretudo de missionários, que induziram a segmentação da *onga-uhu* em habitações individualizadas e a dispersão dos núcleos familiares co-residentes. Para os grupos remanescentes que resistiram e se opuseram a este contato, um novo padrão de assentamento e modo de vida foi sendo re-elaborado a partir da fragmentação das estruturas tradicionais.

*Nharemboi-py, isto é, no tempo dos antigos, Tupana-ğa morava aqui na terra. Morava em uma onga-uhu e com ele moravam outros companheiros: o Preapi, Piragwa-uma, Arukama, Guabihundi, Dijipu-y, Kanhanerana e Bahira. Nesse tempo, Kanhanerana e Bahira, brigavam, brigavam continuamente. Tupana-ğa cansou de tanta briga e quis mudar de moradia. Ele foi para o interior da terra, mas ali somente encontrou anhaẽ viu que não era um bom lugar para morar. Foi dentro dos troncos das árvores, porém só tinha abelhas. Embaixo da água também não dava, pois só tinha peixes. Depois de todas essas tentativas, lembrou que no último dos céus tinha parentes que tinham milho, cará, mandioca, muita coisa. Tupana-ğa quis, então, ir para este lugar. Falou com a sua mulher e decidiram mudar. Então Tupana-ğa passou um cipó grande e grosso no teto da onga-uhu onde morava e começou a levantar a casa enquanto cantava. Do buraco onde estavam os esteios da casa começou a sair água, muita água que foi alagando a terra. Essa água matou tudo, matou homens e bichos. Ficaram só vinte homens, vinte mulheres e vinte crianças. Para não morrer saíram à procura de uma serra grande. Depois, a água começou a baixar, esses homens, mulheres e crianças são os Kawahib de —agwamoll, de agora. Bahira não foi com Tupana-ğa, ficou aqui na terra* (MENÉNDEZ, 1989, p. 186).

Este mito que narra a partida de *Tupana-ğa* - para os *Parintintin* também é *Pindova* “*umi*” *ğa* - pode ser concebido como um mito que ordena, cosmologicamente, várias dimensões e ambientes da vida. Ele acaba apresentando todos os ambientes e territórios (espaços do cosmos) habitados pelos seres e não seres, apontando uma vasta territorialidade da divindade, como: a terra, onde moram os *anhaẽ* (espíritos), no tronco das árvores, onde há insetos, na água, onde tem os peixes e o céu no seu último nível, onde *Tupana-ğa* finalmente encontra sua morada definitiva.

De acordo com o mito, *Bahira* teria sido a única divindade a ficar na terra, dando origem ao mundo como se conhece, pois, ele —[...] trouxe o fogo aos homens e deu origem a muitos itens e práticas culturais, assim como deu forma à paisagem (SILVA, 2013, p. 51). Depois da partida do Deus central, foi ele quem passou a reger a vida dos *Kagwahiva* com suas façanhas materiais, mágicas e espirituais, derivando em mitos, narrativas, parábolas, metáforas e analogias que compõem o universo *Parintintin*.



Para os *Kagwahiva*, *Bahira* teria atribuído significado a todas as dimensões do cosmos por onde *Tupana-ğa* teria passado, originando-se vários mitos sobre *Bahira* e suas façanhas depois da partia daquele. Disto deriva também a ideia de que *Bahira* é interpretado muitas vezes como Deus, pois ele é quem ficou cuidando dos *Kawahib Parintintin* e dos demais *Kawahib*, desde o dilúvio. (STRACHULSKI, 2018:144). Menéndez (1989) identificou aquilo que Kracke (1984) já o percebera com os *Parintintin* quando trabalhou com estes: pouco se preocupavam com a criação do mundo dando mais importância à gênese de determinadas características culturais. Mais importante ou mais significativo para os *Kawahib* era *Bahira* pois este é que estava perto dos seres da terra.

Segundo Kracke, a cosmologia espacial dos *Kagwahiva* é radicalmente separada da cosmologia temporal; a dimensão principal do espaço cósmico é dada pela oposição vertical céu/terra, personificada por um lado nos *Ivaga'nga*, "gente do céu" e, de outro lado, por vários espíritos terrestres, incluindo os *anhang*, espíritos dos mortos e dos animais que moram, respectivamente, dentro da terra e em cima dela. A dimensão temporal, de outro lado, se constitui no ciclo das histórias de *Mbahira* (ou *Bahira*), o herói-trickster que trouxe fogo, adquiriu a primeira filha retirando-a da água, criou os carapanãs, e estabeleceu que fossem as mulheres e não os homens que dão à luz as crianças (1984: 1-2).

De acordo com STRACHULSKI (2018), a cosmogonia *Kagwahiva*, em especial *Parintintin*, estaria mais preocupada em representar as concepções espaciais da constituição do microcosmo local e das características culturais adquiridas do que oferecer explicações para o seu surgimento no mundo e o próprio surgimento desse mundo. Em quase todos os mitos aparece muito marcante a relação dos *Kawahib* com a natureza e as modificações espaciais, como a transformação das paisagens. Relações territoriais com seu mundo e com os personagens centrais que proporcionaram tais transformações também são elementos muito fortes nos mitos, além das territorialidades das divindades e a organização da vida como se conhece.

Segundo MENÉNDEZ (1989, p.149) "(...) Tupana-ğa parece corresponder à ideia de um criador universal, enquanto *Bahira* é o criador de cultura (...) porque ficou na terra e criou os seres humanos e demais seres que nela habitam, enquanto as demais divindades foram para o céu". *Bahira*, o herói mítico cultural, não é lembrado a partir do acontecimento de fenômenos naturais como chuva, névoa, raiar do sol, cair da noite ou outras situações que remetam a algo como um reflexo da ação ou manifestação de um ser divino: está presente nas situações do dia a dia e/ou em celebrações singulares, quando do casamento de pessoas de metades diferentes, da realização do ritual *Yrerupykyhu*, do ritual da menarca, dos tabus alimentares, dentre outras características culturais assentes ao povo *Parintintin*, instituídas pelo herói mítico civilizador (STRACHULSKI, 2018: 145).

Como criador cultural, *Bahira* propiciou aos *Kagwahiva-Parintintin* bens culturais fundamentais para o viver neste mundo e em sociedade, como transformar o peixe Jandiá em menina, trazer flechas, utensílios de carga e guarda, deu cores aos elementos do meio animal e vegetal, dividiu-os em metades clônicas e trouxe o fogo:

*"Nesse mundo que nós tamo não tem fogo. Você anda jogando pedaço de carne crua. Ponha no sol. Aí ia enxugando, ia ficando assim duro, e aquele eles iam comendo. Aí o Bahira disse: a noite vai chegar e o fogo quem tem: urubu no céu, aqui não tem fogo disse ele. Aí ele se virou no mundo, foi como parente, conversou pra ver se tinha fogo e lá ele se sumiu embora. Aí ele pensou, vamo passa cupim na anta, tudo o que não presta. A mosca vai desovar em cima e eu entro embaixo, lá dentro. Aí o urubu vai descer pra baixo pra fazer fogueira. Aí eu vou sair e vou pegar esse fogo e fogo nós vamo ter e o urubu vai voltar pra terra dele sem fogo. Aí a mosca veio voando e desovando aí o urubu escutou. Aí o urubu veio, sentou no galho e ficou espiondo. Aí o urubu chegou perto e comia um pouco, o Bahira tava lá dentro da anta, aí o urubu levou. Aí um dos filho comeu. Aí eles fizeram fogo. Aí o Bahira ficou só espiondo. Aí o filho do urubu disse que tinha gente olhando pra lá. Aí o urubu disse: quem? Aí tá*

*morto como vai ficar vivo, respondeu o urubu-rei. Ai depois disso o Bahira levantou e correu em cima do fogo e pegou. Ai ele correu, correu e tinha um quariquara, porque quariquara é tudo ocado, esteio que chama. Ai ele saiu e entrou na flecha. Ai o urubuzão foi embora. Ai depois ele juntou tudinho, é cobra é sapo. Ai ele falou: agora voceis vão cruzar aquele rio e levar o fogo. Ai o sapo veio e tcha, morreu. Ai cobra, chegou no meio do rio e tchoc (morreu). Ai Bahira disse: será que voceis não vão levar nem um tiçal de fogo pra aqueles home, os indígena lá. Ai aquele cururu, sapo, que apareceu com aquele fecho de lenha pros indígena. Ai ele agarrou, saiu e chegou no meio do igarapé, ai ia e voltava. Ele fazia isso só pra ...Fogo véio subindo assim e ele cantava. E Bahira falava pra ele não canta, passe logo. Ai o indígena jogou corda e puxou ele. Ai ele tirou o fogo e jogou pra ali. Ai o indígena disse: vambora, não deixa apagar esse fogo na água. Ai abanaram com abano e lá ficou, não morreu. Ai lugar nenhum não tinha fogo. Ai o Bahira disse: não é bonito agora, todo mundo tem fogo. Ai esse que tavam arrodando o fogo pegavam pedaço de anta e levavam pra assar. Ai Bahira falou: tá tudo bom, agora nós vamo ter fogo” (João Bosco Cândido Parintintin, 2015, apud STRACHULSKI, 2018: 145).*

### 5.2.1 O sistema de metades exogâmicas Kagwahiva

Internamente, os Kagwahiva (*Parintintin, Tenharim, Jahoi e Uru-eu-Wau-Wau*) dividem-se em duas metades patrilineares idealmente exogâmicas (ou seja, os membros de uma metade não podem se casar entre si) denominadas *Kwandu* (gavião-real) e *Mytym* (mutum). Os Tenharim acrescentam o termo *Tarave* (arara maracanã) na metade *Kwandu*, e que é algumas vezes também utilizado pelos Parintintin e definido por eles como sendo o mesmo que *Kwandu* (KUROVSKI, 2009: 62).

Segundo a antropóloga citada (2009: 62 e ss), “os Parintintin mencionam oposições e contrastes nas características físicas e comportamentais entre os integrantes das duas metades. Segundo eles, as crianças *Kwandu* são mais bravas e as *Mytym* mais calmas. A aparência e textura da pele também são utilizadas como elemento distintivo entre as metades. Ao que tudo indica as diferenças entre as duas aves são estendidas aos seres humanos. *Kwandu* é caçador e indomável, ao contrário de *Mytym* que é criado com animais domésticos no pátio da aldeia. Como se observa, as aves epónimas são simetricamente opostas: *Kwandu* – gavião - de coloração clara, voa alto. *Mytym* – mutum – coloração escura, voa baixo, é terrestre (KRACKE, 1984a e 1984b; MENENDEZ, 1989; PEGGION, 1996)”.

Muitos autores sugerem que esta organização dualista seria um empréstimo Kagwahiva de grupos macro Jê e a análise de Kracke (1984a) parece coincidir com esta tendência. Para este autor a organização em metades seria uma instituição adquirida recentemente pelos Parintintin, não possuindo importância na vida cerimonial, não aparecem de forma explícita na mitologia e, embora possam apresentar uma função nominadora em cada estágio do ciclo da vida, na prática, esta função é bastante frouxa. Conforme o autor o sistema de casamento Kagwahiva revela três sistemas separados, operando em diferentes planos: a organização dualista exogâmica, um sistema triádico de clãs exogâmicos (*Mytym –Kwandu - Gwyrayá gwara*) e a existência de patrilineas. Menendez (1989), nos seus estudos sobre os Tenharim, ao contrário, sugere que as metades possuem fundamento mítico, além de operarem na nomeação, escolha de cônjuges e no estabelecimento de alianças políticas. Da mesma forma, os estudos de Peggion (1996) sobre os Tenharim se contrapõe à tese de Kracke, apresentando uma análise sobre a forma e a função das metades Kagwahiva.

Kurovski (op.cit.: 65) afirma que “(...) informações que obtive e dados de PEGGION (1996), no passado, as metades distinguiam-se no uso de diferentes produtos empregados na pintura corporal; o jenipapo era utilizado pela metade *Mytym* e o urucu pela *Kwandu*. Também diferentes plumagens, de acordo com cada metade, eram empregadas para confecção das *akanitara* (diademas de penas) e demais instrumentos. Por sua vez, as pinturas corporais femininas consistem em pequenas manchas feitas com a ponta dos dedos em tinta de jenipapo, imitando uma onça pintada e algumas linhas finas horizontais nas pernas. As pinturas das mulheres *Kwandu* se estendem desde o tronco até os pés, enquanto a das *Mytym* restringe-se à parte inferior do tronco e pernas. E acrescenta ainda que “(p)or

ocasião dos rituais, também, observa-se um cuidado na distribuição dos parceiros dançarinos, homens *Kwandu* necessariamente devem dançar com mulheres *Myt̃y* ou vice-versa. Na festa da *Mbotava* Tenharim, Peggion (2004) identificou uma divisão de tarefas, segundo as metades exogâmicas. Os *Mytym* são responsáveis pelo cuidado do moquém da carne de anta, enquanto os *Kwandu* pelo carregamento do cesto de farinha. As metades também exprimem uma classificação bipartida do mundo. Os Kagwahiva nos relataram que todas as coisas e os seres podem ser classificados ou repartidos em duas metades.

O papel das metades exogâmicas como reguladoras de alianças matrimoniais é salientado no artigo citado de KUROVSKI (2009: 65 e ss). Para a autora “(o) casamento Parintintin se dá pela troca de irmãs, casamento de primos cruzados e incorporação de aliados. A presença de linhas entre os Parintintin, segundo Kracke (1984a), é um fator determinante nas possibilidades de casamento. As patrulinhas surgem no acordo realizado entre dois indivíduos na troca de irmãs ou mais geralmente de filhos, continuando nas gerações subsequentes, resultando na permanente aliança e troca por matrimônio entre a linha do irmão da esposa e do marido, ou seja, na geração seguinte há o retorno de um germano cruzado cedido (KRACKE, 1984a, 109)”. As genealogias colhidas pela equipe de consultores em campo na aldeia Traíra parecem confirmar as afirmações acima (ver ).

Entretanto, prossegue KUROVSKI (op. cit.: 73-74, grifo nosso), “(a) configuração dos casamentos por trocas nos leva concordar com Peggion (1996) de que as patrulinhas, sugeridas por Kracke (1984a), não são unidades perpétuas de troca, ou seja, um indivíduo tanto pode continuar as alianças estabelecidas por seu pai, como pode ocorrer que um dos filhos projete suas próprias alianças a outros grupos que não aqueles com os quais seu pai realizou trocas (PEGGION, 1996, p. 98). Como já mencionei, existe uma tendência para casamentos por trocas com outros grupos indígenas e regionais, apontando para a busca de aliados no exterior”.

E conclui a autora:

*“Enquanto que para Kracke (1984a) a busca de aliados está além e acima do funcionamento das metades, Peggion argumenta que é exatamente a incorporação de estrangeiros que explicaria a forma das metades. Para o autor os estrangeiros são sempre Taravé, ou seja, a metade Myt̃y se refere ao interior e metade Kwandu/Taravé incorpora o exterior (PEGGION, 1996, p. 62). A classificação social em metades está subordinada à distância geográfica e genealógica, uma vez que indivíduos não co-residentes, mas pertencentes a povos Kagwahiva podem contrair casamento, ainda que sejam da mesma metade. PEGGION (1996) irá definir algumas regras que ditam as possibilidades de incorporação de estrangeiros de acordo com o sistema de metades:*

- *Entre cognato e não cognato co-residentes o casamento é exclusivamente exogâmico;*
- *Entre estrangeiro e Tenharim o indivíduo é incorporado na metade Tarawé e pode se casar em qualquer metade;*
- *O sistema de metades coaduna-se com o conceito escalar de distância presente no dravidiano amazônico. Pois, segundo dados do autor, não existiam casos de estrangeiros incorporados à metade Myty;*
- *As verdadeiras unidades exogâmicas estão no interior das metades, na forma de um complexo sistema patrifiliativo que surge da aliança matrimonial entre dois grupos agnáticos. Cada filho com o tempo, após a morte de seu pai, estabelece sua própria relação, constituindo em torno de si uma nova unidade de troca. Cada unidade trocadora (troca homens e mulheres) tem no seu centro um sênior, caracterizando um sistema de troca multilateral. Estas unidades de troca de cônjuges no interior das metades não permitem que o sistema de metades se constitua como duas macro-classes matrimoniais. Cada unidade estabelece suas próprias alianças com várias outras, mas que nunca se reduzem a apenas duas. Os Tenharin operam com um sistema multi-bilateral apesar de possuírem metades (PEGGION,*

1996, p. 63)”.  
E para concluir a autora até aqui citada afirma

“Em geral a regra de descendência é a criança herdar a metade do pai, entretanto, no caso de mulheres Parintintin casadas com regionais considera-se a metade a do pai da mãe. O caso de Nhãjia’í Parintintin é um exemplo entre tantos outros ocorridos: filha de regional com mulher Parintintin foi classificada na mesma metade do MF, Myty. Do mesmo modo que nos casamentos entre mulheres Parintintin e homens indígenas de outras etnias, a metade considerada é também a metade a do pai da mãe. Isto nos leva a questionar as razões da não incorporação de Nhãjia’í na metade Kwandu, já que seu pai é um estrangeiro? Que categorias estão sendo acionadas pelos Parintintin para classificar filhos de casamento com estrangeiros? Minha hipótese é que ainda as categorias Kagwahiva de humanidade podem estar sendo acionadas. O branco está classificado como Tapy (outro), que mesmo transformado em afim, continua a representar a alteridade. Assim, parece que a relação Tapy/Nós quando trazida para o interior precisa ser domesticada, precisa de alguma forma ser co-substancializada. No caso de pais estrangeiros não está em jogo a descendência patrilinear, mas o gradiente classificatório Parintintin (Kagwahiva/Outro). No interior, as metades operam definindo dois grupos distintos com os quais se deve trocar. Mas, à medida que se ultrapassa o âmbito local e se buscam afins no exterior, não há necessidade de se recorrer exclusivamente ao princípio classificatório das metades, já que o sistema de metades coaduna-se com o gradiente “distante e próximo” que garante a diferenciação. Contudo, na classificação dos filhos gerados destas alianças matrimoniais com o exterior tudo se passa como se a alteridade devesse gradativamente diminuir, dando lugar à consanguinidade, esta englobando a afinidade.

“Ou seja, trata-se do princípio de “englobamento”, a maneira dumontiana (DUMONT, 1992); num primeiro momento a consanguinidade é englobada pela afinidade e posteriormente se dá o inverso. Afinidade e consanguinidade fazem parte de uma mesma estrutura que oscila entre dois polos, cada termo, ora englobando ora sendo englobado (VIVEIROS DE CASTRO e FAUSTO, 1993). Assim proponho um modelo de organização dual Parintintin que pressupõe duas formas de estrutura, uma concêntrica - relação dentro e fora, próximo e distante, Tapy aliado e Parintintin, na qual impera um princípio de atração da afinização para consanguinização dos filhos de estrangeiros não Kagwahiva; e outra diametral, relação simétrica entre metades - predominando no âmbito local - na qual o princípio das metades é o princípio englobante e a afinidade vai englobar a consanguinidade.



Figura 9 - Modelo de organização dual Parintintin.

O gradiente funciona como um fator de atração da afinidade e filtro transformador dela em consanguinidade. Conforme Figura 9 acima”. (KUROVSKI, 2009)

### 5.3 Histórico do Contato e ocupação atual

De acordo com o antropólogo Waud Kracke, os registros nas fontes históricas e documentais sobre os Parintintin – relatos sobre seus ataques ao longo do rio Madeira, por exemplo – anteriores à sua “pacificação” são raros, “pacificação” esta que se deu por uma expedição liderada por Curt Nimuendajú em 1922-23<sup>9</sup>

Ainda segundo o antropólogo acima citado, semelhanças fonéticas com os Ka'apor do Maranhão sugerem uma origem costeira do grupo, confirmada por narrativas orais sobre uma jornada rio acima de uma “terra sem água” até sua localização presente, atravessando uma área extensa em que não se via margens por dois dias (possivelmente o baixo Amazonas).

A primeira referência histórica aos *Kagwahiva* data do final do século XVIII, quando, de acordo com pesquisa de Curt Nimuendaju, eles estavam localizados na confluência dos rios Arinos e Juruena, formadores do Tapajós. Nimuendaju (1924) reconstruiu a história do seu grupo ancestral, chamado "Cabahyba" por Martius, o qual fez uma primeira menção a eles no Tapajós em 1797. Os Kagwahiva foram expulsos do Tapajós por portugueses e Mundurucu em meados do século XIX, dispersando-se na direção oeste rumo ao Madeira, onde os Parintintin estão agora situados; mas também ao rio Machado, onde Lévi-Strauss, e antes dele Rondon e Nimuendaju, encontrou os "Tupí-Cawahib"; e, ainda, ao longo do Machado até a região central de Rondônia, em cujas terras altas estão hoje os Uru-eu-wau-wau, Amondawa e Karipuna. Ao longo da história, as fissões constituíram um processo continuado. Os muitos grupos Kagwahiva em guerra uns com os outros na região devem ter se dividido depois de chegarem na área, vindo sucessivamente do Tapajós.

No que concerne aos Parintintin, tratava-se de um pequeno grupo guerreiro que durante o final do século XIX e início do XX esteve em conflito com seringueiros ao longo dos 400 Km do rio Madeira depois de terem sido expulsos do Tapajós pelos Mundurucu.

A **Figura 5.2** abaixo reproduz o território ocupado pelos Parintintin nos anos 1920, antes da chamada “pacificação” realizada pelo SPI.

<sup>9</sup> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parintintin>



teria ocorrido na desembocadura do Igarapé Nove de Janeiro, afluente do Rio Maici-Mirim (Maicizinho), no dia Nove de Janeiro. Seu Carlos Parintintin (2015) narra o motivo pelo qual teria ocorrido o contato, destacando a presença de Curt Nimuendajú,

*“Meu avô contava que foi os seringueiro que passou pro governo federal que eles (indígenas) tavam matando muitos seringueiro, aqui perto do Três Casas, Monex que é aqui próximo de Humaitá, já pra vará no Madeira. Aí dava muito prejuízo. Eles matavam pelo seguinte, não era de malvadagem, eles atacavam os branco, matavam os branco pra conseguir material: facão, machado, foice na época ninguém não tinha ouvido falar né, serrote já existia nessa época. Aí como eles não tinham material pra fazer roça, porque a machadinha que tinha era de pedra, tinha que ficar trabalhando dois anos pra fazer uma roça, era muito sofrimento. Então é por isso que os índio próprio daqui tavam matando muito branco. Por isso que o governo quis fazer esse tal de contato com o índio civilizado porque tava difícil. Parece que naquele tempo fizeram um projeto com o Nimuendajú, que ele trabalhava com isso né. Fazia contato com os branco. Ele tinha feito vários contatos aí pra fora.”*

E continua (idem:90):

*“Em 1921, o inspetor Bento Lemos, do SPI de Manaus, acabou delegando a Curt Nimuendaju a missão de pacificar os Parintintin. Ele desembarca com 22 homens, no dia 31 de março de 1922, instalando-se às margens do Igarapé Nove de Janeiro, afluente do Rio Maici-Mirim. Também fez uma expedição de reconhecimento até o Igarapé Traíra, buscando o local ideal para instalar o posto do SPI. No dia 2 de abril, há um primeiro ataque ao seu acampamento. Nimuendaju (1924, p. 215) descreve o fato,*

*[...] os Parintintin deram o primeiro assalto, com grande gritaria de guerra. Um dos trabalhadores que se achava fora das trincheiras, por pouco não foi flechado, mas ninguém se espantou e nenhum tiro partiu do nosso lado. Recolhi as flechas e finquei-as, cada uma com um brinde amarrado na haste, no trilho dos Parintintin, debaixo de uma pequena coberta, e o mesmo fiz com os estrepes que na sua retirada tinham colocado no caminho.”*

*No dia 28 de maio de 1922 ocorreria o encontro crucial onde, a princípio, teria sucedido um ataque violento, mas que acabou por se transformar em troca de gentilezas, com Nimuendaju entregando aos Parintintin machados, facas, terçados dentre outros objetos, narrando a seguinte situação:*

*Eles pararam numa distância de 15 passos e, não permitindo que eu me aproximasse mais, pediram que eu lhes atirasse o brinde. Satisfeito o pedido, um deles amarrou uma corda num pedaço de pau e, jogando este presente aos meus pés, disse: « Erohó! » – Leva! [...]. Deram-me mais uma coroa de penas e receberam de nós roupas, linha de pesca, uma pedra de amolar, enfim um pouco de tudo que havia no posto (NIMUENDAJU, 1924, p. 217).*

Uma das principais consequências do contato, em 1922, a partir de iniciativas do SPI teria sido o término das relações conflituosas entre os Parintintin e a população local naquele momento. Contudo, apesar de ter feito muitas vítimas, os conflitos nem se comparavam aos surtos de doenças que vieram com o contato, reduzindo drasticamente a população Parintintin.

Depois da pacificação, postos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) foram instalados. Um deles em um *canavial* no Ipixuna e Em 1942, quando o SPI passava por uma crise econômica e institucional, sua atuação no local foi encerrada sob o pretexto de punir um chefe insurgente, o filho adotivo de Pyrehakatu, Paulino Neves (Ijet), que então se tornou o chefe na área do Ipixuna. Grupos Parintintin também viviam perto de *Três Casas*, no seringal de Manuel Lobo, o qual chamou o SPI para iniciar a pacificação em 1923. Posteriormente, nos anos 1970, foi instalado ali um posto indígena, já sob a gestão da administração da Funai em Porto Velho.



Logo no início da pacificação foi feita, sem êxito, uma tentativa de reunir todos os Parintintin no Posto do *Maici*. No ano de 1926 é aberto, pelo encarregado Mariano Alecrim, o Posto de Atração do baixo Ipixuna (*Monguarê*) no lugar denominado *Canavial* com o objetivo de evitar que os índios saíssem do baixo Ipixuna para o rio Madeira, onde contrairiam doenças – e outro perto do seringal *Calamas*. A gripe catarral e outras moléstias rapidamente se alastraram entre os Parintintin depois que o Sr. José Garcia de Freitas os levou para visitar regionais nas margens do Madeira e do lago *Uruapiara* (SPI, 1924: 24-26; RCID, fls 97).

Em 1928 é fundado no médio Ipixuna o Posto José Bonifácio que além da sede, possuía 03 barracões de moradia para índios e uma escola. Neste Posto o SPI prestou serviços de assistência médica e educação. A escola (em 1928) contava com 24 alunos. Algumas meninas, conforme Catarina *Kunh'aab*, moravam na casa de Antonio Ramos (encarregado do Posto, afastado em 1940 por ter engravidado a esposa de *Warinã'o*) aprendendo a cozinhar e costurar. Para chefiar os Parintintin, quando Pyrehakatu abandona o cargo, o encarregado "convida" Ijet (Paulino) depois de perguntar-lhe o status de seu pai (*Mandat*, importante chefe na região do *Maici*). Na condição de chefe, Paulino tinha como atribuição indicar os homens que deveriam abastecer o Posto de caça e pesca (RCID, fls 97).

Em 1925, missionários ingleses da missão "Heart of Amazonas" - (Sociedade missionária evangélica posteriormente absorvida pela missão Unevangelized Fields) abriram no lugar "ongá Garcia", atualmente denominado de "Inglês", entre Urumutum e o Posto do Médio Ipixuna. Lá construíram um grande galpão que servia de igreja, escola e cinema. Para atrair os Parintintin costumavam oferecer comida. Os missionários permaneceram na região até 1929, quando segundo carta de Leonard Harris – reproduzida no relatório do SIL "Anthropological Check List - Parintintin" de Vera Betts, Departamento de Estudos Técnicos do SIL, junho de 1967, pp. 7 – "nos retiramos devido à escassez de índios que se mudaram para Três Casas", ou segundo Paulino "foram presos e processados porque estavam contrabandeando minérios"

Nos anos 1930 durante o Estado Novo getulista, o SPI entra em colapso. As atividades assistenciais são drasticamente reduzidas e o Posto do médio Ipixuna - José Bonifácio - é transferido para o *Canavial* e aquele localizado no *Maici* foi simplesmente fechado.

A reorganização do SPI no início da década de 1940 (com o fim do Estado Novo) permite que aos poucos os trabalhos de assistência sejam retomados. Nesta época a 1ª Inspeção Regional designa o Ajudante Barroncas para realizar levantamento sobre a situação dos índios do Madeira. Em seu relatório, de 1941, Barroncas assinala que parte do território Parintintin, depois de loteado pelo Estado do Amazonas, havia sido vendida para grandes latifundiários da região. Entre outros destaca Manoel Lobo, proprietário do lugar *Três Casa* e José Garcia (ex-funcionário do SPI) proprietário do lugar *Maici de Calamas* que além de se apropriarem das terras indígenas utilizavam os índios para trabalhos em suas "propriedades".

*"No dia 20 de Janeiro de 1941 o Posto de Atração do baixo Ipixuna é transformado em Posto de 'assistência, nacionalização e educação', tendo sido designado para chefiá-lo Ângelo Dias Pinto. Este encarregado, por ter iniciado um projeto de criação de gado no Posto, foi muito popular entre os índios. Contudo, permanece no cargo menos de um ano, sendo involuntariamente transferido para os Pacaas-Nova, devido a uma manobra política de Antonio Lobato - conforme percebe Paulino. Posteriormente, o próprio Antonio Lobato assume a direção do Posto, mas por pouco tempo. Paulino, após diversos atritos com o encarregado, ameaça matar a mulher do encarregado quando esta se recusa a fornecer-lhe farinha. Devido a este incidente, de acordo com o relatório de 1943 da 1ª Inspeção, o SPI resolve fechar o Posto do Canavial 'abandonando os Parintintin à própria sorte'". (ALMEIDA, Silbene – Viagem a Nove de Janeiro, Pirahã, Torá e Ipixuna- agosto/setembro de 1988 – Processo FUNAI 3276/87 – fls 51 e ss).*

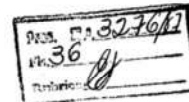




O antropólogo José Carlos Levinho (1987) autor do relatório de identificação das TIs Parintintin escreve:

*A pacificação dos Parintintins comumente encarada como modelo de contato de tribos arredias pelo SPI, também serve para exemplificar através de seus resultados, os reais efeitos dessa prática. A expedição de "pacificação" organizada pela agência oficial de proteção aos índios tem como princípio, pelo menos na fase inicial, mostrar-se generosa com farta distribuição de presentes, em parte, financiados pelos grandes proprietários da região com quem os Parintintin travam uma obstinada guerra para manter a integridade de seu território. Em seguida, durante a "consolidação do contato" escassez de recursos torna-se evidente. Pouco a pouco, os Postos são fechados, justo quando deveriam intensificar a assistência, numa fase percebida como crítica, o SPI já havia obtido o conhecimento, através de outras pacificações, de que o principal resultado do contato não é o fim das hostilidades entre índios e regionais, que de um modo geral resultam em poucas vítimas, mas as epidemias que sem exceção reduzem nações indígenas numerosas a um punhado de indivíduos. Os Parintintin renomados guerreiros que durante séculos enfrentaram inimigos muitas vezes superiores em número e arma, como os Mundurukú, Múra e brasileiros, renderam-se, logo após a pacificação, a ação devastadora de doenças desconhecidas (gripe, sarampo e outras). Somando o precoce enfraquecimento administrativo e financeiro dos serviços - principal justificativa utilizado pelo SPI para explicar sua incapacidade em garantir a sobrevivência física e cultural dos índios - têm-se as condições ideais para que o território indígena, até então nobremente defendido, seja explorado e ocupado.*

Este mesmo antropólogo anotou nesse relatório todos os assentamentos Parintintin no período de 1924 até, pelo menos, 1940 e os mortos ali enterrados (**Figuras 5.3 e 5.4** a seguir).

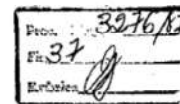


34

Relação contendo os nomes dos donos dos lugares abertos no Ipi-xuna (da boca para cima) e dos Parintintin enterrados em cada um desses lugares.

Nome Parintintin ou Português	Tradução ou explicação	Dono do lugar	Cemitério
Canavial	-	Paulinho	Samuel, Angelo, Tukuí, Carlo - Paquiré, Armando Kupeju'vi, Ida, Lauro e outros.
Japéc	-	Antonio Arimã	-
Sarrilho (a ±1 km dentro do igarapé)	-	Pirakatu'i/Manuelzinho	Inácio, Pã'i, Maria José, Geraldo Santinha.
Sarrilho (boca do igarapé)	-	Joseca	-
Igarapé Grande	-	Pirakatu'i/Manuelzinho	Birue'i e Helena.
Três Bocas	-	Coriolano	-
Borboleta	-	Pirehakatu	Pirehakatu
Yoiahu'i/Urumutum	Laguinho	Varinão	Varinão, Jiripiri
Anhãng akã'gi Acariúva	Cabecinha de bicho		Kaipuju'vi (mulher Iguahãri'ga).
Gwy'vatyv/inglês	Árvore utilizada - para fazer a ponta da flecha	Varinão	-
Nhandy'vi	Castanhalzinho	Angelo Tukuí	Cuñatã
Japu'yv	Árvore de Japú	Paulinho/Armando Kupeju'vi	-
Mamãgakõ/Sapo	Roça das mangabas (abelhas)	Pirehakatu	-
Akajuhu'i/Flechal	Pequeno lugar do caju grande	Pirehakatu	-
Koakwa'vi	Roça de cobertura de penis	Varinão, Paririmã, Paulinho e Kaiaruet	Heruripi
Ngwãiyũmyko	Roça do beija-flor	Varinão	-
Ngwãiyũmyko'i/igapõ Grande	Rocinha do beifa-flor	-	-
Yvykohtague'ri	Pau para cavar	Pirehakatu	-
Aguarapukai	Lobinho	Pirahakatu	Ipokague'ri
Hembyahav	Repartimento	Pirehakatu/Paulinho	Takwainhovape'vi

*Aminda*

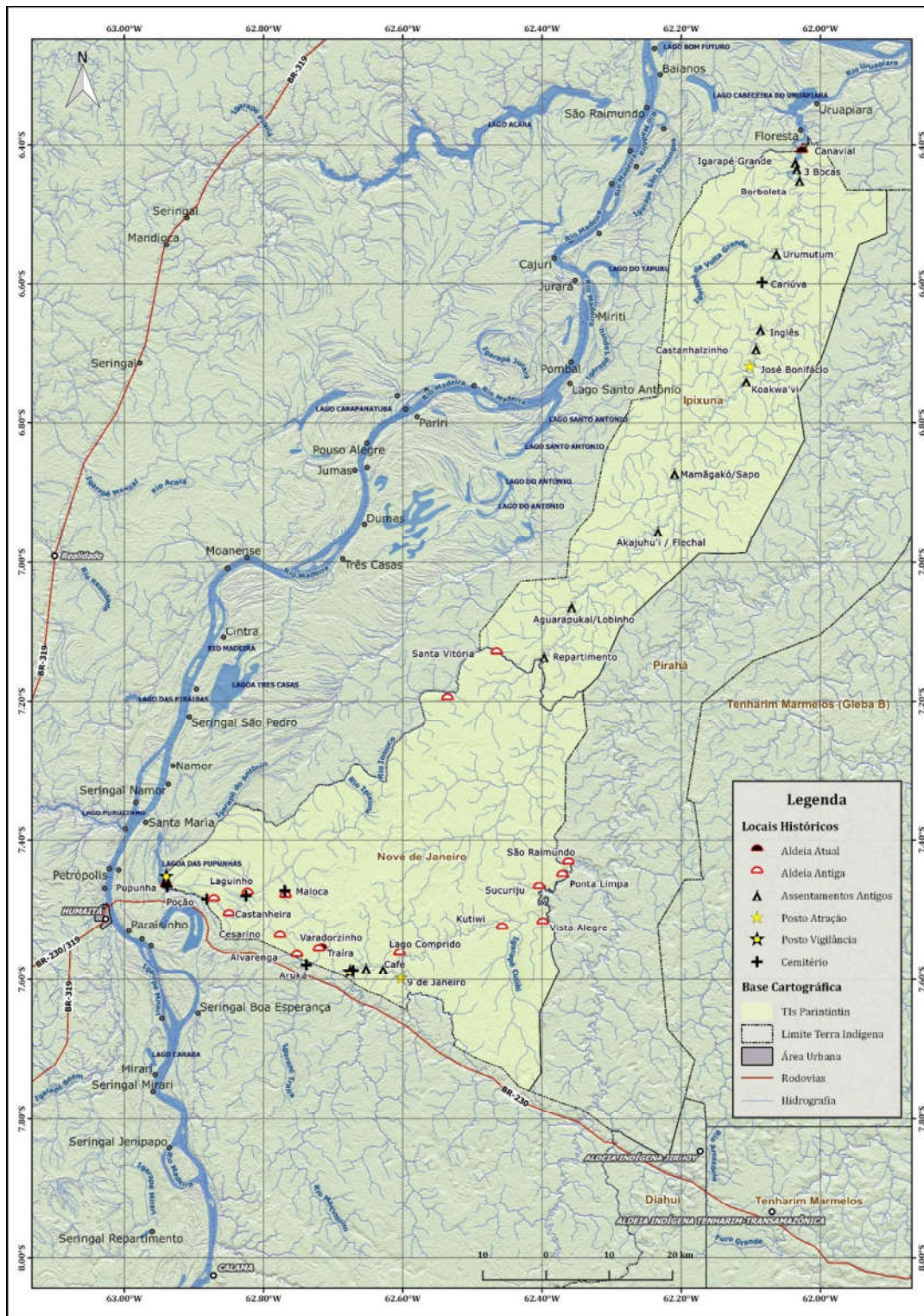


35

Lugares no Iomokó

Yambokó/Santa Vitória	Roça do riacho	Pirehakatu/Arimã	Varimã, Taturun, Mboabá, Paririma.
Nhandyvuhu'i	pequeno lugar do cas tanhal grande	Varinão	-
Kopukú	Roça comprida	Mandat	-
Urukutyvuhu	Água grande do urucú	Pirehakatu	-
Yreru'vi	Taboquinha	Ijet	-
Kaimbeko'i	Rocinha de mingau	Pirehakatu	-
Tangarekó	Roça do Tangarã	Tant/Pireró/Ngwarimákwei	Jahyrijuv e Avari mánu.
Ka'ikó	Roça dos macacos	Iguarãri'ga	-
Jagua'i	Cachorrinho	Iguari'ga	Jijuhu
Patiykó	Roça de paxiuba	Ukãia	-
Yari'yvuhu	-	Iguaripã/Gwyrãi'gwara'ga/Gwivi'ga	-
Gwy'vaty'vi	Pau de haste para flecha	Kariu'vi	Kariu'vi, Ngwari mákwiri' e Iguarikatú.
Nhapĩndokav	-	Kariu'vi/Iguakã	-

**Figura 5.3.** Assentamentos Parintintin no período de 1924 até, pelo menos, 1940 e os mortos ali enterrados  
**Fonte:** LEVINHO (1987).



**Figura 5.4.** Localização dos Assentamentos Parintintin no período de 1924 até, pelo menos, 1940.

Fonte: Consórcio Ethias

Após o contato, várias ações equivocadas levadas a cabo por servidores do SPI, como o beneplácito dos seus superiores em Porto Velho, reduziram a população desse povo a umas poucas

centenas de pessoas e o seu abandono por parte destes servidores – um dos quais, José Garcia, seria mais tarde o responsável pelo agenciamento da mão de obra indígena para os trabalhos de coleta, em regime de equivalente ao de servidão, da sorva, seringa e castanha para ele mesmo ou outros “patrões” do médio Madeira.

Dependentes das mercadorias antes doadas pelo SPI, a partir dos anos 1930 essas mercadorias somente serão acessíveis aos Parintintin por meio da troca com marreteiros a quem lhes entregam a produção de sorva, de castanha e eventualmente de seringa e copaíba – ou por servidores do SPI. Reprimidos em, e discriminados por, exibir sua identidade, passam a adotar os hábitos exteriores dos não indígenas, em suas roupas, fala, casas – a ponto de, nos anos 1980, não serem mais considerados *índios-de-verdade* pelos regionais e órgãos de governo.

*“Em visita à unidade regional do INCRA, na cidade de Humaitá, para obter informações sobre as condições fundiárias da região em estudo, tivemos a nítida impressão que os membros dessa repartição negavam aos Parintintin a identidade de índio. Mostraram-se surpresos ou de certo modo contrariados quando afirmávamos que os Parintintin se adequam as condições que a legislação sobre minorias étnicas define como merecedoras de atenção por parte do Estado” (LEVINHO, 1987, fls 03).*

Com a ida do GT de identificação às suas aldeias em meados dos anos 1980 e com a efetiva demarcação física das Terras Parintintin no Traíra (TI Nove de Janeiro) e no Canavial (TI Ipixuna) no início dos anos 1990, os Parintintin voltaram a ter confiança no órgão estatal de proteção aos índios (a FUNAI agora), sentindo-se novamente protegidos e dispostos a retomar seus antigos lugares e alguns itens da sua pauta cultural tradicional.

A antropóloga Ângela Kurovski descrevia, na virada do século XX para o atual, a situação dos Parintintin frente ao contexto regional nestes termos:

*A intervenção de Mbahira para evitar o fim dos Kagwahiva na terra (no mito, explicamos) nos remete aos relatos contemporâneos dos Parintintin, que obtive nos anos (19)90. Quando estes se referiam ao período de decadência dos serviços do SPI e de consolidação da empresa seringalista na região, costumavam enfatizar que tinham sido “esquecidos, abandonados, se dispersaram, cada um foi para um lado” trabalhar como mão de obra para empresa seringalista. Isto nos leva a refletir sobre os significados que são atribuídos a esta experiência real de um contato desastroso com as frentes colonizadoras cujas consequências parecem se aproximar daquela situação de desequilíbrio vivida pós-dilúvio na narrativa mítica. Tomemos como exemplo apenas um relato recolhido por Schroeder :*

*[...] depois ficou abandonado, só sorva e castanha para troca com marreteiro. Morreu muito velho [...]. Com a saída do SPI não tinha recurso [...]. Senão tinha bastante gente. [...]. Rapaziada se espalhou ou morreu” (entrevista realizada por Schroeder, 1995, p. 75).*

*Amparada nesta aproximação, poderemos refletir sobre as ações e discursos Parintintin nos (anos) 90, período em que estava em curso a reorganização das aldeias Parintintin. As falas discursivas pareciam sugerir que os Parintintin se colocavam em um papel semelhante àquele desempenhado pelo herói Mbahira: buscavam apropriar-se de tecnologias e de conhecimentos da sociedade nacional, os quais, englobados no interior pela cultura local eram redistribuídos internamente entre os grupos; ao mesmo tempo em que desejavam revitalizar os seus conhecimentos próprios. Essas ações eram entendidas por eles como forma de defesa diante da situação de intenso contato com novas frentes colonizadoras (KUROVSKI, 2010:184-5, grifos nossos).*

A FUNAI nomearia um Chefe de Posto no final dos anos 1980, em simultâneo à demarcação física das TIs Nove de Janeiro e Ipixuna, fazendo crer, para os Parintintin, que “o governo veio tomar de conta de nós de novo”, no dizer de uma liderança.



No início dos anos 1990 uma equipe da Operação Anchieta – OPAN (organização criada por padres jesuítas para apoio aos povos indígenas no Mato Grosso e Rondônia e que admitia cristãos leigos em seus trabalhos e que depois se transformou na Operação Amazônia Nativa, somente de leigos) se estabeleceu em Humaitá e passou a prestar apoio na área de saúde e educação para os Parintintin – reforçando neles o sentimento de valorização e proteção. A OPAN permanece apoiando os Parintintin pressionando para que o atendimento à saúde pela FUNAI fosse implementado e melhorado e, mais recentemente (anos 2000), na questão da educação escolar indígena e retomada da língua kagwahiva.

#### 5.4. Ocupação recente no interflúvio Ipixuna-Maici (1985-2018)

A história da movimentação das aldeias Parintintin a partir de uma nova conjuntura local (a presença dos antropólogos que vão definir os limites do território Parintintin), a partir de 1985, pode ser apresentada pelos depoimentos que os anciãos deste povo prestaram ao consultor especialista da equipe técnica do Consórcio *Etnias*. A começar por aquele fornecido por Severino Parintintin, cacique da aldeia Traíra, em fevereiro de 2018, narrando a estória da ocupação do igarapé Traíra:

**Severino:** Dos (anos) setenta pra cá, nós morava no Canavial. Eu nasci, me criei lá, (e) depois dos 10 anos, meus irmãos já tinham trabalhado aqui, que é o Luís, e meu primo que é o Zequinho e o Carlos, que também é o mais velho, que já trabalhava com os não-indígenas. Eles vieram para cá, trabalharam, gostaram da cidade de Humaitá, e nós ficamos no Canavial trabalhando em roça. Aí, a minha irmã caiu doente, a mais velha, que é a Landine, e vieram pra cá, trouxeram ela, a Funai foi buscar de helicóptero, (por)que lá não tem estrada, só tem rio, mas era muito difícil pra (...) no rio, trouxeram de helicóptero. Chegaram aqui, levaram ela para Porto Velho para ver o que que ela tinha, e, quando chegou em Porto Velho, aí, pela Funai tinha... era a Funai responsável pela saúde, né, e fizeram todo o tratamento dela, que era tuberculose. E logo em seguida, os meus irmãos desgostaram de voltar para lá com o meu pai. E falaram para o meu pai assim “acho que lá não tem como a gente morar mais não por causa do mau atendimento de saúde”, e era difícil mesmo. Aí, o meu pai falou assim, que era muito difícil ele vir aqui porque não conhecia ninguém. Lá, eles tinham parentes, né, todos tinham parentes lá. Aí, ele chegou, o Luís falou assim, “não, eu tenho um parente aqui chamado Manélope, e ele já soube que o senhor está aqui”...ele falou para o meu pai, né, o Luís... “Ele soube que o senhor está aqui, ele tá andando atrás do senhor aí pra procurar aqui na cidade onde é que o senhor se encontrava”... Aí, o meu pai falou pro Luís: “então fala pra ele então, fala pra ele que eu estou morando aqui nessa casinha aqui na Rua das Flores”, que nós morava, né, no Humaitá. Aí, ele mandou recado, (e) aí o Luís disse “papai, o Manélope, o senhor conhece ele”... eu disse, “não”... na verdade, ele cresceu juntamente comigo, nós vivemos juntos, nós crescemos junto...Depois que ele veio para cá pra morar, nós não se vimos mais. Aí, quando foi um dia, umas 7 horas da noite, ele passou - ele estava novo mesmo. E aí, ele falou pra ele que... “você conheceu o meu pai, né?” Ele parou lá, e falou para o meu pai quem era essa pessoa. Aí o meu pai falou “não, eu sou o Manoelzinho, lá do Canavial que eu vim”... Ele disse “eu sou Manélope, você não me conhece mais não?” Aí, o meu pai disse “era você que ia falar comigo?” Disse: “é” aí, o finado falou “você mudou muito”... ele disse “é, pois é”... Ele disse “eu estou andando atrás de vocês, o Luís contou pra mim que vocês não querem mais voltar pra lá pro Canavial, por causa da saúde, e nós somos parente!” Ele falou “sabe que somos tudo parintintin, e depois que eu vim aqui...” - o Manélope também era de lá, o pai dele, a mãe, tudo era do Canavial... Depois que ele veio pra cá, que ele, com trabalhador, com não-indígena que ele trabalhava, né, tirou essa castanha aqui que está no Maici, que ele tomou de conta. Aí, ele falou assim para o finado papai: “se tu não voltar pra lá pro Canavial, eu lhe garanto que é bom de ir lá, onde que eu tô morando, que eu tô morando sozinho, só eu, minha família e meu irmão. Eu tenho muito ponto de castanha lá. Eu te dou um ponto de castanha para o senhor cuidar.” Aí, o finado papai disse “eu não sei se eu vou poder ver, porque lá eu também deixei uma plantação de negócio de mandioca, deixei uma casa boa, moradia... Apenas viemos pra cá porque minha filha ficou doente, né... Só que os meus filhos não querem mais voltar pra lá não...”. Pois é, ele falou para ele “é melhor você vir pra cá mesmo,

78



porque, aqui é perto da cidade, tem perto pra você fazer compra, negócio de médico, saúde, né... É muito mais próximo do que vocês estão vivendo lá.

Aí, meu pai gostou, né, tiraram bastante castanha, eles venderam e começaram a abrir um lugarzinho aqui, começaram a abrir um lugar, e fizeram um barraquinho aqui. Aí buscaram a palha, aí meu pai disse “tá bom, no ano que vem, vou fazer uma roça aqui”. Aí, estava com ele, era eu, Pedrinho, né, meu irmão, ele trabalha na Funai de Ji-Paraná, e o Geraldo, que é meu irmão também, faleceu ano passado, (retrasado, né?), ele é mais velho que eu... E só nós ficava com ele, com meu pai. Os outros trabalhavam por fora, né, o Luís, Carlos...eles estavam lá no *Arapιά* (isto é, no Canavial) trabalhando, já tinham arranjado família tudinho eles... Aí, fizemos barraco aqui, fizemos casa, aí, finado papai disse “vou buscar o resto dos meus filhos lá”. Aí foi buscar...

Aí, foi crescendo, fizeram outra casa, aí foram limpar isso aqui, rendeu... Quando o Levinho chegou, isso aqui já estava limpo já, já tinha mais ou menos um campo de futebol, tinha plantio, tinha roça já, né... Aí, o Manélope disse “acho que vou deixar (...) o lugar onde eu morava, lá no Alvarenga, vou vim para cá.”

**(entrevistador):** Então, quem começou a abrir primeiro essa...

**Severino:** Foi nós, foi minha família...

**(entrevistador):** Família do Manoelzinho...

**Severino:** Isso... Aí, ele ‘fez’, aí veio o Alfredo *velho* que era o genro do Manélope, que a irmã dele era casada com não-indígena, os dois se largaram, aí, o não-indígena pegou ela também, né, entendeu? Aí, o Alfredo moravam juntos, ele fez a casa dele, e nós fizemos a nossa casa... Aí, também foram crescendo, né...Eles foram crescendo, aí, de uma e duas famílias, começou... um casou com outro, e o outro casou com o outro, aí começou... foi aumentando... Então, quando chegou já... isso aqui já estava bem formado, já umas 5 ou 6 casas... Quando o Levinho chegou aqui com o velho Crac (*o antropólogo norte-americano Waud Kracke, nota nossa*), isso aqui estava novo, entendeu? estava novo essa aldeia aqui... E esse Varadozinho ainda tinha umas casas lá que o morador antigo onde o Manélope morava também, seu Cândido, entendeu? .... Fernando, que é irmão do Manélope também, né, o que está lá no Mafuí (*aldeia Tenharim no Marmelos, nota nossa*), casado com Tenharim. Aí ele, tudo as coisas aqui era novo, tinha a casa, lá onde tem o cemitério que o pai dele morreu, também tinha uma roça lá também...

**(entrevistador):** o pai do Manélope...?

**Severino:** é, o pai do Manélope, finado Arucã, né... e, só que estava novo e o cara, esse cara que fez a roça, ele falou pro Manélope se não podia dá pro branco né, umA terra lá, pra ele fazer uma roça lá pra ele plantar milho, entendeu? um tal de Xicão, aí o Manélope deu pra ele lá. Quando nós chegemo, um morador não indígena estava lá dentro já, já tinha feito a roça... e o cemitério estava novo, num estava com mais ou menos um ano, foi enterrado o pai do Manélope lá...

**Aluício:** lá na capoeira...

**Severino:** (...) Aí chegemo aqui, toparam com o velho Craç (*sic*), ele é americano, né, toparam com ele lá na cidade, no Humaitá, ele estava procurando nós. Não sei quem foi que tinha falado para ele que tinha um parintintin lá do canavial que estava aqui no nove de janeiro, entendeu? Aí ele procurou, até que encontrou com o velho Manélope, aí ele falou para o seu Manélope: “o senhor mora lá no Traíra? Você é parintintin?” Eu disse: sou. Ele disse: “cadê o Manuelzinho?, que vem lá do canavial” Ele mora lá comigo agora, estamos fazendo a casa dele” Ele disse, “eu preciso falar com eles, com vocês na verdade, porque, a Funai está fazendo um registro de demarcação da terra, e nós estava fazendo um estudo aqui, viemos aqui com o Incra e pra ver a delimitação da terra de vocês. Eu vim na frente, mas tá vindo o pessoal da Funai aí atrás.” Era o Zé Carlos (*Levinho, nota nossa*), Paulo e Sebastião, eram umas quatro pessoas, cinco com o velho Craç, né. Aí quando penso que não, noutro

79

dia, apareceu seu Zé Carlos Levinho, né. Ele veio aí, conversou com os dois né, com o Manélope e com meu pai...

**(entrevistador):** Nessa época já tinha aberto a transamazônica?

**Severino:** Já, já tinha aberto... Só que ela estava ‘nova’, acho que estava com uns 5 anos, acho... por aí. Aí, ele disse “tá bom, eu venho aí com minha esposa pra gente conversar melhor, e já levo o senhor pra lá pra conhecer”... “Tá bom”. Aí, voltaram pra lá, chegaram lá, e a tia Gracinha foi pra lá e conversaram pra lá, e tal... “não, nós vamos sim”... Aí, o Luís falou “não, papai, lá é melhor”, tinha muita sorva, né... e temperam muita sorva pra produção, né... Tem castanha, eu conheço lá também, eu já andei uns anos lá, e é muito bom lá de fartura, muita caça e peixe... Tá bom, aí nós chegemo ali, *fretemo* um carro e chegemo até na ponte (na Transamazônica sobre o igarapé Traíra, *nota nossa*). Aí descemos o rio, subimos o Igarapé chamado Alvarenga. Aí, trabalhamos lá uns dias, e vendemos as produção e aí, descemos, ele levou nós para ver castanha, aonde está o castanhal hoje. Aí, chegamos lá, ele disse “olha, eu vou andar com vocês tudinho na castanha aqui. Aqui é o ponto do *Baraúna*, aqui é *Varador e Canoá*, aqui é o *Pacubaíba...*”, ele foi ensinando, né, “aqui, tudo tem nome aqui, *Cutibima, Tuangá, Pedral...*”

O cacique Severino continua contando a estória dos Parintintin no igarapé Traíra, o trabalho com a sorva e a castanha, as idas e vindas entre a cidade (Humaitá) e a aldeia – e o processo de sedentarização dos Parintintin – que coincide com o retorno da agência de proteção aos índios (agora a FUNAI) junto a eles.

Os outros locais de ocupação ao longo do igarapé Nove de Janeiro e Maici-Mirim vão paulatinamente sendo esvaziados com as famílias que as ocupavam se deslocando para a região do igarapé Traíra e Lago das Pupunhas – onde apesar de ocuparem estes novos espaços com “permissão” dos fundadores destes locais (Manuelzinho e Manélope, respectivamente), viram novas perspectivas de relação com a Funai (proteção eventual, acesso à saúde e eventualmente à escola para os filhos) e com o mercado regional (venda da produção de sorva e castanha em Humaitá). Tal perspectiva se manifesta em outros depoimentos colhidos pela consultoria especializada quando da pesquisa em campo na TI Nove de Janeiro – como por exemplo este de D. Maria das Graças (68 anos), viúva do cacique Manélope:

**Maria das Graças:** Aí a gente se mudou porque ficava muito longe o Nove de Janeiro para o Pupunha. A gente chegava de lá, dormia, passava uns três dias, vai só de remo. (...) dormia na boca do caminho, no outro dia viajava, e dormia no meio da viagem para chegar lá no Pupunha.

**(entrevistador):** Nessa época, quais as aldeias Parintintin que existiam?

**Maria das Graças:** Olha, tinha no Laguinho, tinha no Castanheira, tinha lá onde o Lauro mora e tinha lá no *Poção* e tinha lá onde o Marazona mora. Tudo por aí tinha índio.

**(entrevistador):** Vocês visitaram essas aldeia?

**Maria das Graças:** Isso, a gente ia por terra, chegava lá, só ia tudo pelo *Varador*, até no final das casas. Tudo com saúde... Aí depois que aconteceu a estrada, aí eu não sei o que foi que aconteceu. Aí, foi morrendo “de” um por um...

**(entrevistador):** Antes da abertura da Transamazônica, tinha branco aqui na região? Como que era, tinha um ou outro?

**Maria das Graças:** Não, não tinha, porque, quando a gente estava nesse mundo, neste matagal, a gente via branco quando a “inspetoria” (se refere ao SPI, *nota nossa*) trazia para tirar produção. Mas, a inspetoria combinava com o cacique. Ele deixava mercadoria - tinha um depósito lá no nove de

